

GUILHERME AMELIO MILIAN

ÍNDICE-SÍNTESE DE TRABALHO DECENTE:
uma comparação entre regiões metropolitanas (2005-
2014).



ARARAQUARA – S.P.
2017

GUILHERME AMELIO MILIAN

ÍNDICE-SÍNTESE DE TRABALHO DECENTE:
uma comparação entre regiões metropolitanas (2005-
2014).

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento socioeconômico e políticas econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Correa.

Bolsa: CNPq.

ARARAQUARA – S.P.
2017

Amelio Milian, Guilherme
Índice-síntese de Trabalho Decente: uma Comparação
entre Regiões Metropolitanas (2005-2014). /
Guilherme Amelio Milian – 2017
148 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Prof. Dr. André Luiz Correa

1. Trabalho Decente. 2. Índice-síntese. 3. Microdados
da PNAD. 4. Regiões Metropolitanas. I. Título.

GUILHERME AMELIO MILIAN

ÍNDICE-SÍNTESE DE TRABALHO DECENTE: uma comparação entre regiões metropolitanas (2005- 2014).

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento socioeconômico e políticas econômicas.
Orientador: Prof. Dr. André Luiz Correa.
Bolsa: CNPq.

Data da defesa: 23/2/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Doutor André Luiz Correa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Doutor Alexandre Sartoris Neto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Doutora Bruna Angela Branchi
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para meus pais (Penha e Rodolfo), Vó Cida, Michel e Bruna, sem os quais esta etapa não seria concluída.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Correa, pela confiança no decorrer da elaboração deste trabalho, disponibilidade e atenção de sempre.

A banca examinadora – Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto, pela leitura e sugestões. À Profa. Dra. Bruna Angela Branchi, pelas sugestões e comentários em diferentes etapas desta dissertação, sempre de grande valia.

À Profa. Dra. Érika Capelato, especialmente na etapa de qualificação, pela leitura e comentários.

À Profa. Dra. Luciana de Almeida Togeiro, cujos ensinamentos nas disciplinas, especialmente de Seminários, fortaleceram a construção do Projeto de Pesquisa para esta dissertação.

Ao Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes, que, na ocasião de diretor do Programa de Pós-Graduação em Economia, sempre teve maior estima e apoio às atividades acadêmicas dos alunos.

Ao Prof. Dr. Izaias de Carvalho Borges por toda maestria em ensinar.

Ao Prof. Dr. Leandro Pereira Moraes pela apresentação do tema nos estágios iniciais deste estudo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro durante os estudos nesta etapa findada.

“Por outro lado, se é verdade que o crescimento que a economia conheceu no passado beneficiou tão somente a uma minoria da população, a crise afeta a todos e mais particularmente à grande massa excluída do mercado de trabalho. Não existe simetria entre as melhorias que se obtenham amanhã e os danos causados hoje: a infância desnutrida na sua fase formativa carrega estigmas no resto da vida e os que foram privados da experiência de trabalho no tempo devido encontrarão crescentes dificuldades para completar sua inserção social. Os homens, como as obras de arte, não se recuperam quando sofrem certas lesões”.

Celso Furtado (1984, p.9-10).

RESUMO

Desde o findar da década de 1990, a OIT vem fazendo esforços para promover a geração de trabalho decente. Valendo-se de objetivos como promover e cumprir com as normas, princípios e direitos fundamentais no trabalho, criar oportunidades dignas para homens e mulheres, ampliar a proteção social de modo eficaz e fortalecer o tripartismo e o diálogo social. No espectro da expansão de postos de trabalho formal no Brasil nos últimos anos – 10,3 milhões entre 2005 e 2015, segundo dados do CAGED – nada se revela sobre quais condições os trabalhadores se encontram nas atividades econômicas que desempenham. Sobretudo em regiões metropolitanas, onde há pujante geração de riqueza produtiva. Ademais, fora da “nata” do emprego formal, encontram-se trabalhadores em situação precária, o que reforça a necessidade de um indicativo dos ares que envolvem o emprego digno. Dessa maneira, o objetivo geral desta dissertação é verificar a qualidade do trabalho entre as regiões metropolitanas. O termo qualidade está circunscrito ao conceito de trabalho decente da OIT, que apesar de ser amplo, apresenta eixos e dimensões capazes de incluir aspectos de um emprego digno. Este trabalho contempla o desenvolvimento de um índice-síntese de trabalho decente, com metodologia semelhante ao IDH, mas com adaptações necessárias. Utilizaram-se os microdados da PNAD do IBGE dos anos de 2005 e 2014 em nove principais metrópoles de diferentes regiões do país. O índice-síntese de trabalho decente final é composto por três índices calculados de acordo com os pilares do conceito (Emprego, Direitos e Princípios fundamentais no trabalho e Segurança Social + Diálogo Social). Para cada pilar, há uma ou mais dimensões. A composição do índice é dada, obviamente, por um conjunto de indicadores (ou variáveis). Em resumo, em termos práticos, entende-se que o índice-síntese final tem valor qualitativo. O estudo mostrou, comparativamente e dentro das limitações inerentes a qualquer índice, padrões de qualidade (de 0 a 1) do trabalho entre as regiões metropolitanas em dois anos (2005 e 2014). Vale dizer que o padrão de qualidade “alta” do trabalho, diagnosticada pelos resultados do índice em algumas metrópoles, traduz-se em nível de comparação com relação às demais regiões do grupo estudado. Ou seja, obviamente, se reconhece o *déficit* de trabalho decente nacional, sem eximir a vulnerabilidade ocupacional e precarização do mercado de trabalho. Não houve pretensões de inferir pelos resultados que a qualidade das condições laborais seja elevada. Mas apenas comparar, dentro do recorte geográfico escolhido, em quais metrópoles os indicadores se manifestaram em melhor ou pior situação, traduzida por meio de um índice sintético. Pode-se constatar pelos resultados, que a qualidade do emprego digno, restrita ao conceito de trabalho decente da OIT, se alterou no grupo comparativamente para pior na Região Metropolitana de São Paulo (de alta para média) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (de muito alta para alta). O movimento de melhora foi verificado na Região Metropolitana de Curitiba (de média para alta). Finalmente, o índice-síntese calculado revelou qualidade muito baixa nas seguintes metrópoles: Região Metropolitana de Belém, Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana do Recife, Região Metropolitana de Salvador e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras – chave: Trabalho Decente. Índice-síntese. Microdados da PNAD. Regiões Metropolitanas.

ABSTRACT

Since the end of the 1990s, the ILO has been making efforts to promote the generation of decent work. Using such objectives as promoting and complying with fundamental labor standards, principles and rights, creating decent opportunities for men and women, enhancing social protection effectively and strengthening tripartism and social dialogue. In the spectrum of the expansion of formal jobs in Brazil in recent years - 10.3 million between 2005 and 2015, according to CAGED data - nothing is revealed about what conditions workers are in their economic activities. Especially in metropolitan regions, where there is a strong generation of productive wealth. In addition, outside the "cream" of formal employment, there are workers in a precarious situation, which reinforces the need for an indication of the air that involves decent employment. In this way, the general objective of this dissertation is to verify the quality of the work among the metropolitan regions. The term quality is confined to the concept of decent work of the ILO, which, although broad, presents axes and dimensions capable of including aspects of decent work. This work contemplates the development of a decent work synthesis index, with methodology similar to the HDI, but with necessary adaptations. The microdata of the IBGE PNAD of the years 2005 and 2014 were used in nine major metropolises of different regions of the country. The final decent work summary index is composed of three indices calculated according to the pillars of the concept (Employment, Rights and Fundamental Principles at Work and Social Security + Social Dialogue). For each pillar, there are one or more dimensions. The composition of the index is, of course, given by a set of indicators (or variables). In summary, in practical terms, it is understood that the final index-synthesis has a qualitative value. The study showed, comparatively and within the limitations inherent in any index, quality standards (from 0 to 1) of work between metropolitan regions in two years (2005 and 2014). It is worth mentioning that the "high" quality standard of work, diagnosed by the results of the index in some metropolises, translates into a level of comparison with the other regions of the studied group. That is, of course, the national decent work deficit is recognized, without exempting the occupational vulnerability and precariousness of the labor market. There was no pretense of inferring from the results that the quality of working conditions is high. But only to compare, within the chosen geographic cut, in which metropolis the indicators were manifested in better or worse situation, translated by means of a synthetic index. It can be seen from the results that the quality of decent employment, restricted to the concept of decent work of the ILO, has changed in the comparatively worse group in the Metropolitan Region of São Paulo (from high to medium) and in the Metropolitan Region of Porto Alegre (From very high to high). The improvement movement was verified in the Metropolitan Region of Curitiba (from medium to high). Finally, the calculated synthesis index showed very low quality in the following metropolises: Metropolitan Region of Belém, Metropolitan Region of Fortaleza, Metropolitan Region of Recife, Metropolitan Region of Salvador and Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

Keywords: Decent Work. Summary index. PNAD Microdata. Metropolitan Regions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)...	38
Figura 2. Trabalho Decente: os quatro pilares.....	40
Figura 3. Áreas prioritárias de cooperação (1, 2, 3 e 4) entre Governo Brasileiro e OIT, conforme o Memorando de Entendimento de 2003.	44
Figura 4. Composição do Índice-síntese de Trabalho Decente.	104
Figura 5. Estrutura Geral do Estudo.	106
Figura 6. Composição do Índice-síntese de TD.	109
Figura 7. Faixas de Qualidade do TD.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Saldo de Empregos no Brasil (em mil) de 2005 a 2015.....	32
Gráfico 2. Distribuição proporcional das vagas de emprego abertas no Brasil de 2005 a 2015 por Regiões.....	34
Gráfico 3. Taxa de Desemprego nas Principais RM's do Brasil a partir de 2002.....	53
Gráfico 4. Crescimento (%) dos Empregados em Regiões Metropolitanas Brasileiras (2005 e 2014) por Grande Setor Econômico de Registro Formal do Empregado.....	61
Gráfico 5. Distribuição (%) dos Empregados no grupo de RM's Brasileiras por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2005 e 2014.....	61
Gráfico 6. Saldo de Empregos em RM's brasileiras (2005 e 2014).....	68
Gráfico 7. Taxa de Participação em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.	70
Gráfico 8. Taxa de Desocupação em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.....	71
Gráfico 9. Proporção de Domicílios Considerados Pobres em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.	72
Gráfico 10. Proporção de Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade em RM's, com Rendimento Mensal de Todos os Trabalhos no Estrato de Até 1 Salário Mínimo Vigente: 2005 e 2014.	73
Gráfico 11. Proporção de Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade em RM's, com Jornada de Trabalho (todos os trabalhos) Acima de 44 Horas Semanais: 2005 e 2014.....	74
Gráfico 12. Proporção de Trabalhadores (pessoas de 10 anos ou mais de idade) em RM's na Condição de Contribuinte Para Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho da Semana de Referência.	76
Gráfico 13. Proporção de Crianças (10 a 14 anos) em RM's Ocupadas na Semana de Referência com Relação ao Total de Ocupados: 2005 e 2014.	77
Gráfico 14. Taxa de Participação Feminina em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.	78
Gráfico 15. Taxa de Sindicalização em RM's (2005 e 2014).	79
Gráfico 16. Crescimento (%) dos Empregados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (2000 e 2010) por Grande Setor Econômico de Registro de Empregado.....	83
Gráfico 17. Saldo de Empregos (em milhões) nas três RM's do estado de São Paulo: 2002-2010.....	91
Gráfico 18. Taxa de Participação nas RM's paulistas e no Estado de São Paulo: 2000 e 2010. 93	
Gráfico 19. Grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais): 2000 e 2010.	95
Gráfico 20. Pessoas de 10 anos ou mais de idade (em milhões de ocupados na semana de referência) na condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho nas RM's de São Paulo: 2010.	97
Gráfico 21. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência nas RM's paulistas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal: 2000 e 2010.....	99

Gráfico 22. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas Para o Eixo de Emprego: 2005 e 2014.....	111
Gráfico 23. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas Para o Eixo de Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho: 2005 e 2014.	112
Gráfico 24. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas Para o Eixo de Segurança Social + Diálogo Social: 2005 e 2014.....	113
Gráfico 25. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas: 2005 e 2014.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Trabalho decente: pilares, dimensões e indicadores sugeridos.	43
Quadro 2. Indicadores de trabalho decente.	45
Quadro 3. Dimensões e Indicadores do Índice-síntese de TD em RM's.	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por grande setor de atividade econômica no Brasil (1951-2000).....	20
Tabela 2. Crescimento do PIB e da ocupação das pessoas entre 2001 e 2008 (em %).	27
Tabela 3. Indicadores de Atividade da Economia Brasileira (2006-2012) – em %	29
Tabela 4. Evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME nos anos de 2003, 2008 e 2012.....	30
Tabela 5. Contribuição dos setores de atividade econômica para o crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das metrópoles da PME (2003-2012).....	31
Tabela 6. Saldo de Empregos por Região Brasileira (2005-2015).....	33
Tabela 7. Saldo de Empregos por região brasileira e setor de atividade econômica (2005-2015).	34
Tabela 8. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2005 e 2014.	62
Tabela 9. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 2005.	64
Tabela 10. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 2014.	65
Tabela 11. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Grande Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 2005 e 2014.	67
Tabela 12. Pessoas de 10 anos ou mais de idade em RM's (mil pessoas), ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal: 2005 e 2014.....	80
Tabela 13. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010. Erro! Indicador não definido.	
Tabela 14. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010.	85
Tabela 15. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana de Baixada Santista (RMBS) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010.	86
Tabela 16. Distribuição (%) Setorial dos Empregados nas três Regiões Metropolitanas de São Paulo no ano de 2000, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). ..	87
Tabela 17. Distribuição (%) Setorial dos Empregados nas três Regiões Metropolitanas de São Paulo no ano de 2010, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). ..	88
Tabela 18. Distribuição dos Empregados nas RM's paulistas, por Família de Ocupações (2000).	89
Tabela 19. Distribuição dos Empregados nas RM's paulistas, por Família de Ocupações (2010).	90

Tabela 20. Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência nas regiões metropolitanas de São Paulo, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (2000 e 2010). 94

Tabela 21. Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência nas três RM's paulistas: 2000 e 2010. 100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTD	Agenda Nacional de Trabalho Decente
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
EUTOSTAT	Estatísticas da União Europeia
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEC	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
IQE	Índice de Qualidade do Emprego
IQEF	Índice de Qualidade do Emprego Formal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NME	Nova Matriz Econômica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal do Emprego

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PO	Pessoal Ocupado
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RM	Região Metropolitana
RMBS	Região Metropolitana da Baixada Santista
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SM	Salário Mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
TD	Trabalho Decente
TQM	Teoria Quantitativa da Moeda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. REVISÃO DE LITERATURA: DA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL AO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE.....	5
1.1. A passagem do trabalho escravo para o assalariado (1850-1930) e a estruturação do mercado de trabalho (1930-64)	5
1.2. O mercado de trabalho e o contexto desfavorável: décadas de 1980 e 1990	15
1.3. O mercado de trabalho entre 2000 e 2015: Brasil e Regiões Metropolitanas	24
1.4. O Conceito de Trabalho Decente: Breve Apresentação	36
1.5. O Índice de Qualidade do Emprego numa Perspectiva do Conceito de Trabalho Decente	48
1.6. Aspectos Conjunturais, Estruturais e Institucionais do Debate Sobre o Mercado de Trabalho no Brasil.....	52
2. CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO EM REGIÕES METROPOLITANAS	59
2.1. A Estrutura Setorial e Ocupacional em Regiões Metropolitanas Brasileiras (2005 e 2014)	59
2.2. Indicadores de Trabalho Decente em Regiões Metropolitanas Brasileiras: anos de 2005 e 2014.....	69
2.3. A Estrutura Setorial e Ocupacional nas Metrôpoles Paulistas (2000 e 2010).....	82
2.4. Indicadores de trabalho decente nas regiões metropolitanas de São Paulo em 2000 e 2010	92
3. CÁLCULO DO ÍNDICE-SÍNTESE DE TRABALHO DECENTE EM REGIÕES METROPOLITANAS	102
3.1 Índice-síntese de Trabalho Decente: Eixos, Dimensões e Variáveis Utilizadas	102
3.2. A Metodologia	106
3.3. Resultados	109
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
5. ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

O trabalho decente como um objetivo global, sugestivamente direcionado mediante políticas coerentes dentro de um sistema multilateral, foi assumido na “Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização”¹ da OIT. É reconhecida a importância de fomentar oportunidades dignas de trabalho para homens e mulheres, em condições de liberdade, igualdade e seguridade. No campo político internacional existe o consenso de apoio ao crescimento econômico, desenvolvimento empresarial e estratégias de redução da pobreza. Contudo, na ocasião da Comissão, apontou-se que as políticas cujos ares não dissipavam os efeitos negativos da globalização, focalizavam-se apenas na abertura dos mercados com escassa prioridade a objetivos como a criação de trabalho decente para todos. Nessa conjuntura, a prioridade de esforços a fim de explorar a dimensão social do trabalho se torna extinta.

A geração de trabalho decente envolve quatro objetivos estratégicos, expressos na formalização do conceito pela OIT em 1999, são eles:

- 1) promover e cumprir com as normas, princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- 2) criar maiores oportunidades para as mulheres e os homens no ingresso ao mercado de trabalho com um emprego decente;
- 3) realizar proteção social eficiente com alcance para todos, e
- 4) fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

Para alcançar os objetivos estratégicos do conceito, são criadas sinergias para lograr o cumprimento de uma série de objetivos transversais, com cada vez mais amparo da comunidade internacional. Nas Américas, consolidou-se, a partir de 2003, o convencimento de que o trabalho decente, tal como define a OIT, é uma via de superação da pobreza, do fortalecimento democrático e do avanço na igualdade de gênero. Ou seja, ao potencializar a influência das normas internacionais de trabalho é

¹ Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização: *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos* (OIT, Genebra, 2004). Documento disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/wcsdg/docs/report.pdf>

plausível promover uma globalização justa com superação da pobreza por meio laboral (OIT, 2006).

Nesse contexto, é possível orientar uma agenda estratégica de ação a partir dos componentes do emprego de qualidade incluídos nas estratégias de desenvolvimento dos países. O Relatório Mundial do Emprego de 2007 apontou para a existência de 195 milhões de desempregados no mundo, ou seja, 6,3% da força de trabalho. A Agenda Global de Trabalho Decente, como resposta à globalização e a crise mundial do emprego, baseava-se em três pressuposições: a) o trabalho é uma via de superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social; b) o trabalho é uma das formas mais diretas pelos quais o desenvolvimento pode favorecer as pessoas, e c) o trabalho tem como componente a inclusão social, condição básica para uma vida digna e para o exercício da cidadania com fortalecimento da democracia (ABRAMO, 2015).

De maneira esquemática, a agenda de trabalho decente pauta-se em quatro áreas principais, frutos dos quatro objetivos estratégicos da OIT. Consideram-se os pilares do emprego digno:

1. Direitos do trabalho (normas internacionais a partir de convenções e recomendações, definidas de forma tripartite por governos, empregadores e trabalhadores). Em síntese, tem-se a matéria da “Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho”, adotada em junho de 1998.
2. Emprego (não apenas postos de trabalho. Mas com garantia de um padrão mínimo de qualidade do emprego gerado, abarcando aspectos da relação social do trabalho, como contratos, remunerações e outros elementos que envolvem as relações trabalhistas).
3. Proteção social (proteção contra perdas sazonais de renda, fundamentais para a qualidade de vida do trabalhador, seja do setor formal ou informal).
4. Diálogo social (necessidade de cooperação entre as partes, de modo a harmonizar a relação entre os empregadores e empregados).

No caso do Brasil, em junho de 2003, quatro anos após a formalização do conceito pela OIT, firmou-se um Memorando de Entendimento para a realização de um Programa de Cooperação Técnica com vistas de consolidar uma Agenda Nacional de

Trabalho Decente no país². Em maio de 2006, após uma série de rodadas de discussões com associações de empregadores e trabalhadores, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) foi lançada. Entende-se ser uma peça fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, fomento à democracia e ao desenvolvimento sustentável. Para a ANTD, foram definidas três prioridades com resultados esperados e linhas de ação: 1. Provocar a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades; 2. Extirpar o trabalho escravo e o trabalho infantil e 3. Fortalecer o diálogo social e o tripartismo.

O último comentário sobre a experiência brasileira é que ganhou impulso, sobretudo como consequência direta das medidas tomadas para enfrentamento da crise financeira internacional de 2008, o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) como instrumento para a promoção de trabalho decente. Destaca-se o esforço político inovador de agendas subnacionais, como o pioneirismo do Estado da Bahia e posteriormente do Estado de Mato Grosso, e locais, pelas experiências de Belo Horizonte, do ABC paulista e, um pouco mais tardiamente, em 2011, no município de Curitiba (ABRAMO, 2015).

Logo após a formalização do conceito em 1999, ganhou força a discussão sobre o uso de indicadores de trabalho decente. Por envolver elementos quantitativos e qualitativos do emprego, se torna um desafio traduzir em indicadores a multidimensionalidade do conceito. No Brasil, têm-se alguns estudos e diagnósticos sobre a situação do emprego digno, especialmente com o uso de indicadores (ver, por exemplo, CEPAL; PNUD; OIT, 2008 e Guimarães, 2012).

Um índice é composto por um conjunto de indicadores, porém, também não há o consenso sobre a maior plausibilidade metodológica e o modo como construí-lo, a exemplo de: *“É aconselhável construir um índice sintético de Trabalho Decente que permita comparar países e regiões, ou é mais útil definir um conjunto de indicadores que permita acompanhar a sua evolução ao longo do tempo? Como medir e para que medir?”* (Abramo, 2015, p. 141).

² Dando sequência a programas já desenvolvidos no Brasil, como a erradicação do trabalho infantil, combate ao trabalho escravo e promoção da igualdade de gênero e raça.

Nessa conjuntura, o objetivo geral desta dissertação é verificar a qualidade do trabalho entre as regiões metropolitanas. Em particular, este plano de estudo têm os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar uma resenha sobre as especificidades do mercado de trabalho brasileiro e sobre o conceito de trabalho decente (TD);
2. Observar e caracterizar a distribuição setorial e ocupacional dos trabalhadores estabelecidos em regiões metropolitanas (RM's);
3. Mostrar a evolução dos principais indicadores de TD nas RM's estudadas, e
4. Comparar a qualidade do trabalho por meio do desenvolvimento de um índice-síntese para as RM's.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O capítulo 1 versa primeiramente sobre o surgimento do mercado de trabalho no Brasil, o processo de estruturação e consolidação plena do mercado laboral urbano. Este capítulo tem, de maneira geral, dois objetivos principais: (i) mostrar uma evolução histórica do mercado de trabalho brasileiro, revelando assim suas especificidades que engendraram debilidades e (ii) apresentar o conceito de trabalho decente.

O segundo capítulo apresenta o comportamento do mercado de trabalho em nove regiões metropolitanas de tratamento da PNAD e foco deste estudo: RM de Belém, RM de Fortaleza, RM do Recife, RM de Salvador, RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro, RM de São Paulo, RM de Curitiba e RM de Porto Alegre. São dois objetivos principais: (i) obter um panorama da estrutura setorial e ocupacional dos empregados em metrópoles brasileiras e (ii) apresentar o desempenho de alguns indicadores que compõem o índice síntese desenvolvido, relacionados ao conceito de trabalho decente.

Finalmente, o capítulo 3 expõe especificamente o índice-síntese de TD construído de acordo com os pilares do conceito da OIT. Particularmente, mostra os eixos e índices derivados (Emprego; Direitos e Princípios fundamentais no trabalho e Segurança Social + Diálogo Social), dimensões e variáveis que compõem o índice-síntese final. Além de despontar o procedimento de cálculo e os resultados alcançados.

1. REVISÃO DE LITERATURA: DA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL AO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE

Este capítulo tem, de maneira geral, dois objetivos principais: (i) mostrar uma interpretação da evolução histórica do mercado de trabalho brasileiro, revelando assim suas especificidades que engendraram debilidades e (ii) apresentar o conceito de trabalho decente, que se constitui em realizar uma revisão de literatura sobre o tema e como consequência fomentar a compreensão de como a questão do trabalho é importante diante das evidências de que o emprego de qualidade é um vetor de desenvolvimento econômico com inclusão social.

1. 1. A passagem do trabalho escravo para o assalariado (1850-1930) e a estruturação do mercado de trabalho (1930-64)

Segundo Dedecca (2005) o mercado de trabalho brasileiro revela especificidades nas características de seu processo de formação, que configurou ao longo dos anos um quadro desfavorável nas relações de trabalho e nos níveis de emprego e renda, seja em virtude das raízes na escravidão, ou no decorrer de sua estruturação assalariada.

Barbosa (2003) parte do pressuposto de que na economia do período colonial vigorava um *não mercado* de trabalho, pois não havia, por parte dos escravos, a possibilidade de negociar sua força de trabalho. Mesmo após a Abolição, algumas características são marcantes no incipiente “mercado” de trabalho brasileiro, como sua natureza incompleta e regionalizada, onde existem relações de trabalho não capitalistas, bem como o autoritarismo dos “empregadores”.

Para Furtado (1977) a maior dificuldade do mercado do açúcar foi sua desorganização na segunda metade do século XVII, o que fez os colonos lutarem pela sobrevivência num momento dedicado à venda de escravos indígenas, visto que a importação de escravos africanos estava no seu começo. O crescimento da subsistência no norte, no sul e no interior nordestino fez com que as exportações fossem reduzidas com relação ao total do produto da colônia, caindo conseqüentemente a arrecadação da Metrópole. As desvalorizações cambiais aliviaram momentaneamente as regiões

exportadoras de açúcar e agravaram os problemas das regiões mais pobres, que pouco ou nada tinham a exportar. Atrofiou-se a divisão do trabalho, houve queda na produtividade e a convivência social desapareceu, dando lugar às normas locais em detrimento da lei geral. De maneira contrária a economia açucareira, que conservava a rentabilidade com produção elevada, na mineração a rentabilidade tendia a zero. Com a desarticulação rápida do ciclo do ouro, os núcleos urbanos foram dispersos, fomentando a subsistência e engendrando os principais núcleos demográficos do país.

De acordo com Deddeca (2005) na distribuição da população no período colonial, a ocupação territorial se dava na Região Norte (Pernambuco, Ceará e Bahia) e no Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais). Na cidade do Rio de Janeiro a disponibilidade de força de trabalho local na segunda metade do século XIX foi suficiente para suprir as atividades e os serviços governamentais, o restante de mão de obra foi direcionado à expansão cafeeira. Todavia, em Minas Gerais, a indisponibilidade do fator trabalho consistiu um elemento limitante para a expansão cafeeira, mesmo com terras de boa qualidade e um mercado internacional favorável. Uma das possibilidades era direcionar esforços para mobilizar o contingente populacional livre (especialmente vinculado aos latifúndios do período açucareiro em declínio na Região Norte) em direção ao estado de São Paulo. O reflexo dessa dinâmica influenciou a distribuição da população brasileira durante todo o século XX.

Duas leis estabelecidas pelo Império, anteriores a abolição em si, regeram a constituição do mercado de trabalho livre no país. No ano de 1850 teve-se o reconhecimento legal de que as terras ocupadas pertenceriam (por meio de pagamento ao Estado) ao âmbito privado, cuja atividade econômica principal era atrelada ao ciclo do açúcar e do ouro. Ambas as atividades agrupavam maior parte da reserva de mão de obra nacional. Na passagem para o trabalho livre, a população foi rapidamente incorporada às atividades nos latifúndios, com ausência de regulação do Estado e de maneira precária, passíveis de expulsões para outras propriedades fronteiriças.

A segunda Lei de relevância foi promulgada em 1879 para regular o regime de colonato e parceria, que permitiu respaldo ao proprietário da terra no rompimento do contrato de produção de forma unilateral. Ao reconhecer a natureza privada da relação laboral, o proprietário teve autonomia para as principais decisões das questões contratuais. Dessa forma, pode-se dizer, em resumo, que o surgimento do mercado de

trabalho no Brasil acontece no final do século XIX, a partir da transição do trabalho escravo para o assalariado (DEDECCA, 2005).

Para Franco (1997) o sistema regulatório da posse da terra foi o principal obstáculo para o uso do trabalho livre, sendo o embrião dos problemas agrários no país e um vetor de exclusão econômica e social, dado a ausência de assalariados.

No Nordeste, com grande oferta de trabalhadores, a mão de obra local foi alocada nas atividades econômicas específicas desta região. Enquanto no Sudeste, a dinâmica do comportamento da demanda por trabalho (impulsionada pela economia cafeeira) foi suprida, em grande parte, pela oferta de imigrantes europeus.

Mello (1998) reitera que o ritmo de acumulação nessa estrutura passa ser comandado pelo capital cafeeiro, essencialmente de caráter mercantil. O advento das estradas de ferro e a crescente mecanização do beneficiamento do café criaram condições favoráveis ao assalariamento, visto que o modelo escravista se configurava num entrave à acumulação.

Dessa maneira, a imigração, desde o início conjecturada como solução para o problema da “falta de braços”, é então chancelada a partir do ano de 1885, quando os preços do café começam a subir, elevando as taxas de lucros e fomentando maiores taxas de acumulação desejadas:

“E a solução foi dada. É exatamente naquele ano que o governo de São Paulo decide não somente financiar a totalidade dos gastos com imigração, valendo-se, inclusive, de tributação à propriedade de escravos, como, também, contratar a importação de trabalhadores livres junto a companhias privadas, a principal das quais foi a Sociedade Promotora de Imigração, dirigida pelo Visconde de Parnaíba. Também a União resolve empregar 1/3 dos recursos antes destinados in totum à formação de um fundo de emancipação, para subsidiar a imigração. Deixava-se claro, de outra parte, que a imigração que se financiava era para o café, pagando-se a passagem apenas e tão somente para os colonos que se dirigissem a estabelecimento agrícola” (MELLO, 1998, p. 87).

Uma vez lançadas as bases para a imigração, acelerou-se rapidamente o processo no Brasil, recebendo, entre 1885 e 1888, ao redor de 260 mil imigrantes, sobretudo italianos:

“O trabalho assalariado se tornara dominante e o Abolicionismo, a princípio um movimento social amparado apenas nas camadas médias urbanas e que fora ganhando para si a adesão das classes proprietárias dos estados não cafeeiros, na medida em que o café passara a drenar para si escravos de outras regiões, recebera, agora, o respaldo do núcleo dominante da economia cafeeira. Abolicionismo e Imigrantismo tornaram-se um só e mesma coisa. Em 1888, extinguiu-se a escravidão” (Mello, 1998, p. 87-88).

Para Dedecca (2005) diferentemente de países europeus (cuja mão de obra foi liberada em atividades pré-capitalistas por força dos Estados Nacionais) e dos Estados Unidos (que mobilizou mão de obra negra com a Guerra da Secessão), constituiu-se o mercado de trabalho livre no Brasil atrelado à atividade cafeeira em expansão, preservando, contudo, as mesmas estruturas, atividades e espaços ocupacionais de fases anteriores do desenvolvimento capitalista do período colonial. Percebe-se que na transição do trabalho escravo para o assalariado manteve-se a estrutura social com a heterogeneidade característica do mercado de trabalho brasileiro.

Pochmann (2011) ressalta as especificidades das relações de trabalho no Brasil e na sociedade agrária brasileira (1500-1930), onde conviviam o anacronismo do uso do trabalho forçado com condições de vida extremamente precárias. Com governos não democráticos, geralmente capitaneados por regimes conservadores e autoritários, qualquer movimento de avanço social e trabalhista praticamente não existia ou quando muito estava fadado ao fracasso. Nota-se que o Brasil foi um dos poucos países que, mesmo após alcançar sua independência nacional em 1822, manteve a condição legal do trabalho forçado. Em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz pôs-se fim ao tráfico negreiro e conteve-se o uso de escravos com a Lei do Ventre Livre, em 1871, e dos Sexagenários, em 1885. Ou seja, nos 66 anos seguintes até a Abolição houve um processo lento e gradual no que tange ao cessar da escravidão.

Conforme Nascimento, Ferrari e Filho (2011), com a Abolição e a proclamação da República, mesmo com a difusão de leis laborais na Europa, iniciou-se relativo liberalismo nos direitos do trabalho, que se transformou num ambiente desfavorável para a evolução no campo trabalhista. Ou seja, qualquer legislação de regulamentação do trabalho poderia ferir os cânones da emancipação nacional no pensamento liberal do núcleo político da época. Entretanto, apesar de isoladas, as iniciativas parlamentares destinadas aos direitos do trabalho em forma de projetos de lei eram apresentadas com frequência, os autores nos listam algumas:

“Registrem se, dentre os principais, os seguintes: 1) de Leovigildo Filgueiras (1893), propondo, no Brasil, o homestead americano pelo qual a casa do trabalhador rural ficaria excluída da penhora; 2) de Costa Machado (1893) sobre contrato de trabalho, cópia da legislação monarquista e que não passou pela comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados; 3) de Moraes e Barros (1895) sobre contrato de trabalho agrícola com ligeiras modificações feitas à Lei n. 2.827, de 15 de março de 1879; 4) de Chagas Lobato (1895) também sobre homestead; 5) de Moraes e Barros (1899) sobre prestação de serviços agrícolas; 6) de Lacerda Franco (1900) sobre crédito rural e agrícola e sociedades cooperativas; 7) de Bernardino de Campos (1901) instituindo privilégio para o pagamento de dívidas, do qual resultou o Decreto n. 1.150 sobre salários do trabalhador rural; 8) de Francisco Malta (1903) sobre homestead; 9) de Medeiros e Albuquerque (1904) sobre acidentes do trabalho; 10) de Gracho Cardoso e Wenceslau Escobar (1908) também sobre a mesma matéria; 11) de Nicanor do Nascimento (1911) sobre horário mínimo de trabalho e funcionamento dos estabelecimentos comerciais prevendo hipóteses configuradoras de acidentes de trabalho; 12) de Figueiredo Rocha e Rogério de Miranda (1912) sobre trabalho operário em geral e limitação da jornada diária de trabalho em 8 horas e pagamento de diárias de dois terços para o operário que ficasse inutilizado no trabalho; 13) de Adolpho Gordo (1915) sobre acidentes do trabalho; 14) de Maurício de Lacerda (1917) propondo a criação do Departamento Nacional do Trabalho, limitação da jornada diária de trabalho a 8 horas, criação de conciliação e arbitragem obrigatórias, regulando o trabalho das mulheres, criando creches, fixando a idade mínima de 14 anos para a admissão de menores empregados, estabelecendo normas sobre contrato de aprendizagem, além de outras propostas” (Nascimento; Ferrari & Filho, 2011, p. 141-142).

Ademais, um traço marcante da doutrina jurídica do fim do século XIX e começo do século XX era seu caráter extremamente reivindicatório com preocupações sociais e ensejos por uma legislação adequada, a exemplo de outros países. Em linhas gerais, observou-se, por meio de publicações de juristas na imprensa nacional, o desejo de que Estado tomasse partido em diferentes frentes de ação, como:

“Preconizou a intervenção do Estado na ordem econômica e social e o direito operário, estruturado sobre as seguintes principais bases: 1) fixação da jornada diária máxima de trabalho; 2) animação dos sindicatos profissionais concebidos como órgãos de colaboração do Poder Público na colossal obra de harmonização das forças em luta; 3) as convenções coletivas de trabalho como instrumentos de contratação coletiva, em substituição à contratação individual; 4) os Tribunais Trabalhistas, integrados por patrões e operários, para evitar a explosão de greves e resolver as controvérsias oriundas dos conflitos trabalhistas; 5) o cooperativismo, em especial de consumo, como meio de emancipação econômica dos desprotegidos, baseado no princípio da solidariedade e da harmonia de interesses; 6) a reparação dos acidentes de trabalho sob o princípio da responsabilidade objetiva ou sem culpa e não mais da responsabilidade subjetiva” (Nascimento; Ferrari & Filho, 2011, p. 142).

A partir de 1930, quando Getúlio Vargas chega ao poder, derrubando Washington Luís, a concepção de preservação dos cânones liberais no mercado de trabalho cai por terra, dando lugar a maior concordância em relação a intervenção do

governo. Ocorreu assim um conjunto de acontecimentos importantes no Brasil nas esferas trabalhista e sindical.

Pode-se dizer que entre 1930 a 1964 houve, de fato, a estruturação do mercado de trabalho brasileiro, no contexto de transição de uma economia primário exportadora para uma urbana-industrial. Pelo esforço político e legislativo, somente em 1930, registrou-se integração das atividades econômicas e do mercado de trabalho, de modo a obter sua conformação no contexto de uma industrialização restringida (1930-56).

Conforme Nascimento, Ferrari e Filho (2011), desde o início, o Governo Vargas vislumbrava a troca da ideologia dos conflitos pela integração das classes trabalhistas e empresariais. Por ordem cronológica, três principais acontecimentos marcantes dos primeiros anos de governo: (i) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no ano de 1930 – desde então, as questões laborais eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, ou seja, praticamente ignoradas pelo poder público – (ii) A Lei dos Dois terços em 1931 – nacionalização do trabalho, visto que as empresas legalmente deveriam empregar dois terços de trabalhadores nacionais – e (iii) a Carteira Profissional em 1932 – disciplinou-se a duração da jornada de trabalho no comércio, indústria e serviços de maneira geral. No mesmo ano, deu-se atenção especial ao trabalho das mulheres e dos menores. Contudo, as leis disciplinadoras para cada tipo de profissão se tornaram esparsas, pois eram regidas por normas específicas do ofício, inclusive, muitas profissões, pela fragmentação, ficaram desamparadas legalmente. Nesse contexto, em 1935 a Lei n. 62 foi dirigida a indústria e comércio, assegurando uma série de direitos, como, por exemplo, indenização por demissão sem justa causa e aviso prévio.

A respeito dos sindicatos, foi iniciada sua fase intervencionista, de maneira prolongada, em razão da estrutura legal que influenciou na sua organização e no modo de ação. Colaborariam então com o poder público, para minimizar os antagonismos inerentes da relação entre trabalho e capital. Entretanto, tanto a pluralidade sindical de 1934, que os concedeu, em tese, autonomia, quanto ao corporativismo de 1937, onde a Constituição daquele ano proibiu, inclusive, a greve, não concederam liberdade sindical de fato, mas fortaleceram apenas o controle da economia nacional pelo Estado (NASCIMENTO; FERRARI & FILHO, 2011).

Entre os anos de 1940 e 1942, estabeleceu-se no país uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho, que culminariam no estabelecimento de uma tabela para o salário mínimo, já instituído desde 1936. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para uma população desamparada, até então sem nenhuma proteção social, veio pelo Decreto lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Para Nascimento, Ferrari e Filho (2011) a CLT representou a união de leis sobre o direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito processual do trabalho, cujo resultado foi além de uma simples compilação, visto que houve inovações, que a aproximam de um verdadeiro Código, segunda a literatura especializada. Entretanto, em razão da necessidade dinâmica de modificações legais com manobras jurídicas, a CLT não foi o instrumento de cristalização dos direitos que se esperava. Em 1955 e 1961 foram criadas comissões com vistas de revisão, porém, sem resultados, apesar das propostas serem levadas ao Executivo pelos responsáveis.

Baltar e Dedecca (1992) detalham o panorama das fases constitutivas do mercado de trabalho nacional, com as bases do trabalho assalariado firmadas no período de 1930 a 1956. A partir de 1933, ocorreu mudança na dinâmica econômica brasileira com predomínio do capital industrial em detrimento do capital agroexportador, dada a montagem, a integração e a diversificação de um parque produtivo voltado para o mercado interno em formação. Apesar do rápido crescimento industrial, existiam limitações, pois a instalação de um conjunto produtor de insumos e equipamentos básicos requer certo grau de investimento e longo prazo de maturação. Conseqüentemente, registrou-se o desencorajamento das empresas privadas. Ademais, notava-se a ocorrência de ressalvas às importações, reduzidas por um balanço de pagamentos cujas exportações dependiam de produtos primários, de baixa elasticidade renda da demanda. O processo de industrialização vigorosa foi possível a partir de 1955, impulsionado pelo Estado com investimentos que conduziram a mais dinamismo com a chamada industrialização pesada.

Frente ao rápido panorama de desenvolvimento nacional, permite-se, dessa maneira, distinguir três momentos constitutivos do mercado de trabalho nacional. Primeiramente, segundo os autores, durante a fase de expansão acelerada do complexo cafeeiro, caracterizado pelo trabalho não compulsório, têm-se relações laborais diferenciadas nas atividades agrícolas (colonato, parceria, assalariamento e outras) e nas

atividades urbanas com o trabalho assalariado, que eram apêndices do complexo agroexportador. O segundo modelo constitutivo do mercado de trabalho brasileiro surge no cenário da crise de 1929, que afetou as exportações de café, permitindo destaque para a indústria de bens de consumo corrente. Mesmo com o peso do trabalho agrícola, de maneira gradual, o trabalho vinculado às atividades urbanas, industriais ou não, vai ganhando peso. Finalmente, o terceiro momento é o de consolidação do mercado de trabalho urbano, a partir do padrão de acumulação da industrialização pesada, posterior a 1955.

De acordo com Faria (1991), entre 1945 e 1980, houve no Brasil taxas elevadas de crescimento econômico com transformações estruturais de relevância. A partir de 1945 o dinamismo exportador de produtos primários, até então existente numa sociedade rural de base agrícola, dá lugar a uma sociedade urbano-industrial complexa e intrigante:

“Complexa porque marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia de base urbana e industrial localizada na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada esteve — e está — longe de apresentar as características das sociedades industriais avançadas, mesmo quando aquelas se encontravam em níveis comparáveis de desenvolvimento de suas forças produtivas: pode se tratar de um mesmo gênero, mas é, definitivamente, uma nova espécie” (FARIA, 1991 p. 102).

Em Baltar e Dedecca (1992) são mostrados dados do Censo Demográfico entre os anos de 1940-60, pode-se, primeiramente, verificar que o crescimento relativo da População em Idade Ativa (PIA) de 67,9% foi superior ao da População Economicamente Ativa (PEA), cujo incremento foi de 54,2%. Observa-se que em 1940 a participação da PEA agrícola na PEA total era de 66,7%, mesmo em 1960, a proporção permaneceu como mais da metade (54,3%). O peso das atividades agrícolas nessa fase de desenvolvimento do país pode ser visto pela geração líquida de empregos. Entre 1940 e 1960, houve criação de 7,9 milhões de postos de trabalho, sendo 2,5 milhões em tais atividades. Interessante também destacar que nesse período houve queda de 4,2 p.p. na taxa de participação total, que chegou a 46,8%. A maior taxa de participação da população agrícola, especialmente jovens e mulheres, ocorre com a urbanização nos estágios iniciais da industrialização, dada a inserção feminina em atividades não agrícolas, sobretudo no comércio e nos serviços.

Não obstante a capacidade de geração de empregos em atividades industriais e em setores de serviços urbanos públicos e privados, a Região Nordeste não absorveu toda mão de obra disponível, de modo que os processos de industrialização acontecem com grande disponibilidade de fator trabalho. Observando a evolução da população ocupada entre 1940 e 1990, percebe-se que, apesar do aumento de ocupados no Grande Setor Não Agrícola com atividades industriais, de serviços governamentais e de utilidade pública, nota-se a reprodução do estoque daqueles ocupados em atividades agrícolas e ligeiro crescimento do segmento Pequeno Médio Setor Não Agrícola, vinculados às atividades de consumo pessoal e domiciliar. Ou seja, o Brasil é um país de grande base agroindustrial (DEDECCA, 2005).

Analisando a composição da PEA não agrícola, observa-se que seis ramos de atividade econômica representam participação elevada na estrutura setorial do emprego não agrícola, são eles: construção civil, serviços de utilidade pública, instituições financeiras, educação, saúde e recreação. Quando somados, em 1940, sua proporção foi de 12,4% com relação à PEA total não agrícola, em 1960 passou para 18,2% e em 1980 a proporção chegou a 28,8%. Ou seja, as ocupações atreladas nos ramos de atividade em exposição foram importantes no contexto de industrialização restringida (1940/60) e, com mais intensidade, no de industrialização pesada (1960/80). Cabe notar a alteração na estrutura do emprego industrial, pois na conjuntura de 1940, os empregados eram distribuídos, sobretudo, na indústria têxtil (28,6%), produtos alimentares (21,3%), metalurgia (7,5%), produtos de minerais não metálicos (7%) e vestuário e calçado (6%). O crescimento entre as décadas de 1940 e 1950 das indústrias metalúrgicas e de minerais não metálicos ocorreu em detrimento da queda do emprego nas indústrias têxtil e de produtos alimentares, que juntas absorviam 1/3 da mão de obra nacional em 1959 (BALTAR; DEDECCA, 1992).

Em resumo, a primeira conclusão é que o surgimento do mercado de trabalho no Brasil acontece no final do século XIX, especificamente com a passagem do trabalho escravo para o assalariado. Dessa forma, segundo Baltar e Dedecca (1992), pode-se dizer que, entre 1930 e 1964, o mercado de trabalho se estrutura no contexto de transição de uma economia primário-exportadora para a urbano-industrial, sobretudo no pós-II Guerra. Na sua primeira etapa de conformação, estava ligado ao ritmo do complexo cafeeiro, em relações de trabalho não compulsórias. O segundo momento tem

como base a crise de 1929 e seus efeitos deletérios no mercado internacional, que deram “fôlego” à indústria ainda incipiente de bens de consumo corrente, com atividades urbanas, industriais ou não. Finalmente, no cenário da industrialização pesada, é consolidado o mercado de trabalho de caráter urbano.

A segunda conclusão, conforme Faria (1991), é que as alterações complexas na estrutura produtiva brasileira gestaram mudanças, a exemplo da urbanização acelerada – capitaneada, sobretudo, pela expansão do setor de bens de consumo duráveis para o mercado interno – e da modernização no campo. De maneira sintética, têm-se dois resultados principais desse processo: (i) a crescente incorporação de trabalhadores às relações de caráter mercantil, ou seja, um processo de assalariamento da força de trabalho e (ii) constituição de um mercado nacional de trabalho e de bens unificado, porém segmentado. Com as ressalvas e sazonalidades inerentes ao sistema econômico, a economia brasileira teve “força” para expandir o número de empregos na indústria de transformação, nos transportes, na produção de energia e em outras atividades correlatas, na construção civil, nas telecomunicações e no comércio moderno, nos serviços de intermediação financeira e de apoio às atividades produtivas, na administração pública direta e indireta e nos serviços sociais, dinamizando-a e diversificando sua estrutura social e urbana. Todavia, a terceira conclusão é que a mesma “força” urbano-industrial contribuiu para gerar um modelo de exclusão acentuada com múltiplas formas de empregos precários, informais e de exclusão social, uma economia trabalho-intensiva, de baixa produtividade, *“Expandiu-se no mundo urbano brasileiro o contingente de subempregados, expostos às incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável, cujo funcionamento alimentou e se alimentou da existência desse exército ativo de reserva”* (Faria, 1991, p. 105).

Por fim, a quarta conclusão, seguindo Dedecca (2005), é que na Era Vargas evitou-se que se constituísse uma dinâmica autônoma do movimento sindical favorável a propagação dos direitos legais. Ademais, ao mesmo tempo em que foram introduzidos mecanismos de regulação do mercado e das relações de trabalho no curso dos processos de industrialização de 1930 a 1980, metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social delineado em 1940.

1.2. O mercado de trabalho e o contexto desfavorável: décadas de 1980 e 1990

Primeiramente, entre as décadas de 1930 e 1970, consolidaram-se oportunidades de emprego em ocupações não agrícolas, com a transição para uma sociedade urbano-industrial e com o regime militar, onde houve diversificação da estrutura produtiva e tributária, porém, o diagnóstico inflacionário pelo lado da demanda contribuiu para o arrocho salarial com repressão e imobilismo sindical. A primeira avaliação a ser feita sobre o mercado de trabalho no Brasil na década de 1980 é que sofreu impactos oriundos do ambiente macroeconômico do país, com a crise da dívida externa, a estagnação e quedas sucessivas do poder de compra e das taxas de investimento. Na década de 1990 o cenário desfavorável para o trabalho se agrava frente aos juros altos e seus impactos na atividade produtiva, bem como os efeitos do câmbio valorizado sobre o nível de emprego.

Para Baltar (1996), mesmo nas etapas de maior crescimento econômico o país vivenciou remunerações baixas e insuficiência na geração de postos. Esse traço do desenvolvimento brasileiro foi agravado nas décadas de 1980 e 1990 no cenário de estagnação e abertura, intensificando a crise do emprego urbano com desemprego e ocupações precárias, sem nenhuma perspectiva de ascensão social ao trabalhador. Primeiramente, observando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1979, juntamente com dados censitários de 1970, 1980 e 1991, pode-se aferir que, em 1979, 30,3 milhões de pessoas estavam ocupadas em atividades não agrícolas (pouco mais de dois terços da ocupação total) e 76% desses ocupados tinham emprego assalariado. Os demais trabalhadores (24%), dividiam-se, respectivamente, na modalidade por conta própria, ajudavam sem remuneração determinado familiar conta própria ou tinham negócios com uso de empregados. Ou seja, os trabalhadores auto ocupados representavam quase um quarto. A proporção é considerada alta, pois nos países desenvolvidos, não ultrapassa os 10%.

Nota-se que o número de pessoas em ocupações não agrícolas atingiu a marca de 45,7 milhões em 1989. Essa dinâmica aconteceu, sobretudo, no comércio e em segmentos do setor de serviços, como administração pública, educação, saúde, alimentação e alojamento, reparação e manutenção, limpeza e vigilância. Continuou-se o processo de rápido crescimento da população urbana, porém, agora menos

concentrada nos centros tradicionais e mais dispersa em regiões metropolitanas e cidades de médio porte (Baltar, 1996; Martine, 1992).

Para Mattoso e Baltar (1997) as condições gerais do mercado de trabalho urbano deterioraram-se durante a década de 1980 em razão do lento crescimento do emprego formal, onde os trabalhadores, no fim da década de 1980, estavam distribuídos em atividades não agrícolas da seguinte forma: grandes organizações públicas e privadas (16,3%), empregos não formais (27,0%) e trabalhadores por conta própria (19,1%). Em 1989, menos da metade dos ocupados em empregos não agrícolas estavam formalizados.

Segundo dados levantados por Baltar (1996) na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sobre o grau de escolaridade dos empregados nos anos de 1980 e 1989, 18% dos trabalhadores tinham primeiro grau (atualmente, ensino fundamental) incompleto e 38% primeiro grau completo e ginásio (quatro últimos anos do ensino fundamental) incompleto. Ou seja, mais da metade dos ocupados (56%) não tinham sequer completado sua passagem pela escola. Tal situação não configurou um obstáculo para o desenvolvimento, pois os postos gerados não exigiam escolaridade específica e os trabalhadores menos instruídos logo se adaptaram às atividades dos ofícios. Contudo, não houve qualquer possibilidade de estabilizar-se no emprego ou desenvolver trajetória de ascensão profissional, pelo contrário, prevaleceram rotatividade e baixas remunerações para a grande massa da população. Em 1989 houve mudança no perfil de escolaridade dos trabalhadores, sobretudo para os ocupados com ginásio completo e colegial (corresponde ao ensino médio atual) incompleto (21% ante 16,9%), colegial completo e superior incompleto (15,7% ante 19,8%) e superior completo (9,3% ante 7,2%).

Para os menos instruídos em termos de escolaridade, o crescimento profissional depende do fator estabilidade do vínculo de emprego, o que acontecia com frequência apenas no setor público e nas grandes empresas do setor privado, especialmente na indústria de transformação. Na distribuição dos salários que integram o núcleo intermediário apenas os mais instruídos em fase inicial de carreira e, quando por privilégio, os menos instruídos já em fase final no mercado de trabalho, que conseguiram de alguma forma estabilizar-se. A população assalariada sem maior escolaridade forma uma ampla base, muito heterogênea, onde existem remunerações

ainda mais baixas para os menos qualificados em início de carreira, sobretudo em estabelecimentos de pequeno porte e organizações familiares de pouca estrutura. A maior parte dos empregados com pouca qualificação, formais ou não formais, localiza-se na base da pirâmide salarial, porém, com grande dispersão. São privilegiados, pelos motivos já elencados, os trabalhadores formais da base, que conseguem auferir mais do que um salário mínimo vigente. Já para os não formais, ultrapassar tal nível de remuneração necessita de uma experiência sólida acumulada em toda uma vida de trabalho. Dessa forma, a existência de diferenciação de salários no Brasil acontece *pari passu* a uma superposição de muitas situações de baixa remuneração, revelando uma distribuição salarial assimétrica, dispersa e desigual, talvez sem qualquer precedente na história do desenvolvimento capitalista (BALTAR, 1996).

Para Saboia (1986) a crise econômica dos anos 80 não impediu a absorção de mão de obra no mercado de trabalho, pois não houve grandes alterações na taxa de atividade da população ocupada neste período. A proporção entre a população ocupada com relação à população com dez anos ou mais (nível de ocupação), segundo a PNAD e dados censitários, era de 52,3% em 1979 e apesar de cair para 51,1% em 1981, se elevou para 52,7% em 1982 e 52,2% em 1983. Entretanto, o crescimento da taxa de participação, a estabilidade nas taxas de participação da população ocupada e os choques recessivos contribuíram para elevar as taxas de desemprego aberto. Em 1979 era de 2,8%, passando para 4,3% em 1981, 3,9% em 1982 e 4,9% em 1983.

Outro ponto a ser destacado pelo autor consiste no aumento da informalidade, ou seja, na diminuição dos empregados com carteira assinada na estrutura ocupacional (em 1979 representavam 37% da população ocupada). Em 1982 a proporção caiu para 36,1% e em 1983 atingiu a marca de 34,3%. Tal acontecimento se deu pelo aumento dos empregados sem carteira, cuja evolução foi de 25% em 1979, 27% em 1982 e 30,7% em 1983. Pela piora no mercado de trabalho brasileiro já no início da década de 1980, tendência que permaneceu durante todo o período, pode-se, pelo presente autor, apontar alguns aspectos já observados nos três primeiros anos da década de 1980, de caráter recessivos:

a) o crescimento do desemprego aberto foi contido pela capacidade de absorção da mão de obra, mesmo durante a crise econômica. Contudo, a absorção se deu por meio da informalidade do trabalho, logo, em condições precárias;

b) aumento da informalidade com perda de participação dos trabalhadores com carteira assinada;

c) o setor industrial e de construção civil foram os mais impactados pela crise, as consequências negativas recaíram especialmente sobre os trabalhadores mais jovens e com menor escolaridade;

d) a taxa de participação feminina aumentou no período, possivelmente impulsionada pelo momento de crise;

e) o mercado de trabalho estagnou, sobretudo nos centros mais desenvolvidos do país, visto que as empresas diminuíram as novas admissões, o que impactou a geração líquida de postos de trabalho;

f) os empregadores contribuíram para a alta rotatividade da mão de obra (71,8% das rescisões de 1983 foram de iniciativa do empregador, com ou sem justa causa).

Conforme Baltar (1996), na comparação dos ocupados em atividades não agrícolas em dois anos, 1981 e 1989, percebe-se que a renda média dos 50% mais pobres diminuiu 20%, ao passo que a dos 5% mais ricos aumentou aproximadamente 29% e na dos 15% seguintes cresceu-se 13%. Ou seja, a desigualdade na distribuição de renda dos ocupados em atividades não agrícolas aumentou com o agravante da aceleração inflacionária do final dos anos 80.

De acordo com Hoffmann (1995), de 1979 até 1986, os indicadores de desigualdades entre as famílias se mantiveram relativamente constantes, como o índice de Gini (0,59) e o índice de Theil (0,52) e a renda apropriada pelos 10% mais ricos foi igual a 46%. Houve uma pequena, porém efêmera, redução da desigualdade em 1986, como consequência do Plano Cruzado. Todavia, posteriormente, como consequência direta da inflação, todos os indicadores revelaram uma piora da desigualdade, pois há relação positiva entre inflação e disparidades de renda.

Observando a composição setorial para os 20% mais pobres ocupados em atividades não agrícolas no transcorrer da década de 80, nota-se que diminuiu o peso das empregadas domésticas e dos trabalhadores por conta própria, ao passo que aumentaram os trabalhadores sem carteira e os funcionários públicos. Na mesma análise para os 5% mais ricos, suavizou-se a participação de ocupados na indústria de

transformação com carteira de trabalho e dos funcionários públicos. Ao passo que aumentaram os empregadores e trabalhadores por conta própria. A diminuição dos assalariados nos âmbitos públicos e privados no estrato superior dos empregados nos setores não agrícolas, a regressão formal do trabalho e o aumento de funcionários públicos no estrato inferior, são indícios de uma desvalorização do trabalho assalariado na década de 80 (BALTAR, 1996).

Para Morais (2013) as especificidades da estrutura ocupacional na década de 1980 podem ser colocadas da seguinte forma: a) o peso do emprego agrícola ainda permanece, visto que 30% da PEA correspondia a tais atividades no início da década de 80; b) as atividades urbanas potencializaram os serviços pessoais (aproximadamente 8% da PEA estava relacionada, por exemplo, ao trabalho doméstico) e c) crescente peso dos trabalhadores autônomos, sobretudo em atividade de prestação de serviços.

Finalmente, entre o período de 1930 e 1964, pode-se afirmar que foi estruturado o mercado de trabalho interno no Brasil. No contexto dos anos 80, porém, aconteceu uma verdadeira deterioração do emprego formal. Conforme Sabóia (1986), Hoffmann (1995), Baltar (1996), Mattoso e Baltar (1997) e Morais (2013), têm-se quatro principais conclusões:

(i) houve mudanças na estrutura ocupacional, pois no ano de 1989 registraram-se 45,7 milhões de pessoas em ocupações não agrícolas (em 1979 eram 30,3 milhões de pessoas);

(ii) com a mudança na estrutura ocupacional, foi reduzida a participação da indústria de transformação e da construção civil, abrindo espaço para o comércio de mercadorias, atividades sociais e administração pública;

(iii) houve aumento das desigualdades salariais (de um lado, uma “cúpula” com altos rendimentos, de outro, uma “massa” de trabalhadores em condições precárias de informalidade). No estrato dos 20% mais pobres empregados em atividades não agrícolas, houve aumento dos trabalhadores sem carteira e dos funcionários públicos;

(iv) a capacidade de absorção da força de trabalho na década de 80 fez com que as taxas de desemprego não fossem tão altas diante de uma “década perdida”. Contudo, esse efeito foi mitigado pelo aumento da informalidade e das condições precárias de trabalho.

Para Dedecca (2004) o começo da década de 1990 trouxe expectativas para a sociedade brasileira em razão de a Constituição promulgada no findar da década anterior, visto que havia esperanças quanto à retomada do crescimento econômico como indutor da superação do atraso social com um Estado de bem-estar social, entravado desde 1930.

Analisando o desempenho econômico, alguns dados populacionais e do mercado de trabalho, o autor mostra que o crescimento do setor de serviços esteve próximo ao do setor industrial nas décadas de 60 (6,3% contra 7%) e 70 (9,4% contra 9,3%). Muito embora o desempenho de crescimento mais alto do setor de serviços não tenha se mantido nos anos de 1990, nota-se que ficou próximo ao crescimento anual da população urbana (2,5%), determinado pelos efeitos do padrão geral de consumo – ver Tabela 1.

Tabela 1. Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por grande setor de atividade econômica no Brasil (1951-2000).

	Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3
1961-1970	6,2	7	6,3	3,7
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4
1991-2000	2,5	2,9	2,7	3,2

Fonte: Dedecca (2004) e IBGE

Elaboração própria.

Nota-se pela expansão do PIB mudanças na distribuição funcional da renda, isso foi possível pela metodologia do novo Sistema de Contas Nacionais. O primeiro destaque vai para a queda na participação da remuneração dos empregados na renda disponível: de 37,5%, em 1991, para 32,8%, em 1999. Nesse período, a participação do excedente operacional bruto (renda bruta das empresas exclusive os impostos e inclusive os subsídios) no PIB elevou-se de 38,5% para 41,4%, como consequência da redução dos salários e do rendimento dos autônomos (de 7% para 5,1%), frente a elevação da participação dos impostos (de 12,9% para 16%), das contribuições sociais efetivas (de 5,5% para 6,2%) e das contribuições sociais imputadas (de 4,2% para 4,7%), de maneira respectiva. As contribuições são a principal fonte de financiamento

da política social, em uma década de fragilidades do ponto de vista social. Já a maior tributação ocorreu no cenário de redução do poder de compra dos salários (DEDECCA, 2004).

Para Baltar (2004) a década de 1990 não foi de estagnação econômica, pois a abertura ao capital estrangeiro modificou a estrutura da economia brasileira, justamente no momento em que país voltava a ter acesso ao crédito internacional. A começar pela reestruturação na indústria de transformação e avanços em setores pontuais da prestação de serviços, especialmente nas comunicações. Entretanto, tais reordenamentos foram limitados em razão do baixo investimento, como mostra a FBCF que atingiu 18,1% em 1997, caindo para 16,2% no ano seguinte. Na metade da década de 1970, a FBCF se situava por volta de 25%, num outro momento histórico, onde o crédito internacional era amplamente disponível, existiam empresas estatais capitalizadas e um sistema público de financiamento. Tal articulação no II PND fez a taxa de investimento elevar-se aos maiores patamares da história brasileira. Observando a queda da atividade econômica no início da década de 1990, houve eliminação de 15,8% do total de empregos na indústria de transformação, além do deslocamento de trabalhadores das grandes empresas industriais para as de menor porte, na modalidade de subcontratação. Com o ganho de produtividade proporcionado pela abertura, em 1992, não houve geração de empregos para recompor o “tombo” do início da década, ao contrário, mais 3,8% dos empregos em estabelecimentos industriais foram fechados.

Segundo o autor, a queda dos empregos não agrícolas, com exceção da indústria de transformação, no início da queda de 90, foi de apenas 1,9%. Após 1992, a retomada da atividade econômica possibilitou aumento de 16,3% nos empregos não agrícolas (2,2% a.a.), exceto da indústria de transformação. O aumento da produtividade industrial, não obstante a diminuição dos postos de trabalho neste setor possibilitou a geração de empregos noutros segmentos de atividades não agrícolas, cuja expansão foi de 11,4% entre 1992 e 1999. A participação do emprego industrial em atividades não agrícolas continuou sua trajetória de queda, atingindo 20,8% em 1999. Entre 1992 e 1999, as vagas diminuíram também na extração mineral (23,5%), serviços de utilidade pública (7,7%) e atividades financeiras (17%). Ao passo que aumentaram no comércio (3,1% a.a.), comunicação (4,8% a.a.), alojamento e alimentação (2,7% a.a.), serviços pessoais (5,9% a.a.), serviços domiciliares (4% a.a.), serviços de diversão (4,3% a.a.),

serviços auxiliares de atividade econômica (4,3% a.a.), saúde (3,7% a.a.) e educação (3% a.a.). Finalmente, o número de empregos não agrícolas cresceu pouco entre 1989 e 1999, pois o acréscimo foi de 1,6 milhão (157 mil/ano), enquanto a população ativa no país no período se expandiu anualmente em 1,3 milhão no período.

O estreitamento do mercado de trabalho não se ateve apenas a atividades não agrícolas, embora a situação da agricultura tenha melhorado após a desvalorização cambial, em 1999, o número de ocupações agrícolas era 5,2% menor do que em 1989. No contexto do ganho de produtividade, cuja produção aumentou em 3% a.a. com a alteração da composição orgânica do capital no setor, a queda do emprego assalariado agrícola foi de 20%.

Verifica-se pelo desempenho do emprego assalariado agrícola e não agrícola que o número de pessoas ocupadas aumentou 11,5% na década de 90 (67,6 milhões de pessoas) – o que representa um ritmo de crescimento médio anual de 1,1%, absorvendo anualmente, em média, aproximadamente 700 mil trabalhadores. Como a população ativa aumentou em 1,3 milhão por ano, o resultado é conhecido: o desemprego aberto elevou-se para 10,4% da PEA em 1999, sendo menos de 5% da PEA em 1989 (BALTAR, 2004).

Segundo Cacciamali (1999) o mercado de trabalho no Brasil sofreu um conjunto de alterações estruturais como resultado da abertura no âmbito comercial e financeiro. Não obstante a estabilidade pós-Real e o crescimento econômico de 1994 e 1995, não se observou uma criação de empregos suficiente para suprir a evolução da população em idade ativa, sobretudo nos segmentos mais dinâmicos da economia. Dessa maneira, se ampliaram as taxas de desemprego e o subemprego passa ser uma realidade, principalmente no setor de serviços, que representou 76,5% do emprego não agrícola no ano de 1995. Passam a ser difundidas formas de trabalho na modalidade por conta própria, em micro e pequenas empresas, pequenos negócios familiares, contratos de trabalho de maneira ilegal e serviço doméstico. Dado o avanço dos rendimentos reais médios dos informais em comparação aos assalariados com registro, a ampliação na demanda por serviços se deu pelo aumento de renda real (nos primeiros anos do Plano Real) e pela ausência de concorrência externa, que contribuiu para o acréscimo de ocupações no setor terciário.

Segundo dados da PNAD e da PME apresentados pela autora, apesar do salário relativo evoluir em favor dos sem registro formal na década de 90, o crescimento da renda dessa categoria limitou-se por três motivos: (i) aumentou o desemprego, que contribuiu para a expansão de trabalhadores por conta própria e microempresários; (ii) maior exposição à concorrência externa e (iii) a demanda por serviços é arrefecida pela diminuição do crescimento econômico e dos salários no setor formal.

Na Região Metropolitana de São Paulo, responsável por aproximadamente 20% do valor adicionado na indústria brasileira, nos períodos de 1995-96 e 1988-89, o processo de reestruturação produtiva se deu da seguinte maneira, das 800 mil ocupações geradas, 58,5% foram criadas no amplo setor de prestação de serviços, 24,3% no comércio e 11,5 no serviço doméstico. Ao passo que na indústria, construção civil, serviços financeiros, administração, segurança e utilidade pública foram fechados 470 mil empregos, sobretudo (77%) no setor industrial (CACCIAMALI, 1999).

Entre 1992 e 1995, do total de ocupações não agrícolas criadas na faixa etária entre 15 e 24 anos, 65% foram realizadas em estabelecimentos com menos de 5 ocupados, enquanto para a faixa etária de 25 a 55 anos, 61% das ocupações criadas foram distribuídas no conjunto de empregadores, conta própria e serviço doméstico (BALTAR; DEDECCA, 1997).

A partir de Amadeo *et al.* (1994), Baltar e Dedecca (1997), Cacciamali (1999), Dedecca (2004), Baltar (2004) e Morais (2013) sintetiza-se o mercado de trabalho no Brasil na década de 90 da seguinte maneira:

(i) desemprego acelerado e em taxas altas, em razão da baixa absorção de mão de obra, sobretudo na indústria. Com a abertura, o setor industrial obteve ganhos de produtividade e intensificou o processo de terceirização das atividades e flexibilização dos contratos de trabalho, sobretudo de prestação de serviços, na modalidade de subemprego (dinâmica de trabalho emprego-desemprego). Em 1999, o desemprego aberto atingiu a marca de 10,4% da PEA;

(ii) o emprego em estabelecimentos não agrícolas praticamente não aumentou na década de 90. A ampliação do número de vagas no comércio, comunicação, alojamento e alimentação, serviços pessoais, serviços domiciliares, serviços de diversão, serviços auxiliares de atividade econômica, saúde e educação foi

contrabalançada pela queda na extração mineral, serviços de utilidade pública e atividades financeiras. Ademais, o acréscimo de empregos entre 1989 e 1999 foi, em média, de 157 mil vagas por ano, enquanto a população ativa cresceu anualmente 1,3 milhão;

(iii) O crescimento da renda com o Plano Real fomentou a demanda por serviços, contribuindo para o acréscimo dessas ocupações. Entretanto, a evolução do emprego não formal teve-se a baixa produtividade do trabalho, com fragilização na estrutura ocupacional, precarização e informalidade, a exemplo do aumento dos serviços domésticos remunerados.

(iv) maior flexibilidade na legislação trabalhista, até então intacta desde 1930, cujos efeitos se estenderam ao uso social do trabalho (a exemplo das contratações ilegais, menor contribuição para a seguridade social por algumas categorias e negociações coletivas capitaneadas pela empresa com arrefecimento sindical).

1.3. O mercado de trabalho entre 2000 e 2015: Brasil e Regiões Metropolitanas

Para Baltar e Krein (2013) o mercado de trabalho no Brasil e as relações de trabalho têm como traço a existência de novas (com a globalização e a inserção nas cadeias globais de valor) e velhas questões, pois, no decorrer dos processos de assalariamento, não se formou a constituição concreta de um sistema universal de direitos. A proteção social plena continua restrita a uma parcela segmentada de trabalhadores, dado que: (i) existe excedente estrutural de força de trabalho, (ii) significativo número de trabalhadores sem registro formal em carteira, (iii) elevada parcela de autônomos com restrições no acesso à seguridade social e (iv) parcela da população ativa em atividades de negócios familiares, sem remuneração. Ou seja, uma das especificidades do mercado de trabalho brasileiro é ser pouco estruturado, com uma proteção social em construção.

Outra questão levantada pelos autores supracitados é que o modo de abertura da economia brasileira na década de 90 trouxe dependência com relação às vicissitudes externas, seja nas finanças ou no comércio. Com a crise euroasiática em

1997 e 1998 gerou-se fuga de capitais e mais instabilidades no mercado de trabalho, situação agravada com o aumento do desemprego em razão da baixa capacidade de expansão do PIB. O desemprego mais alto, com maiores taxas de inflação, enfraqueceu o poder de compra da renda do trabalho. Contudo, a situação melhorou após o crescimento das exportações via aumento dos preços internacionais das *commodities*, a partir de 2003.

Pochmann (2006) divide o mercado de trabalho no Brasil em dois subperíodos, entre os anos de 1979 e 1999, e entre 1999 e 2004, para ressaltar algumas novidades positivas. Sobre o primeiro subperíodo, no ano de 1979, conforme a PNAD, 60,6% da PEA era de caráter assalariado (55,4% no ano de 1999), com 36,3% (33,8% no ano de 1999) com registro formal e 24,3% (21,6% no ano de 1999) sem registro formal. O comportamento do mercado de trabalho convergiu para precarização das ocupações e desestruturação interna com crescimento do segmento laboral não organizado, onde, por estimativa, de cada dez postos de trabalho abertos entre 1979 e 1999, quatro foram não assalariados. Ademais, de cada cem pessoas ingressantes no mercado de trabalho, vinte e uma ficaram desempregadas, enquanto a cada dez vagas abertas, quatro foram assalariadas com registro.

Notadamente a partir do ano de 2000 já se verificou alteração no movimento de desestruturação do mercado de trabalho presente entre 1979 e 1999. Primeiramente pelo predomínio do assalariamento – em aproximadamente 87% das vagas geradas – sendo quase 2/3 com carteira assinada. No contexto da reestruturação no segundo subperíodo (1999-2004), nota-se a queda no desemprego aberto, capitaneada pelo setor industrial, responsável por quase 1/3 das novas vagas. Entre 1979-1999, a indústria respondeu por uma de cada dez ocupações no país. Finalmente, no segundo subperíodo, houve fortalecimento dos empregos (formais) no segmento organizado da economia, com quedas nas taxas de desempregos e de precarização. Tal movimento positivo se deve diretamente à mudança de regime cambial e ao crescimento do comércio externo. Ou seja, tem-se a estabilidade macroeconômica do país como um componente fundamental para a situação favorável de novas vagas.

Para Cacciamali (2010) o mercado de trabalho ocasionou inclusão social na primeira década de 2000, distinguindo-se das décadas anteriores, pois o emprego foi o fio condutor, com aumento das taxas de atividade e ocupação e queda nas de

inatividade e de desemprego. Segundo dados da PNAD, o crescimento médio anual do número de pessoas ocupadas no Brasil entre 2002 e 2008 foi de 2,6%, enquanto na década de 90 a expansão anual foi de 1,4%. No que tange ao emprego formal, houve reversão da informalidade (uma característica marcante nos anos de 1980), pois 67,8% das 12,6 milhões de ocupações foram com carteira assinada. Também de maneira contrária ao contexto das décadas de 80/90 sob o predomínio de terceirização, a criação de empregos se ateve à indústria e ao comércio, superando os serviços. Nas ocupações agrícolas, em virtude do aumento de produtividade com a introdução de maquinário, diminuíram-se os empregados não remunerados, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria, vetores de exclusão social no meio rural.

Segundo a autora, os indivíduos com ensino médio e superior apresentaram maior probabilidade de ocupar-se, com a menor taxa de inatividade, enquanto os universitários, a menor taxa de desemprego. Outra ponderação é que a taxa de desemprego dos adolescentes foi três vezes superior à dos adultos e jovens (25 a 39 anos), reforçando a existência de um requisito mínimo de escolaridade para participar do mercado formal. Os indicadores de atividade por sexo também mostraram que a taxa de desemprego feminino é, em média, o dobro do masculino. Em linhas gerais, a expansão do emprego formal, o aumento da oferta de trabalhadores com maior número de anos de escolaridade e o aumento do salário mínimo arrefeceram as diferenças salariais entre ocupados menos qualificados e qualificados.

Para Baltar (2015) a formalização dos contratos de trabalho e a elevação do poder de compra diminuíram as diferenças de renda entre os trabalhadores em razão do maior crescimento do PIB com inflação baixa. A partir de 2004, aumentou a geração de empregos assalariados. Nota-se que os dois períodos de maior crescimento econômico foram 1993-1997 e 2003-2008, respectivamente. No primeiro período a expansão do PIB foi de 4% a.a., entre 1993-94 o ritmo de crescimento anual foi de 5,0%, todavia, com a crise do México no início de 1995, isto não se manteve. No segundo período, o crescimento do PIB atingiu a marca de 4,8% a.a., antes da crise mundial de 2008, a média se situava em 6% a.a. Destaca-se também o contexto externo favorável aos países exportadores de produtos primários engendrou um balanço de pagamentos mais sólido entre 2004-2008 pela retomada das exportações líquidas. Como o volume de exportações acelerou o crescimento do PIB em 2004 e também o número

de pessoas ocupadas, revelou-se então a elasticidade do emprego no início do crescimento observado entre 2004-2008. Contudo, a imediata valorização do real em virtude do *boom* das *commodities*, de altas taxas de juros e do livre desenvolvimento e operações no mercado de derivativos de câmbio, por exemplo, modificaram a relação entre os crescimentos do PIB e do emprego. Acelerou-se a expansão de absorção interna em detrimento da retração da absorção externa, o que possibilitou rápido crescimento, porém com menor vigor, num contexto de taxas de investimento crescentes, muito embora, para o autor, insuficientes para um “auge” de atividade econômica (ver Tabela 2).

Tabela 2. Crescimento do PIB e da ocupação das pessoas entre 2001 e 2008 (em %).

Anos	Consumo + investimento	PIB	Produção industrial	Pessoas ocupadas	Emprego formal	Outras ocupações
2001-2003	0,1	1,9	2,1	2,4	3,5	1,7
2003-2005	4,3	4,4	4,8	3	5	1,7
2005-2008	6,5	5,1	3,2	2,3	5,8	-0,2

Fonte: Baltar (2015), IBGE e PNAD

Elaboração própria.

O autor também mostra que outra característica do mercado de trabalho na retomada do crescimento entre 2004 e 2008 foi a evolução do emprego formal com respeito a legislação trabalhista e a Previdência Social, que cresceu em ritmo maior de que número total de pessoas ocupadas. Em 1970, 55% dos contratos de trabalho eram regidos pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público, baixando para 53% na década seguinte. Na década de 1990 a maneira como foi realizada a abertura estagnou o emprego formal, onde no seu findar, 43% dos contratos eram celetistas ou estatutários. A partir de 2004, os contratos formalizados corretamente representaram 45%, proporção que voltou a subir, pois em 2008 alcançou a marca de 48%, ainda muito abaixo do período anterior à crise da dívida externa.

O crescimento do emprego assalariado de adultos, entre 2004 e 2008, se deu pela ampliação, sobretudo, de empregados contratados por estabelecimentos e também de empregados no serviço doméstico. A participação do serviço doméstico no emprego assalariado pouco diminuiu (de 12,8% para 11,9%), com baixo grau de formalidade, por volta de apenas 30%. Em contrapartida, 75,6% dos empregos gerados em estabelecimentos para jovens e adultos no período foram via contrato formal. Sobre as

condições de atividade da população no mercado de trabalho entre 2004 e 2008, pode-se destacar que: (i) houve maior absorção da população ativa no mercado laboral; (ii) redução da taxa de desemprego para o trabalho assalariado; (iii) aumento das contratações de empregados por estabelecimentos, em detrimento das contratações por familiares e serviços domésticos; (iv) aumento do cumprimento das leis trabalhistas pelos estabelecimentos; (v) a soma de empregados e desempregados assalariados aumentou de 66,1% para 68,3% da PEA e a taxa de desemprego no mercado assalariado (relação entre os desempregados e a soma de desempregados e empregados) abrandou de 13,5% para 10,5%. Finalmente, a retomada do crescimento entre 2004 e 2008 aconteceu num cenário de melhora no mercado de trabalho brasileiro (BALTAR, 2011).

A crise mundial de 2008 apresentou especificidades pelos acontecimentos que divergiram da crise de 1929³ e afetou o crescimento econômico brasileiro no último trimestre de 2008. Os efeitos imediatos recaíram sobre o investimento e as exportações, que enfraqueceram em 2009.

³ Sobre a compreensão da crise financeira de 2008, consideram-se, de maneira sintética e esquemática, dois atores principais num mercado de grãos: (a) proprietário dos estoques e (b) produtores. Quando o preço do milho, por exemplo, sobe, (a) começa a ganhar mais e alimentar expectativas (t+1) de alta. Assim (b) produz mais, aumentando a oferta e conseqüentemente diminuindo o preço. Portanto, há no próprio mercado mecanismos para dissipar uma bolha não sustentável. No mercado imobiliário é diferente: a oferta de imóveis é inelástica no curto prazo. Os preços dos ativos são determinados pela demanda. Todos no mercado (proprietários e Bancos Múltiplos na realidade americana) ganham demandando mais. No sistema de hipotecas é possível valorizar as garantias de maneira fictícia. O resultado da arquitetura (ou engenharia) do sistema de securitização é conhecido em 2007-08 com a crise. As inovações financeiras mudaram novamente a concepção do que é dinheiro e gestaram a crise (SAYAD, 2015).

O efeito contágio da crise que teve como epicentro os EUA foi sentido na economia mundial com o aumento do desemprego. Tem-se um problema de demanda agregada com uma via de solução antiga e já conhecida com a TG de 1936: a proposta pelo aumento da demanda agregada. Entretanto, a saída pelo lado fiscal que consiste no aumento dos gastos públicos enfrentou resistência no Congresso Americano. Com a queda dos preços (deflação) ganhou força as ideias de I. Fischer no pós-crise. Ademais, mesmo com taxas de juros próximas de zero a recuperação da atividade não aconteceu. A política monetária foi posta em prática sob capitania de Bernanke com o “quantitative easing”, mais conhecido como QE, que são operações de redesconto de títulos da dívida dos bancos e também de outros papéis (como empréstimos hipotecários). Uma injeção de liquidez aos velhos moldes da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM): M (Meios de Pagamento). V (Velocidade de circulação) = $P.Y$ (Renda nominal) – porém enfraquecida pela redução da velocidade de circulação da moeda (que é 0 na TQM) e pela redução do multiplicador bancário. No modelo IS-LM, quando há taxa de juros positiva ($r > 0$) diminuí-la significa aumentar o Produto Nacional (Y). Todavia, os efeitos sobre Y quando ($r < 0$) não são os mesmos e o agente busca substituir moeda, que é reserva de valor. Taxas de juros negativas aumentam a demanda por bens especulativos com vistas de preservar poupança. A solução via remédio keynesiano é superestimada porque quando $r < 0$ a curva IS pode tornar-se vertical em determinado momento, implicando que variação nos juros não afetam Y . Na crise de 1929 as dívidas foram apagadas com a quebra geral. Em 2008 foi diferente, pois restaram credores, principalmente pela ação rápida do governo, como sugere, por exemplo, Robert Shiller, da Yale University, nobel de Economia em 2013. Há razões para um possível insucesso da saída proposta por Keynes com aumento da demanda agregada (DA): (i) o efeito multiplicador perde a eficácia, uma vez que a renda adicional é transformada em poupança pelos agentes econômicos e (ii) a questão da capacidade de refinanciamento do déficit público, que poderia, inclusive, abalar a capacidade da economia americana em possuir a moeda reserva (RESENDE, 2011).

Segundo Baltar (2015), conforme a Tabela 3, as exportações de bens e serviços medidas em moeda nacional, que haviam crescido anualmente em 3,3% em 2006-2008, caíram em 9,1% no ano de 2009. Já o investimento que aumentara, em média, 13,7% ao ano, caiu 6,7%. A crise mundial diminuiu a atividade econômica nos *players* globais e intensificou-se a competição de produtos manufaturados em busca de mercados emergentes, como o Brasil. Apenas em 2009, registrou-se queda no ritmo de crescimento do PIB (-0,3%) e da produção manufatureira (-8,7%).

Tabela 3. Indicadores de Atividade da Economia Brasileira (2006-2012) – em %.

Ano	Investimento	Consumo	Consumo + investimento	Exportação	Importação	PIB	Manufatura
2007	13,9	5,8	7,2	6,2	19,9	6,1	5,6
2008	13,6	5	6,6	0,6	15,4	5,2	3
2009	-6,7	4,1	2	-9,1	-7,6	-0,3	-8,7
2010	21,3	6,3	8,9	11,5	35,8	7,5	10,1
2011	4,7	3,5	3,8	4,5	9,8	2,7	0,1
2012	-4	3,1	1,7	0,5	0,2	0,9	-2,6

Fonte: Baltar (2015) e IBGE

Elaboração própria.

Desde 2008, o crescimento da produção em atividades não manufatureiras gerou empregos para conservar a manutenção de melhora nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, não obstante a desaceleração do PIB. Esse processo foi capitaneado sobretudo pelas áreas metropolitanas no país, onde a composição da atividade econômica tem predomínio do setor terciário. Nesse contexto, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME)⁴ retrata a situação mais detalhada do mercado de trabalho no pós-crise em regiões metropolitanas tradicionais do país. Dados da PNAD revelam que 1/3 da PEA nacional reside em áreas metropolitanas, enquanto 80% da PEA metropolitana se concentram nas seis metrópoles da PME (Baltar, 2015; Dafner, 2006).

Segundo Ramos (2007) a abertura da economia afetou as metrópoles de maneira mais abrupta. A taxa de desemprego no ano de 2005 foi de 13,4% da PEA residente nas metrópoles, enquanto que, para o restante do país, alcançou a marca de 8,6%. Entretanto, a taxa de participação de 61,3% da PEA nas metrópoles foi superior a

⁴ A Pesquisa Mensal do Emprego (PME) abarca as regiões metropolitanas mais antigas do país, como Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

taxa observada fora das metrópoles (59%), bem como a renda do trabalho, que se mostrou elevada favoravelmente aos residentes nas regiões metropolitanas, sobretudo para os trabalhadores por conta própria e trabalhadores com ou sem carteira.

Conforme Baltar (2015) a retomada do crescimento da economia no pós-crise financeira internacional de 2008 teve como ponto de partida as regiões metropolitanas, cujo mercado de trabalho estava bastante debilitado em 2003. Por exemplo, a taxa de desemprego se situava em 12,3% da população ativa residente nas seis principais RM's do país. O emprego assalariado abarcou 73,5% das pessoas ocupadas e total de desempregados atingiu 19,2% do total de assalariados – ver Tabela 4.

Tabela 4. Evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME nos anos de 2003, 2008 e 2012.

	2003	2008	2012
Taxa de desemprego (%)	12,3	7,9	5,5
Taxa de participação (%)	57,1	57	57,3
Taxa de ocupação (%)	50	52,5	54,2
Emprego assalariado (%)	73,5	75,8	77,3
Ocupação não assalariada (%)	26,5	24,2	22,7
Emprego formal (%)	70,2	74	79,5
Emprego sem carteira (%)	29,8	26	20,5
Renda média do trabalho (R\$)	100	115,2	132,3

Fonte: Baltar (2015) e IBGE Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 5, nas metrópoles compreendidas pela PME, a estrutura setorial do emprego pouco se alterou entre 2003-2008 e 2008-2012, visto que o conjunto de ‘extrativa, transformação, eletricidade, gás e água’ e ‘construção’ representaram 19% do número de pessoas ocupadas nos dois períodos, enquanto que o comércio e diversos outros serviços contribuíram com os 81% das ocupações restantes. Mas com o enfraquecimento da indústria, no segundo período, houve uma mudança qualitativa, pois, a construção civil contribuiu para o crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das metrópoles da PME, em detrimento do conjunto de produção de bens. Além da construção civil, o crescimento das ocupações foi maior entre 2008 e 2012 na ‘administração pública e serviços sociais’ e ‘outros serviços’.

Entre 2003 e 2008 registrou-se aumento de 2,6% a.a. no número de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas abrangidas pela PME, o que significa absorção de

2,6 milhões de pessoas ativas. No período 2008-2012 as ocupações se expandiram em 2%, incorporando 1,8 milhão de pessoas (BALTAR, 2015).

Tabela 5. Contribuição dos setores de atividade econômica para o crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das metrópoles da PME (2003-2012).

	Participação em 2003	2003-2008		Participação em 2008	2008-2012	
		Taxa de crescimento	Contribuição		Taxa de crescimento	Contribuição
Extrativa, transformação, eletricidade, gás e água	17,4	2,2	13,4	17,1	0,4	4,9
Construção	7,4	2,5	5,4	7,3	3	14,1
Comércio e reparação	19,9	1,8	13	19,1	1,6	13
Finanças, imóveis e serviço para empresa	13,8	4,7	25,9	15,2	3,4	28,4
Administração pública e serviços sociais	15,9	2,4	16,8	17,7	3,2	21,6
Serviço doméstico	7,6	3,3	8,9	7,8	-1,9	-6,7
Outros serviços	17,1	2,8	18,1	17,2	3,1	24,9
Outras atividades	0,9	-5,1	-1,5	0,6	-1,8	0
Total	100	2,7	100	100	2	100

Fonte: Baltar (2015) e IBGE

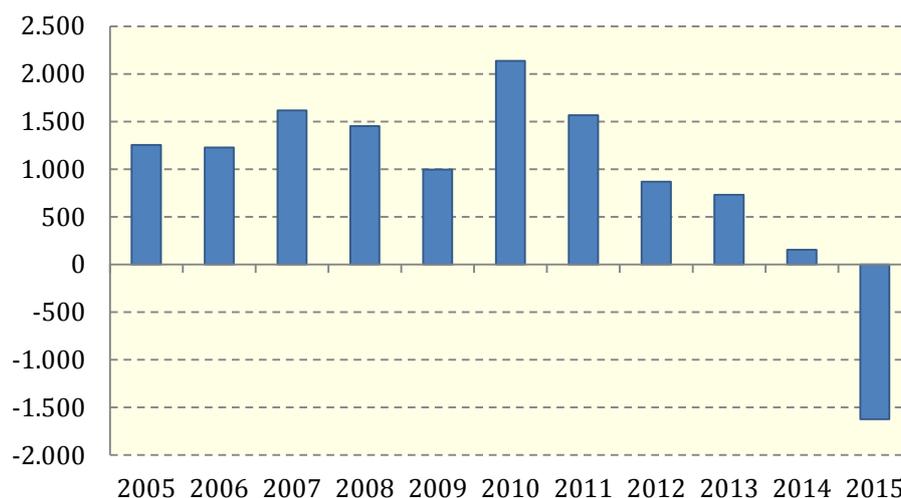
Elaboração própria.

Conforme o Gráfico 1, dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), sinalizam que durante os anos de 2005 a 2010 registrou-se no país a criação de 8,6 milhões de postos de trabalho, sendo a dinâmica de expansão de empregos mantida até mesmo durante a crise financeira internacional. Na ocasião, utilizou-se de políticas específicas em resposta à crise de 2008, como redução nas taxas de juros e estímulo ao crédito, revelando assim que, de fato, gerar empregos consiste numa estratégia política de governo.

Entretanto, sobretudo nos últimos cinco anos, em razão da fragilidade política, das incertezas e da rápida deterioração macroeconômica, verifica-se

diminuição na geração líquida de empregos. No ano de 2015 foram fechadas no Brasil 1,6 milhão de vagas, pior resultado desde o ano de 1992, com o agravante de que com a pressão inflacionária e os efeitos negativos dos subsídios fiscais nas contas públicas tornou-se visível a necessidade de um ajuste fiscal de qualidade, com finalidade de reduzir a trajetória explosiva da dívida pública.

Gráfico 1. Saldo de Empregos no Brasil (em mil) de 2005 a 2015.



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

Este cenário desfavorável pode ser entendido especialmente após o que se convencionou chamar por Nova Matriz Econômica (NME), que consistiu em um conjunto de políticas iniciadas em 2012 que tinha como objetivo aumentar a relação investimento/PIB e promover o crescimento da economia brasileira. Para tanto, adotou-se uma combinação entre juros baixos, câmbio competitivo e política fiscal com papel ativo do investimento público, gerando efeitos sobre a credibilidade durante o governo Dilma, visto que as expectativas tanto do governo como dos agentes privados se desfizeram, descortinando um ambiente desfavorável.

A economia brasileira passa atualmente por um delicado período de recessão e enfraquecimento da atividade econômica com o produto interno bruto (PIB) que recuou 1,9% na comparação entre o segundo trimestre de 2015 contra o primeiro trimestre do ano. No desempenho do primeiro semestre de 2015, o PIB caiu 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Sobre a questão da inflação, o Índice de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu o patamar de 6,17%, valor mais elevado para o período de janeiro a junho desde o ano de 2003. Além disso, incertezas políticas e o aumento dos juros são circunstâncias que podem afetar negativamente o mercado de trabalho brasileiro. Observando o comportamento da taxa de desemprego para os anos de 2012 a 2015, no primeiro semestre de 2015, o valor médio de 8,1% é de 1.p.p. acima do ocorrido para o mesmo período do ano anterior (7%). Em 2014, no segundo trimestre, a taxa média foi de 6,85% (e no quarto trimestre de 6,5%), entretanto, este valor destoa do ocorrido em 2015, pois a taxa média de desemprego atingiu a marca de 8,31% nesta ocasião (IPEA, 2015).

Conforme a Tabela 6, na Região Sudeste foram fechadas 906,7 mil vagas no ano de 2015, seguida pelo Nordeste (276,2 mil vagas), Sul (234,4 mil vagas), Norte (115,6 mil vagas) e Centro Oeste (92,5 mil vagas).

Tabela 6. Saldo de Empregos por Região Brasileira (2005-2015).

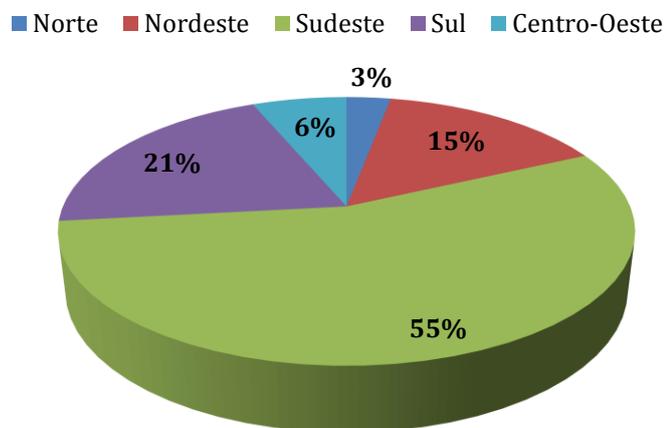
Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	48.724	43.882	68.975	26.574	37.241	90.049	82.633	19.312	17.098	-12.361	-115.603
Nordeste	197.014	166.866	204.310	203.617	227.376	382.050	232.286	92.084	103.387	36.248	-276.285
Sudeste	790.111	773.048	949.797	840.298	476.032	1.136.951	850.846	475.301	316.422	24.149	-906.715
Sul	162.268	199.817	300.315	275.363	184.324	406.728	296.479	195.594	228.734	102.761	-234.427
Centro-Oeste	55.864	45.073	93.995	106.351	70.138	121.169	103.799	85.950	65.046	1.917	-92.521
Total	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.203	995.111	2.136.947	1.566.043	868.241	730.687	152.714	1.625.551

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

De maneira geral, nos anos de 2005 a 2015, registrou-se criação de 10,3 milhões de postos de trabalho formal no Brasil, sendo que 55% das novas contratações foram feitas no Sudeste (ver Gráfico 2).

Gráfico 2. Distribuição proporcional das vagas de emprego abertas no Brasil de 2005 a 2015 por Regiões.



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

Nota-se pela Tabela 7 que 89,9% do total de empregos gerados nos anos em exposição dizem respeito aos setores de Serviços (5,5 milhões) e Comércio (3 milhões). Na Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca foram fechados 38,4 mil empregos, sendo o único setor onde as demissões superaram as admissões.

Tabela 7. Saldo de Empregos por região brasileira e setor de atividade econômica (2005-2015).

Região	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	Total
Norte	21.489	20.993	117.264	152.669	-5.893	306.522
Nordeste	178.424	128.125	501.099	785.474	-24.173	1.568.949
Sudeste	493.698	372.181	1.609.830	3.280.340	-29.875	5.726.174
Sul	352.344	137.289	651.481	968.645	8.193	2.117.952
Centro-Oeste	97.285	13.796	176.434	355.921	13.345	656.781
Total	1.143.240	672.384	3.056.108	5.543.049	-38.403	10.376.378

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

Em suma, podem-se descrever os traços gerais do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 2000 e até 2015, conforme Pochmann (2006), Ramos

(2007), Cacciamali (2010), Baltar (2011), Baltar e Krein (2013) e Baltar (2015) a partir dos seguintes aspectos:

a) até 2004, o mercado de trabalho foi adverso à população em razão do baixo crescimento econômico e da flexibilidade nas normas de regulação do trabalho assalariado, sobretudo na década de 1990, com os processos de *outsourcing* e proliferação de subempregos. Os “sintomas” do contexto desfavorável podem ser percebidos pela absorção da PEA por idade⁵ no ano de 2004, onde a predominância de entrada foi dos jovens, enquanto os adultos, sem grandes oportunidades até então, tentam se estabelecer nos negócios por conta própria ou com poucos empregados. Nota-se que 66,5% dos jovens em ocupações não assalariadas eram trabalhadores não remunerados, como estagiários e ajudantes em negócios familiares. Já para os assalariados, 52% foram contratados sem registro em carteira. Enfim, 79% dos adultos não assalariados eram responsáveis por negócios – ou empregadores ou trabalhadores por conta própria – enquanto 33% dos assalariados não tinham registro;

b) a partir de 2004, com o crescimento da economia, os indicadores do mercado de trabalho mostram melhora, por exemplo, o desemprego no mercado de trabalho adulto caiu de 9,4% para 7,3%. Entre 2004 e 2008 a PEA cresceu, porém, a população ativa com menos de 25 anos em 2008 foi menor do que em 2004, ou seja, a elevação da PEA nestes dois anos aconteceu pelo aumento do número de pessoas com 25 anos ou mais de idade. Têm-se dois desafios, como em relação aos indícios do término do que se convencionou chamar por bônus demográfico e também referente à estabilidade dos adultos no emprego;

(c) a crise de 2008 afetou as principais economias mundiais e o Brasil direcionou um conjunto de políticas específicas em resposta à crise, sobretudo de estímulo a demanda. Entre 2008 e 2009, mesmo num cenário de intempéries com a fragilidade internacional, houve 2,4 milhões de novos postos de trabalho gerados. De 2005 a 2015, foram observadas 10,3 milhões de novas vagas. Contudo, o desempenho no ano de 2015 foi o pior desde 1992, visto que 1,6 milhão de vagas foram fechadas;

⁵ Sobre os empregados jovens e adultos, segundo Baltar (2011), estavam inseridos no mercado de trabalho em setembro de 2004 da seguinte maneira: 75% da PEA com idade entre 10 a 24 anos e 63% da PEA com 25 anos ou mais de idade.

(d) a retomada do emprego no pós-crise mundial aconteceu, sobretudo, nas principais regiões metropolitanas do país, onde o mercado de trabalho estava deteriorado, como mostram os dados no ano de 2005, cuja taxa de desemprego era de 13,4% nas metrópoles e 8,6% no restante do país. Com o enfraquecimento da indústria, para o crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das metrópoles brasileiras, a construção civil contribuiu com 14,1% das novas vagas entre 2008 e 2012 (entre 2003 e 2008, a mesma proporção foi de 5,4%). Finanças, imóveis e serviço para empresa (28,4%), administração pública e serviços sociais (21,6%) e outros serviços (24,9%) capitanearam a expansão de ocupações nas metrópoles brasileiras no escopo da PME. Finalmente, registrou-se queda (-1,8%) de participação do serviço doméstico dentre as ocupações metropolitanas nos anos de 2008 a 2012.

1.4. O Conceito de Trabalho Decente: Breve Apresentação

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919 no contexto do fim da primeira guerra mundial com o Tratado de Versalhes. O objetivo principal de promover a justiça social era o entendimento de que somente assim seria possível conseguir a paz. Sua estrutura é tripartite, ou seja, em sua composição há representantes do governo e das organizações de empregadores e de trabalhadores. Mesmo com a constante atualização para se adequar às mudanças sociais e cumprir sua missão histórica da melhor forma, os valores de sua criação parecem conservados no tempo. Diante das inquietações com a globalização, sobretudo no cenário das crises financeiras, tem-se a abordagem da pobreza como ameaça e entrave para a prosperidade e desenvolvimento pleno dos países. Dessa forma, é possível definitivamente aceitar o trabalho não como uma mercadoria, mas sim como mecanismo de ascensão social, capacitado para distribuir a riqueza gerada com o crescimento econômico do capitalismo.

Nesse contexto, em 1999 a OIT formalizou o conceito de Trabalho Decente (TD), o que exclui a possibilidade de “qualquer trabalho” como indutor das benesses da expansão econômica. Sendo assim, sintetizou-se o compromisso deste Organismo Internacional em fomentar e favorecer oportunidades sem desigualdades para homens e

mulheres. Ou seja, firmou-se o compromisso com o trabalho produtivo e de qualidade com liberdade, equidade, segurança e dignidades humanas. Uma estratégia importante por parte dos Escritórios da OIT, com a finalidade de aprimorar de maneira eficiente os caminhos para o TD, consiste no diálogo social de maneira tripartite entre governo, organização de trabalhadores e organização de empregadores (ABRAMO, 2015).

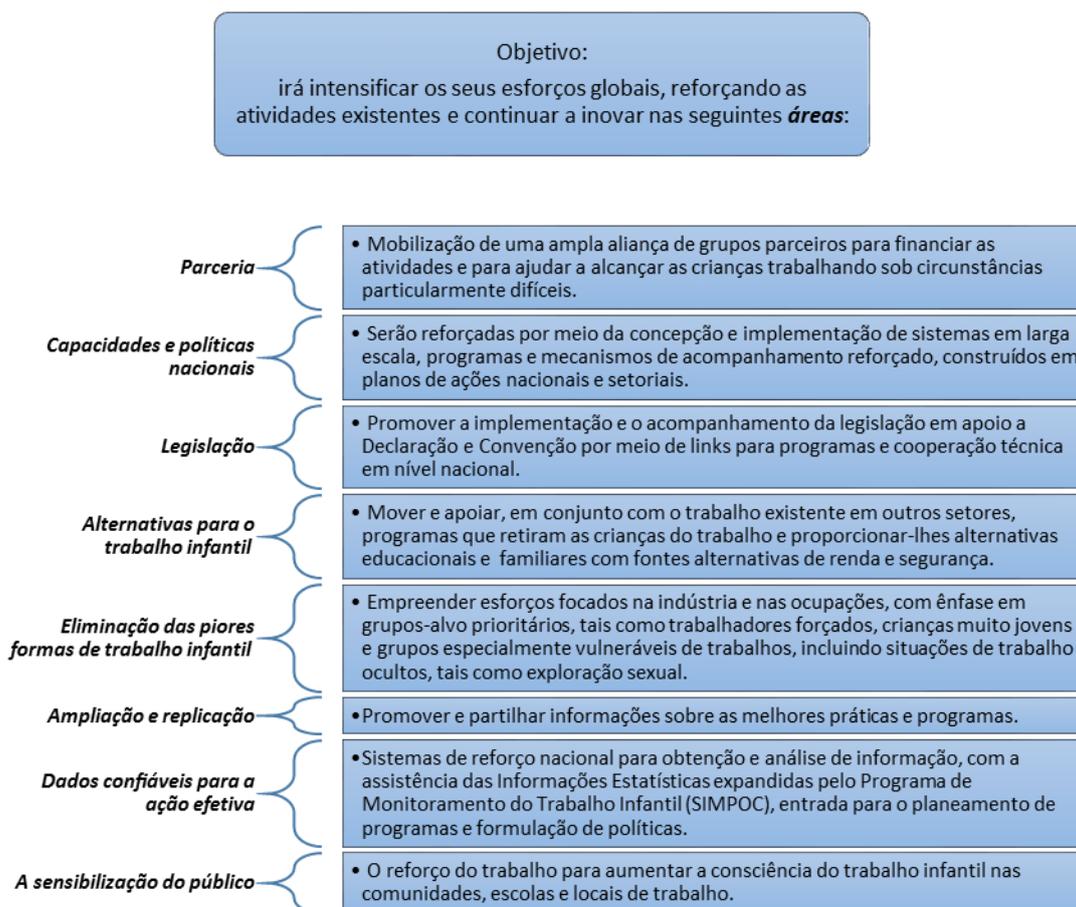
Na ocasião da formalização do conceito, ao traçar o panorama de ações imediatas e futuras, o parecer do Diretor-Geral da OIT foi de que o TD é a necessidade comum e compartilhada por pessoas, famílias e comunidades de maneira deliberada. Em todas as sociedades, independentemente do estágio de desenvolvimento e do quadro institucional existente, entende-se que o trabalho de qualidade é uma demanda global desafiadora para as lideranças políticas e de negócios. Ou seja, emprego, renda e proteção social formam seus pilares e a promoção dos Direitos Humanos foi marcante no século XX e no seu findar foram definidas três prioridades estratégicas (ILO, 1999).

Em resumo, a primeira prioridade foi expressa na Conferência Internacional do Trabalho de 1998 com a “Declaração Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”, assinadas pelos países membros, que, como signatários, se comprometeram com o respeito ao documento. Em síntese, a Declaração preza por:

- a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e
- d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A segunda prioridade sucedeu na intensificação dos meios para eliminar o trabalho infantil, enraizado na pobreza e nas iniquidades educacionais. O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), cujo início pela OIT se deu em 1992, ganhou força para articular políticas de eliminação do trabalho infantil (ver Figura 1).

Figura 1. O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC).



Fonte: Elaboração própria a partir de ILO (1999).

A terceira prioridade definida consiste na questão do emprego produtivo com desenvolvimento econômico e social. Ressalta-se que não há consenso definido sobre quais políticas são mais suscetíveis para gerar novas vagas, sabe-se que a discussão permeia pelas vias do crescimento ou da flexibilidade no mercado de trabalho. Dados da OIT existentes no Parecer Oficial do Diretor-Geral do fim do século XX mostraram que aproximadamente 150 milhões de pessoas ao redor do mundo estavam desempregadas na ocasião. Outro problema está na informalidade e em postos precários de baixa produtividade, cuja remuneração também é baixa como consequência das debilidades estruturais.

Pode-se dizer que o desempenho macroeconômico é o fio condutor do crescimento do emprego, portanto, seja a curto ou longo prazo, flutuações econômicas afetam os níveis de emprego, fazendo-o objetivo principal da política macroeconômica.

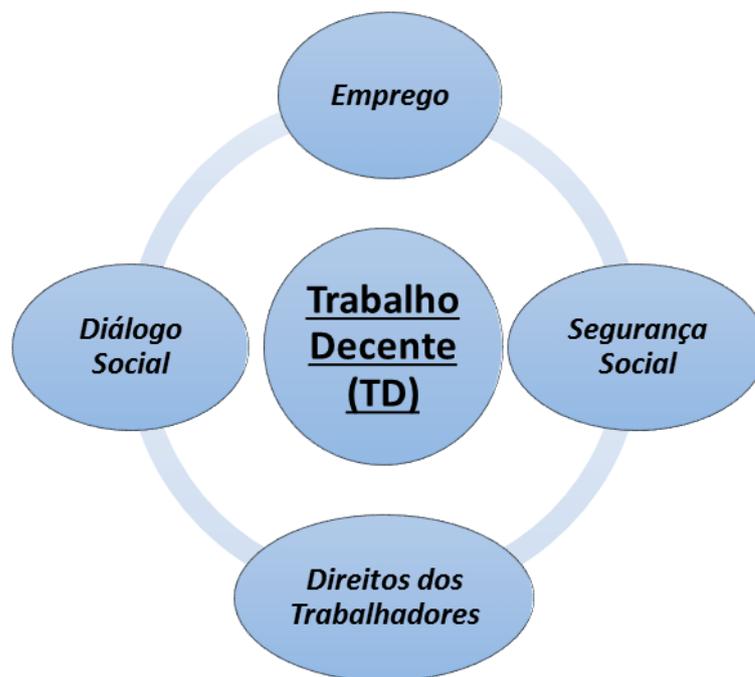
Nesse contexto, os instrumentos tradicionais de política econômica (fiscal, monetária e cambial) são determinantes do emprego. Como consequência, fomentar a geração de novas vagas mostra-se como uma estratégia política de governo (ILO, 1999).

Com respeito amplo aos direitos do trabalhador, proteção social, remuneração justa, segurança no ambiente laboral, oportunidades de crescimento profissional e familiar – sem qualquer tipo de discriminação – o Trabalho Decente é um componente essencial para a diminuição das taxas de pobreza, redução das desigualdades socioeconômicas e legitimação de governos democráticos.

Segundo Abramo (2015) o TD consiste numa síntese da missão histórica da OIT em promover justiça social com: (i) geração de empregos produtivos e de qualidade para homens e mulheres; (ii) extensão da proteção social; (iii) promoção do tripartismo e (iv) diálogo social. O TD agrupa dimensões quantitativas e qualitativas do emprego, dada a “insuficiência” social do foco apenas na expansão de novas vagas de trabalho, sem que ocorram reflexões sobre sua qualidade. Por exemplo, a concepção de TD não se baseia apenas no enfrentamento do desemprego, mas também na superação de formas de trabalho com rendimentos insuficientes para o empregado e seu grupo familiar, que engendram iniquidades e exclusão social. Dessa forma, no conceito de emprego de qualidade, já consolidado na economia e na sociologia do trabalho, é acrescentada a concepção de direitos para todas as pessoas que trabalham.

De maneira resumida, conforme a Figura 2 são quatro os pilares principais do TD, baseados no esforço para agrupar o tratamento das questões laborais, até então isoladas, cuja definição é bastante clara: (i) emprego; (ii) segurança social; (iii) direitos dos trabalhadores e (iv) diálogo social. A respeito dos eixos (i) e (ii) referem-se a temas como oportunidades, remunerações e condições de trabalho, ao passo que os eixos (iii) e (iv) fazem referência as relações de trabalho de uma forma ampla (ILO, 1999).

Figura 2. Trabalho Decente: os quatro pilares.



Fonte: Elaboração própria a partir de ILO (1999).

Para Ghai (2002), após a criação do conceito, foram publicados estudos sobre estratégias e políticas de TD – ver, por exemplo, Baccaro e Simoni (2004), Vosko (2002) e Casale e Pursey (2002) – entretanto, com menor atenção à questão dos indicadores, que permitem mensurar o desempenho do trabalho digno. Pode-se também, por meio deles, analisar a evolução do TD ao longo do tempo e realizar comparações entre países em diferentes contextos institucionais. Além das considerações profícuas e da apresentação das principais variáveis para cada eixo temático supracitado, o que oferece subsídio para a construção de um índice, o autor detalha, com primazia, os quatro pilares do TD.

Em resumo, no eixo ‘emprego’ estão presentes trabalhos de todos dos tipos, seja na modalidade formal ou informal. Por ‘segurança social’ entende-se segurança de renda, ou seja, proteção contra o risco de perdas sazonais por parte dos trabalhadores, de acordo com o nível de desenvolvimento social. Nesse contexto, partindo da premissa da OIT de que “todos os trabalhadores têm direitos”, no eixo ‘direito dos trabalhadores’, tem-se, basicamente, a matéria existente nos quatros princípios da “Declaração Sobre

os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”, de 1998. Cabe observar que para a possibilidade de envolvimento em discussões com empregadores e autoridades sobre assuntos trabalhistas, existe o ‘diálogo social’ como instrumento de uso legal entre as partes envolvidas.

Para o autor, após o conceito de TD ser oficialmente criado pela OIT em 1999, surgiram, logo em seguida, três dúvidas fundamentais:

1) O conceito de TD trata-se de uma ruptura, anulando as discussões anteriores sobre o assunto?

2) Há similaridade entre os pilares (emprego, segurança social, direito dos trabalhadores e diálogo social) que compõem o TD?

3) O conceito de TD é de validade universal e aplicável a todos os países mesmo com características socioeconômicas diferentes?

Segundo Ghai (2002) desde a criação da OIT há discussões a respeito do trabalho de qualidade por meio de relatórios e debates. Todavia, em primeiro lugar, o conceito de TD é uma maneira mais conveniente e atraente para debater e abordar o assunto, pois tem maior ressonância com o público ao auxiliar na formulação e divulgação dos objetivos centrais da Organização. Em segundo lugar, o TD mostra-se como esforço pontual para ver as diferentes dimensões do trabalho num quadro único de apresentação.

Uma vez mencionados os pilares do TD e as principais questões originárias após sua conceituação, o autor expõe, de maneira teórica, três possibilidades de “modelos de TD” nos países, cuja definição é bastante intuitiva: (i) modelo clássico; (ii) modelo de transição e (iii) modelo de desenvolvimento.

Primeiramente, os países do modelo clássico se caracterizam por alta renda *per capita* (por exemplo, são citados pelo autor países da OCDE, como Estados Unidos, Noruega, Japão, Dinamarca, França, Austrália, Holanda, Reino Unido, Irlanda, Nova Zelândia e Portugal). O segundo atributo deste modelo é a alta participação da força de trabalho no emprego assalariado – superior a 90% em países como EUA e Noruega – e o destaque para a proporção do PIB alocado para a segurança social.

No modelo de transição, pode-se atualizar o conceito para os países de renda média. O autor lista, sobretudo, países da Europa Central e do leste europeu como República Checa, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia e Letônia – interessante destacar que nestes países de passado comunista, a participação da força de trabalho no emprego assalariado é bem próxima às do modelo clássico.

A respeito do modelo de desenvolvimento, sua característica geral incide nos países de baixa renda *per capita* e menos desenvolvidos, como alguns asiáticos, africanos e latino-americanos, onde a pobreza e o desemprego são traços marcantes. Uma segunda característica está na existência de fragilidade institucional e um potencial industrial limitado.

Finalmente, existe a possibilidade de aplicação do conceito de TD nos três modelos apresentados, entretanto, sempre considerando as características estruturais e institucionais dos países. Nesse contexto, um índice de TD é uma medida aproximada de desempenho⁶.

Ghai (2002) desmembra os quatro eixos que compõem o TD e sugere indicadores para elaboração de um índice. No quesito emprego há três dimensões (oportunidades de emprego, emprego remunerado e condições de trabalho). São sugeridas variáveis, como a taxa de participação da força de trabalho, a proporção de pobres com relação à população empregada, os acidentes e mortes no trabalho, por exemplo. Na questão da segurança social, existe a dimensão proteção contingencial, cujo indicador é a despesa pública com segurança social como proporção do PIB. Com relação aos direitos e princípios fundamentais do trabalho, é sugerido o uso de um indicador de trabalho infantil (proporção de crianças que trabalham) e no caso do diálogo social, tem-se a densidade sindical (ver Quadro 1).

⁶ Por exemplo, no estudo da desnutrição infantil, pode-se calcular a ingestão nutricional, mas, por meio da análise de peso e altura das crianças, os resultados mostrarão o mesmo problema de maneira mais fácil, simplificada e objetiva (GHAI, 2002).

Quadro 1. Trabalho decente: pilares, dimensões e indicadores sugeridos.

Eixo	Dimensão	Sugestão de Indicador
Emprego	<i>Oportunidades de emprego</i>	Taxa de participação da força de trabalho; População empregada; Taxa de desemprego.
	<i>Emprego Remunerado</i>	% de pobres em relação a população empregada.
	<i>Condições de trabalho</i>	Horas trabalhadas; Férias; Segurança e saúde do trabalhador; Acidentes e mortes no trabalho ; Tipos de contratos de trabalho.
Segurança Social	<i>Proteção contingencial</i>	Despesa pública com segurança social como % do PIB.
Direitos e Princípios fundamentais no trabalho	<i>Trabalho forçado e trabalho infantil</i>	% de crianças < de 14 anos que trabalham.
Diálogo Social	<i>Discriminação no trabalho</i>	Taxa de participação feminina; % do rendimento feminino com relação ao masculino.
	<i>Liberdade de associação</i>	Densidade sindical.
	<i>Democracia econômica</i>	Participação dos trabalhadores nas decisões das empresas; Taxa de inflação.

Fonte: Elaboração própria a partir de Ghai (2002).

No ano 2000 foram definidas pelas Nações Unidas oito metas a serem atingidas no ano de 2015 e postergadas para os próximos quinze anos, denominadas Objetivos do Milênio (ODM) – 1. Acabar com a fome e a miséria; 2. Educação básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

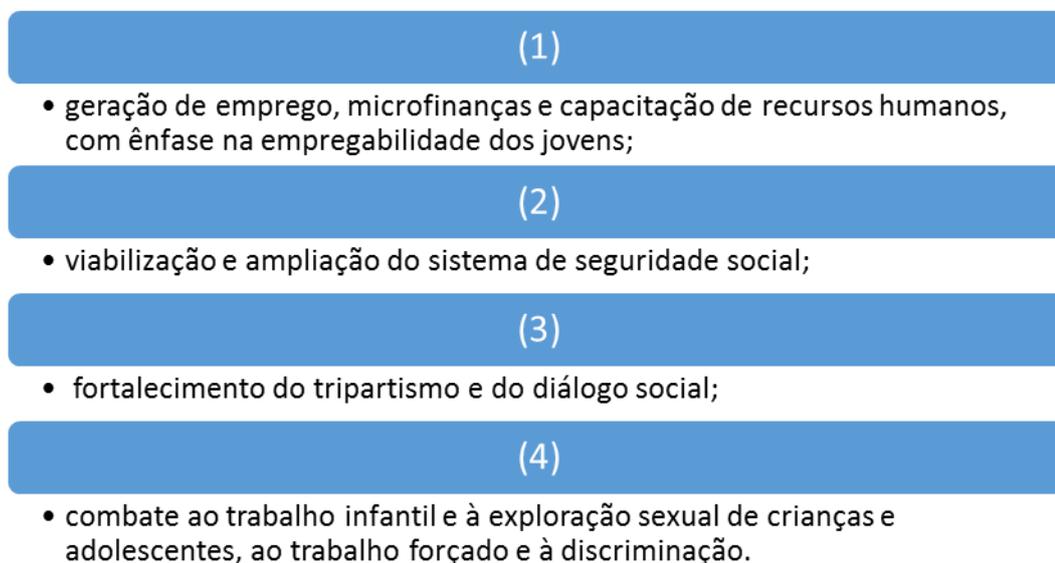
Conforme a Agenda Nacional de Trabalho Decente (2006) existe prioridade política na promoção do TD pelo Governo Brasileiro, discutida e definida a partir de 11 conferências e reuniões internacionais entre os anos de 2003 a 2005, que colocaram o TD como parte dos esforços para atingir os ODM. São elas, de maior relevância, por ordem de acontecimentos: Conferência Regional de Emprego do Mercosul (Buenos Aires, abril de 2004); XIII e XIV Conferências Interamericanas de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) - Salvador, setembro de 2003 e Cidade do México, setembro de 2005; Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)

de Nova York (setembro de 2005), e, por fim, IV Cúpula das Américas (Mar del Plata, novembro de 2005).

Especialmente no Brasil, o compromisso ao fomento do ambiente favorável ao TD aconteceu em 2003, a partir do entendimento da necessidade de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, fundamentada em consonância às organizações de empregadores e de trabalhadores. A partir de um Memorando de Entendimento, teve origem um Programa Especial de Cooperação Técnica assinado em junho de 2003 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia.

Pelo Memorando de Entendimento propôs-se um Comitê Executivo, cujas partes são diversos Ministérios e Secretarias de Estado envolvidas com o tema. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) obteve a incumbência de coordenação e formulação de projetos nas áreas de cooperação (ver Figura 3) com mobilização de recursos técnicos e financeiros, bem como monitoramento e avaliação desses projetos. Dessa maneira, de acordo com a Agenda Nacional de Trabalho Decente (2006), foram definidas prioridades, resultados esperados e linhas de ação.

Figura 3. Áreas prioritárias de cooperação (1, 2, 3 e 4) entre Governo Brasileiro e OIT, conforme o Memorando de Entendimento de 2003.



Fonte: Elaboração própria a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente (2006).

Nove anos após a formulação do conceito de TD, houve um estudo realizado em conjunto pela CEPAL, PNUD e OIT, denominado “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente”, onde foram examinados 28 indicadores de avaliação da situação de trabalho decente no Brasil com base nos quatro pilares do conceito (ver Quadro 2).

Quadro 2. Indicadores de trabalho decente.

Áreas	Dimensões	Indicadores
Emprego		
Volume de emprego (quantidade)	Falta de oportunidades de emprego	Taxa de participação
		Taxa de desemprego Nível de ocupação
Qualidade do emprego	Escolaridade da PIA e dos ocupados	
	Remuneração insuficiente ou inadequada	Evolução do salário mínimo real Porcentagem de trabalhadores que recebem menos que o salário mínimo Evolução da mediana dos rendimentos reais
	Taxa de informalidade	Porcentagem de trabalhadores informais sobre o total da ocupação
Jovens	Excesso de horas trabalhadas	Porcentagem de ocupados que trabalham além da jornada legal de 44 horas semanais
	Falta de oportunidades de emprego	Taxa de participação
		Taxa de desemprego
		Taxa de sindicalização Taxa de informalidade
		Número de jovens que não estudam nem trabalham
Segurança e Proteção Social		
	Falta de saúde e segurança no trabalho	Número de acidentes de trabalho
	Nível de garantia de renda	Taxa de cobertura do seguro-desemprego
	Acesso à proteção social	Porcentagem dos que contribuem à Previdência Social sobre o total da ocupação
	Estabilidade no emprego	Taxa de rotatividade
Direitos no Trabalho e Diálogo Social		
	Incidência do trabalho infantil	Número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho
	Incidência do trabalho forçado	Número de trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão e sua distribuição por setores econômicos
	Exercício do direito de organização	Taxa de sindicalização
	Exercício do direito à negociação coletiva	Número de acordos coletivos de trabalho cujos resultados em termos salariais repõem ou superam a inflação
Igualdade de Gênero e cor/raça		
	Oportunidades de emprego	Taxas de participação, desemprego e nível de ocupação, desagregados por sexo e cor/raça
	Qualidade do emprego	Taxas de informalidade, desagregadas por sexo e cor/raça Níveis de rendimentos no trabalho, desagregados por sexo e cor/raça
	Acesso aos direitos	Indicadores de trabalho infantil, desagregados por sexo Taxa de sindicalização, desagregada por sexo e cor/raça
	Acesso à proteção social	Taxa de acidentes e enfermidades de trabalho, desagregada por sexo
		Taxa de cobertura do seguro-desemprego, desagregada por sexo

Fonte: CEPAL; PNUD e OIT (2008).

Os indicadores servem para um diagnóstico da situação do trabalho decente no país, onde é apontado um déficit entre 1992 e 2006. Entretanto, destacam-se algumas

transformações positivas como: (i) o aumento das taxas de participação (percentual de pessoas em idade de trabalhar que trabalham ou procuram emprego) e ocupação do sexo feminino; (ii) diminuição das desigualdades de rendimento em comparação aos homens; (iii) redução do trabalho infantil e (iv) aumento da escolaridade, especialmente dos jovens.

Pode-se dizer que o crescimento econômico de longo prazo está relacionado ao nível educacional da população e a disseminação da educação de maneira geral. Há cada vez mais evidências vindas da experiência internacional que indicam que o crescimento econômico sustentado serve como mecanismo de combate às desigualdades. Não obstante, o crescimento por si só não se mostra tão profícuo no combate as disparidades, apenas quando combinado aos instrumentos de criação e distribuição da riqueza na direção de sociedades mais prósperas e justas. Nesse contexto, os papéis do trabalho e da qualificação profissional integram, portanto, o fio condutor entre crescimento e desenvolvimento humano (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Um dos traços do Brasil consiste na baixa escolaridade e na distribuição desigual da mesma. Pela primeira vez na história do país, em 2006, a taxa de analfabetismo entre brasileiros atingiu a marca de 9,6%, ou seja, foi menor que 10%. O primeiro dado interessante é que em 1992, 53,7% das pessoas em idade ativa tinham completado, no máximo, a quarta série do ensino fundamental, enquanto somente 7,1% da PIA haviam prosseguido além do ensino médio. Já em 2006, a proporção de pessoas em idade ativa que haviam estudado até a quarta série caiu para 34%, enquanto a proporção dos que prosseguiram além do ensino médio subiu para 11%. Podemos verificar um aumento da escolaridade, ainda baixo em relação a outros países, sobretudo os mais desenvolvidos.

O segundo dado marcante refere-se a maior inserção feminina no mercado de trabalho, explicado pela expansão nos anos de estudo, pois a taxa de participação das mulheres aumentou em 5,7 p.p. nos anos de 1992 a 2006, quando atingiu a marca de 58,9%. Contudo, ainda muito abaixo quando comparada à masculina (82%), que caiu 4,3 p.p. durante os anos em exposição. Ademais, entre 1992 a 2006, o aumento da taxa de desemprego feminino (40%) foi muito superior ao crescimento do desemprego masculino (21%) e a proporção do rendimento feminino em 2006 com relação ao masculino foi 70,7%.

O terceiro apontamento para a situação do trabalho decente no Brasil, segundo o estudo, apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer o limite de 44 horas semanais trabalhadas, em 2006, 34,7% dos trabalhadores ocupados excediam o limite legal de horas no trabalho.

Verificou-se também baixa cobertura do sistema de proteção social em número de trabalhadores e também em relação aos riscos cobertos. Dentre os Ocupados que não contribuía para a Previdência Social, 57,7% dos jovens de 16 a 24 anos e 47,8% dos adultos de 25 anos ou mais. Outro componente básico da proteção social é a saúde e segurança no trabalho, ainda assim, os acidentes no espaço laboral no ano de 2016 foram superiores a 503,8 mil.

A partir da observação dos indicadores analisados no relatório, a primeira conclusão inferida pelo estudo é que houve um déficit no trabalho decente bastante acentuado no Brasil nos anos 1990, onde a precarização do trabalho se misturou à informalidade. Porém, mesmo com grandes desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, porcentagens altas de trabalhadores com jornadas excessivas e baixo grau de proteção social, essa situação melhorou no decorrer dos anos 2000 na análise dos mesmos indicadores. Finalmente, os avanços no combate ao trabalho infantil foram relevantes entre 1992 e 2006, visto que o número de crianças trabalhando caiu pela metade – contudo, existiam ainda ao todo 2,4 milhões de crianças nessa situação (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Conforme Proni e Rocha (2010), a segunda conclusão é que a mudança de estratégia da OIT no final de década de 1990 possibilitou avanços nas relações e nas condições de trabalho, cujo compromisso foi firmado na direção de políticas que geram trabalho e renda, sobretudo nos países menos desenvolvidos. A terceira conclusão é que a promoção do trabalho decente fez ganhar força a perspectiva do trabalho não como um simples fator de produção sujeito às leis da oferta e da procura, sendo um conceito de maior entendimento e ressonância para passar a missão e os valores do emprego produtivo e de qualidade aos países. A quarta conclusão é que apesar da Agenda Nacional de Trabalho Decente fomentar o emprego decente no país, esta não depende apenas de instituições públicas, mas também de trocas sinérgicas entre os governos, empresários e trabalhadores para disseminar um ambiente institucional favorável a tal finalidade.

1.5. O Índice de Qualidade do Emprego numa Perspectiva do Conceito de Trabalho Decente

Primeiramente, para Anker *et al.* (2002) a qualidade de vida está relacionada ao conceito de TD e o trabalho produtivo gerador de renda é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. A qualidade do emprego carrega certa dose de subjetividade (variando de acordo com os indivíduos) e especificidades (dada as peculiaridades dos países), todavia, seus elementos básicos são convencionalmente apontados, de modo a afirmar sua aplicação universal. O TD aplica-se a todas as pessoas (homens e mulheres, de baixa ou alta renda) e a todos os setores empregadores (modernos ou tradicionais). Existem normas aplicáveis a todos os países, mesmo os que desfrutam de maiores padrões de vida, pois salários dignos e boas condições de trabalho são desejáveis a todos. Dessa forma, o TD deve vislumbrar a situação de enfrentamento real das pessoas, sobretudo os mais pobres e vulneráveis, de modo que seja possível medir mudanças ao longo do tempo.

Mesmo com as dificuldades para realização de comparações internacionais, o desenvolvimento de indicadores é uma estratégia para medir o TD. Em suma, os indicadores estatísticos são abrangentes e devem apresentar três características notadas pelos autores supracitados, são elas: consistência, precisão e capacidade de comparação. A partir dos elementos circunscritos ao conceito formalizado pela OIT, definiram-se onze grupos de indicadores de TD:

1. Oportunidades de emprego;
2. Trabalhos inaceitáveis;
3. Rendimentos adequados e trabalho produtivo;
4. Horas decentes;
5. Estabilidade e segurança no trabalho;
6. Combinação de vida profissional e familiar;
7. Tratamento justo no emprego;

8. Ambiente de trabalho seguro;
9. Proteção social;
10. Diálogo social e relações de trabalho;
11. Contexto econômico e social do TD.

Finalmente, a agenda de TD apoia-se em metas, de modo que e as políticas econômicas e sociais, sensíveis aos objetivos do TD e as estratégias de redução da pobreza, devem acontecer numa perspectiva da dimensão social da globalização.

Bescond, Châtaignier & Mehran (2003) constroem uma proposta metodológica para comparações internacionais. De maneira ilustrativa, são selecionados quarenta países (subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos) e sete indicadores de TD – taxa de evasão escolar; baixos salários; horas excessivas de trabalho; desemprego; desemprego de jovens; participação feminina e população idosa sem aposentadoria. De maneira simples, após a exclusão dos valores das extremidades (maior e o menor valor dos indicadores), é calculada uma média entre os indicadores obtendo um índice simples.

Ademais, são mostradas pelos autores as especificidades qualitativas do trabalho decente entre as pessoas. Por exemplo, para as crianças não trabalhar é tudo, enquanto para os adultos que estão empregados, salários adequados e horas não excessivas no trabalho são demonstrativos de qualidade. Para os desempregados, o trabalho decente pode ser simplesmente encontrar um trabalho.

Segundo Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) a atenção para o índice de TD apareceu pela primeira vez em 1999, no Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento de Estatísticas de Seguridade Socioeconômicas, realizado no âmbito da OIT. Nesse sentido, um índice é visto como uma ferramenta valiosa e composta por um conjunto de indicadores, sendo o mais conhecido o de desenvolvido humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Não obstante, muitos índices sofrem pela falta de modelos teóricos que os apoiem e por variáveis de interesse apenas momentâneo, produzindo resultados subitamente “interessantes”.

A principal característica de um índice é ser baseado num modelo teórico que o permita ser transparente. A elegância e sofisticação, sobretudo nos modelos da ciência econômica, revelam certo alerta: *“If the variables and formula underlying are hard to understand, there will be a suspicion that the results have been “massage” into supporting some preconceived view”* (Bonnet, Figueiredo & Standing, 2003, p. 1).

Os indicadores são apresentados pelos autores a nível macro, médio e micro a partir de bases de dados primárias (composta por dados de informações nacionais) ou secundárias (obtidas a partir de outras fontes mundiais e regionais, como a própria OIT, EUROSTAT, FMI, Banco Mundial e OCDE, por exemplo). Primeiramente, são selecionados os principais indicadores na composição do índice, encaixando-os nas suas diversas dimensões. Em seguida, com a existência do procedimento de normalização, de maneira pioneira aplicada pelo PNUD, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sua elaboração é dita como direta e segue a fórmula (1.1):

$$\text{Normalizar Valor X} = [\text{Valor Atual} - \text{Valor Mínimo}] / [\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}]. \quad (1.1)$$

Finalmente, tem-se um índice de trabalho decente numa escala que varia entre 0 (pior) e 1 (melhor). Importante ressaltar que se trata de uma classificação relativa e a noção de “decente” não necessariamente significa ser “ideal”.

De acordo com Standing (2003) o conceito de TD implica na escolha de indicadores que traduzam a essência dos princípios do emprego digno. Inevitavelmente, de alguma maneira, o componente de subjetividade estará presente, em parte devido à dificuldade ou até mesmo ausência de informações, o que revela a tarefa complexa em identificar e medir indicadores de desempenho. Ademais, em termos metodológicos, todo índice é composto por um conjunto de indicadores.

Em Saboia (2000) desenvolve-se um índice sintético para o mercado laboral de caráter urbano no Brasil, com estatísticas abrangendo vários aspectos do mercado de trabalho, cuja inspiração metodológica encontrou-se exatamente no IDH. O recorte temporal escolhido foi a década de 1990 e o índice foi feito com base nos dados das seis regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. Em suma, foram três grupos de dados estatísticos na composição do índice, denominados básicos (com maior peso na média final): a) Estatísticas de desemprego; b) Estatísticas de

ocupação/informalidade e c) Estatísticas de rendimento. Nestes grupos de indicadores, têm-se internamente indicadores complementares (com menor peso). Conclui-se pelo índice que houve nítida deterioração do mercado de trabalho na década de 90, sobretudo em regiões metropolitanas do Nordeste em comparação ao Sul/Sudeste.

Figueiredo, Branchi e Sakamoto (2012) mostram a evolução da qualidade do emprego rural no Brasil por regiões nos anos de 2004 a 2009 sob a perspectiva de gênero. Os resultados revelam que a população economicamente ativa neste meio diminuiu em 3,9% nesse período (chegando a 15,9 mil trabalhadores) e no ano de 2009 apenas 15% dos ocupados estavam com registro em carteira. Neste estudo, há a elaboração de um Índice de Qualidade do Emprego (IQE) que indicou, de maneira geral, melhora no emprego rural, exatamente via componente remuneração.

No estudo de Filho e Sousa (2012) são utilizados indicadores (rotatividade, permanência, faixa etária, nível de instrução e concentração salarial) sobre a qualidade do emprego formal na lavoura cafeeira do estado de Minas Gerais no ano de 2009. Foi obtido outro Índice (IQEF) específico de mensuração a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instrumentos de controle da atividade trabalhista no país e divulgados pelo MTE. Os resultados advertem que o melhor desempenho do IQEF acontece em mesorregiões onde existem valores altos para o nível de instrução e concentração salarial.

Pressupondo que o emprego é o principal instrumento e a estratégia mais importante de desenvolvimento econômico, Sehnbruch (2004) desenvolve um índice de qualidade do emprego formal para o Chile com as seguintes características: rendimentos, segurança social, situação contratual, estabilidade e formação profissional recebida pelo trabalhador. Em resumo, a principal constatação é que pouco menos da metade da força de trabalho chilena empregada era, no período do estudo, de baixa ou muito baixa qualidade em razão dos baixos rendimentos, pouca formalidade, escassa formação profissional, baixa cobertura de auxílios como saúde e desemprego e, por fim, baixa estabilidade no emprego.

Conclui-se, a partir de Anker et al. (2002), Bescond, Châtaignier & Mehran (2003), Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) e Standing (2003) que:

a) por meio de um índice sintético que congregue variáveis de enfrentamento real das pessoas é possível ter uma medida de trabalho decente, preferencialmente que permita analisar sua evolução ao longo do tempo. Os indicadores estatísticos de referência são aqueles que possuem: (i) consistência, (ii) precisão e (iii) capacidade de comparação;

b) após o conceito de TD ser divulgado pela OIT em 1998, já se despertou interesse sobre o desenvolvimento de um índice que permita “medi-lo”. Nesse contexto, qualquer índice deve apresentar um arcabouço teórico e conceitual que permita lastreá-lo;

c) uma das características fundamentais para um índice de TD é sua transparência, que não necessariamente advém da sofisticação dos modelos da “*hard science*” da economia. Finalmente, no que se refere à qualidade, a metodologia do IDH mostra-se, pela literatura supracitada, como apropriada para o que tange à qualidade do emprego por meio de um índice. Ainda que a equivalência metodológica do IDH seja apontada como apropriada para a construção de índices nacionais, o TD envolve um conjunto de aspectos no seio dos processos produtivos.

1.6. Aspectos Conjunturais, Estruturais e Institucionais do Debate Sobre o Mercado de Trabalho no Brasil

A traçar um olhar atento sobre o mercado de trabalho brasileiro em pouco mais de uma década, observam-se peculiaridades capazes de contrariar até mesmo os cânones da teoria econômica. Logo, esta seção versa sobre temas da nova realidade do mercado laboral brasileiro, ainda que, por vezes, tenham-se velhas questões descortinadas aos olhos daqueles que o observam. De maneira rápida, têm-se quatro indagações sumárias como apresentação das especificidades que impulsionaram a inclusão desta seção, sem nenhuma pretensão de consenso explicativo:

1) mesmo numa economia com patamar de crescimento anual médio de 2,1% no governo Dilma e 4% no governo Lula, como foi possível o desemprego ser mantido em níveis baixos até o ano de 2014?

2) por qual razão o discurso da escassez de mão de obra qualificada pelo lado da demanda por trabalho ainda se manteve, mesmo diante do aumento dos anos médios de estudo dos trabalhadores de maneira geral?

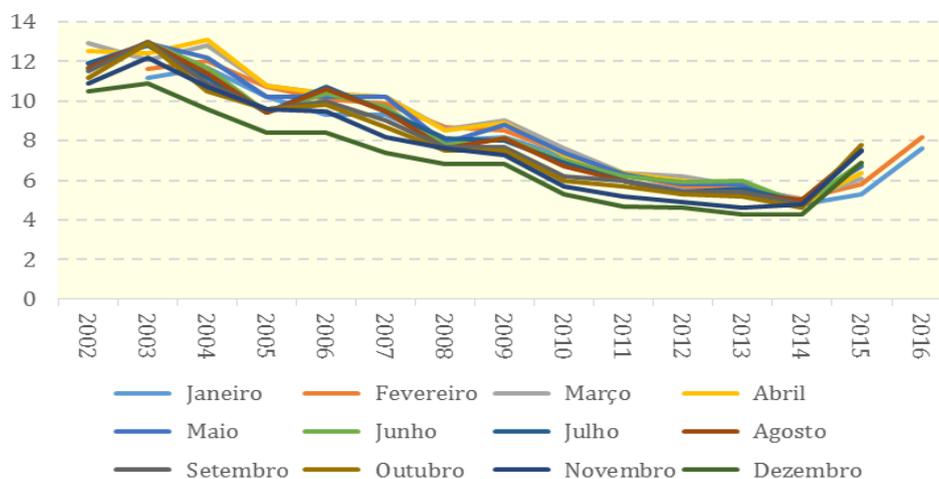
3) como explicar o possível pleno emprego alcançado (apontado por uma parcela dos analistas) em anos de bonança interna e externa com geração de empregos formais, *vis-à-vis* gastos elevados com seguro desemprego?

4) se a legislação trabalhista permaneceu “intacta”, sem nenhum movimento em direção a flexibilização, uma via recorrente para melhorar o mercado de trabalho na América Latina, como desvendar o ritmo acentuado de novas contratações com registro em carteira, sobretudo entre 2005-2013?

Segundo Bonelli & Fontes (2013) o comportamento de elevação do emprego gerado por unidade de produto explica-se pelas características do setor de serviços, responsável por gerar empregos na economia brasileira desde o limiar dos anos 2000. Heterogêneo, com exceção da agropecuária, este setor emprega mais trabalhadores por unidade de produto do que os demais, sobretudo pela estrutura de demanda.

Observa-se pelo Gráfico 3 a trajetória de queda na taxa de desemprego medida pela abrangência da PME até 2014. O desemprego em março/2002 que era de 12,9% foi ao patamar de 4,3% em 2014. Os efeitos da deterioração do ambiente interno da atividade econômica podem ser observados a partir de 2015.

Gráfico 3. Taxa de Desemprego nas Principais RM's do Brasil a partir de 2002.



Fonte: IBGE/PME

Elaboração própria.

Filho (2014) destaca que a diminuição no desemprego aconteceu pelo aumento do pessoal ocupado. No primeiro ano do governo Lula a depreciação cambial e o aumento da taxa de inflação ocasionaram em perda de 11,8% no rendimento real médio habitualmente recebido por pessoa ocupada em 2003 quando comparado a 2002. Mas além da queda do desemprego, a partir de 2004, o mercado de trabalho obteve ganhos reais de salários. Em plena crise (2008-9) os salários continuaram a crescer e em 2012 a expansão foi de 4,1% com queda para 1,9% em 2013. Ademais, a taxa de informalidade, razão entre o número de empregados formalizados e o total de empregados formais ou não, caiu de 34,6% em dezembro/2004 para 20,3% em dezembro/2013.

A condução da melhora no mercado de trabalho brasileiro se mostra a partir de diversos aspectos. Primeiramente, as taxas de crescimento econômico, embora não vultosas, se elevaram a partir de 2004. O aumento de demanda focada no mercado interno alimentou as novas contratações e reduziu o desemprego. Soma-se ao fato a política de recuperação do salário mínimo (SM), que contribuiu para a redução das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho, elevando a média salarial. Tal componente de fortalecimento do SM refletiu sobre o nível de renda da população inativa (aposentados e pensionistas) e ativa, visto que uma parcela importante da força de trabalho ocupada gravita ao seu redor (SABOIA, 2007).

Para Camargo (2014) as taxas maiores de desemprego na década de 1990 foram exceções à regra em virtude do ajustamento da economia com a abertura, ou seja, ao lado dos ganhos de produtividade observados, houve um descompasso entre oferta e demanda por trabalho. Na visão do autor, o mercado de trabalho flexível possibilita a negociação salarial entre empresas e trabalhadores. Para as firmas, o que importa é o custo do trabalho diante da produtividade marginal do trabalho. Dessa forma, o mercado de trabalho se ajusta via preços (custo do trabalho e salário) e não via quantidade (desemprego). Deixa-se claro que a flexibilidade apontada pelo autor limita-se ao ponto de vista do raciocínio econômico e racional dos agentes e não se refere à abordagem regulatória, que concede rigidez ao mercado de trabalho brasileiro. Impera a lógica do mercado neste enfoque estreito: se há excesso de oferta de trabalho o salário cai e o desemprego diminui. A restrição na demissão dos trabalhadores é monetária neste

sistema e pode ser estimada pelo empregador. Para os trabalhadores, sobretudo os menos qualificados, há incentivos na demissão para receber o prêmio oriundo dos direitos que lhe cabem, o que gera a rotatividade e explica os elevados gastos com seguro desemprego no Brasil. A CLT fomenta os níveis baixos de produtividade do trabalho, pois não fornece incentivos para que a empresa invista no empregado e o trabalhador invista na firma.

Na abordagem de Moretto & Proni (2011) nota-se que no período anterior à crise econômica foi notável a melhora no mercado de trabalho em comparação ao período 1990-03. No primeiro governo Lula (2003) a crise de confiança e a especulação financeira impactaram os setores produtivos, agravando os problemas estruturais do mercado de trabalho, como o desemprego, sobretudo em regiões metropolitanas. O emprego industrial ficou em baixa e os empregos do setor de serviços foram de caráter precário, com difusão da informalidade. De maneira geral, os rendimentos médios do trabalho permaneceram em trajetória de queda. A partir de 2004, verifica-se recuperação da atividade econômica com as exportações de *commodities*, posteriormente, a expansão do consumo (crédito, valorização do salário mínimo e controle da inflação) fez com que o mercado de trabalho fosse impactado positivamente.

A crise financeira afeta a atividade econômica no fim de 2008 e 2009 e reduz o ritmo de expansão de empregos formais. Contudo, o impacto foi menor do que o esperado, de modo que o desemprego apresenta alta moderada apenas no primeiro trimestre de 2009. Já no segundo semestre de 2009, mesmo com retração do PIB (-0,6%), ainda houve abertura de vagas em diversos ramos de atividade. Importante notar que, no Brasil, parcela significativa dos desempregados não surge nas estatísticas oficiais, em razão de: (i) na semana de referência da pesquisa exerceram um trabalho de natureza precária e esporádica, embora estivessem à procura de emprego regular; ou (ii) foram considerados inativos porque não procuraram emprego nos últimos trinta dias, mesmo dispostos a trabalhar em caso de oportunidade. Tem-se, desta maneira, o conceito de desemprego oculto, onde a primeira situação ocorre pela baixa cobertura do seguro-desemprego, pois existe um montante da força de trabalho sem contrato formalizado ou por conta própria. A segunda circunstância é explicada pelo desemprego prolongado, que desestimula o trabalhador por não conseguir retornar ao mercado. Finalmente, o desemprego ficou em baixa, sobretudo durante a crise financeira, em

resposta às políticas específicas adotadas pelo governo federal. A trajetória de desemprego em baixa sustentou-se pelo crescimento econômico, mas manteve as mesmas características: foi maior entre as mulheres, os jovens e os trabalhadores menos qualificados.

Outro ponto costumeiro no debate sobre o mercado de trabalho no Brasil é a possível escassez de mão de obra qualificada. Um indicador de capital humano, porém contestado, são os anos de estudo do trabalhador. Observando a oferta relativa de trabalho por diferentes níveis de qualificação, nota-se expansão para diversos grupos educacionais, sobretudo para os trabalhadores mais qualificados (11 a 14 anos de estudo). No grupo de maior qualificação, em comparação aos trabalhadores de menor escolaridade, houve, especialmente na última década, retornos decrescentes no “preço” da qualificação, medido especificamente pelos salários. Logo, há dois indícios importantes que colocam em dúvida o problema da escassez de mão de obra qualificada no país, mas não é capaz de refutar por completo a premissa do “apagão” de trabalho qualificado. O primeiro notado pelo aumento da oferta de trabalho daqueles com mais anos de estudo. Já o segundo observado pela diminuição do retorno pela escolaridade elevada, traduzido pelo salário. Contudo, a medição do capital humano e da qualificação pelos anos de estudo dos trabalhadores é estreita e limitada. Pode-se, dessa maneira, reconhecer a escassez de trabalho qualificado no Brasil, principalmente em alguns setores específicos, pois, no geral, a produtividade do trabalho no país é baixa (IPEA, 2013).

Trabalhos como o de Filho (2014) levantam indicativos de que a economia brasileira tenha alcançado um possível pleno emprego a partir do acompanhamento dos indicadores do mercado de trabalho. Entre 2010 e 2012 é apontado um crescimento do rendimento real com baixa taxa de desemprego. Tem-se, dessa maneira, o discurso do crescimento dos salários acima da produtividade observada⁷. O ritmo de aumento do rendimento real médio do trabalho atraiu os trabalhadores para o mercado, sendo, segundo o autor, importante evidência de pleno emprego.

⁷ Entretanto, cabe reflexão sobre a questão da produtividade do trabalho. Embora importante, pode ser difícil de ser estimada se for estendida a certos segmentos. Por exemplo, qual a produtividade de um médico, cujo seu “produto marginal” é o acréscimo na saúde do paciente?

A análise do pessoal ocupado (PO) é dada por:

$PO = PIA \times PEA/PIA \times PO/PEA$, cujo aumento culminou em desemprego em níveis baixos, pode ser feita pela expansão da população em idade ativa (PIA), pelo aumento da taxa de participação (PEA/PIA) ou por crescimento da taxa de emprego (PO/PEA). Com dados da PME, a partir de setembro de 2012, a elevação do pessoal ocupado foi capitaneada pelo aumento da taxa de participação, que, até setembro de 2013, acresceu-se 0,5% no pessoal ocupado. Entretanto, nos últimos dois meses de 2013, a taxa de participação contribuiu negativamente (-0,5% em dezembro de 2013) para o ritmo do pessoal ocupado. Com a recente “parada” do mercado de trabalho, a taxa de emprego, também crucial desde 2012, perdeu força. A taxa de crescimento da PIA vem reduzindo a participação na elevação do pessoal ocupado, contribuindo em cerca de até 1%. Logo, a retomada no ritmo de expansão do pessoal ocupado, como nos últimos anos, depende do aumento da taxa de participação⁸, que varia de forma lenta na economia (FILHO, 2014).

Historicamente, os alicerces do direito do trabalho se estabelecem em conjuntura de crise. Durante anos, a legislação trabalhista no Brasil e na América Latina assinalou-se com a presença do Estado. Mas, em face das modificações ocorridas no mundo do trabalho, na forma de organização da produção e o problema do desemprego, a discussão da flexibilização do emprego tornou-se válida. Ou seja, pressupondo os princípios tutelares ultra protetivos da legislação celetista, favoravelmente, a flexibilização induz a maior capacidade de negociação, protegendo não apenas o emprego, como também a empresa. Os principais efeitos da flexibilização na estrutura dos contratos de trabalho acontecem por meio da terceirização da mão de obra. Logo, surgem tipos de emprego de caráter temporário com contrato por tempo determinado. Ademais, os salários passam ser também vinculada, de alguma forma, a participação nos resultados (lucros) das firmas (FGV, 2008).

Dados das PNAD's dos anos 2000 mostram tendência favorável ao mercado de trabalho brasileiro, a exemplo da expansão da ocupação, formalização e desemprego em baixa. Cabe notar que a melhora nos indicadores aconteceu sem que tenha ocorrido qualquer mudança expressiva do ponto de vista institucional. Ou seja, em quase uma

⁸ Nas nove RM's de tratamento da PNAD, nos anos de 2005 e 2014, a taxa de participação aumentou levemente em apenas duas metrópoles – ver Gráfico 7 da Seção 2.2.

década e meia não se registraram alterações de destaque na legislação trabalhista ou nos componentes de regulação do mercado laboral, capazes de produzir efeitos indutores de expansão nas contratações formais. Por outro lado, algumas mudanças no mercado de produto podem ser usadas para explicar a dinâmica no ritmo de crescimento das novas vagas. Do ponto de vista tributário, notou-se a criação do Simples e Super Simples, além das desonerações setoriais e substituição tributária em alguns estados. Em conjunto, houve difusão do crédito para as empresas pelo BNDES, sobretudo àquelas de pequeno porte. Verificou-se, desta maneira, situações capazes de afetar positivamente a estrutura de demanda por trabalho formal. A taxa de crescimento anual médio do emprego formal nas principais metrópoles do país foi de 6,2% entre 2004-07 e de 5,2% entre 2008-11. Soma-se ao fato da dinâmica positiva de novos postos de trabalho o crescimento do tamanho médio das empresas, incluindo os estabelecimentos recém-criados (CORSEUIL; MOURA; RAMOS, 2014).

Sintetizando o comportamento conjuntural do mercado de trabalho nos últimos anos, vê-se que: a) o desemprego seguiu importante trajetória de queda, com recuo de 8,6 p.p. entre os anos de 2002 (12,9%) e 2014 (4,3%). Não obstante, a deterioração do ambiente macroeconômico e o elevado componente de incerteza fizeram, a partir de 2015, o desemprego subir imediatamente. De modo a atingir algo em torno de 8% entre janeiro e fevereiro de 2016; b) de 2005 a 2015, foram abertas no país 10,3 milhões de novas vagas, mesmo com o resultado ruim do mercado de trabalho em 2015 (o pior desde 1992), com fechamento de 1,6 milhão de postos e c) apesar de a economia brasileira não ter crescido em taxas mais robustas e de não ser observada nenhuma mudança importante na legislação trabalhista, notou-se que a demanda por trabalho aumentou em quantidade. Contudo, a qualidade da mão de obra, em termos de produtividade, parece ainda estar em baixa, sobretudo no setor terciário, que, juntamente com o comércio, liderou a proporção de vagas abertas nos últimos anos (89,9%).

Finalmente, Sehnbruch (2004) lembra que o conceito de qualidade do emprego abarca dimensões qualitativas e quantitativas no seio dos processos de produção. Dessa maneira, limitar a abordagem ampla dos pilares do TD pela observação apenas de indicadores mais tradicionais, como a taxa de desemprego, é incorrer numa

investida simplista. Equivalendo-se a dimensionar o desenvolvimento de um país pela sua renda *per capita*.

2. CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO EM REGIÕES METROPOLITANAS

Este capítulo versa sobre o mercado de trabalho em nove regiões metropolitanas (RM's) abarcadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e foco deste estudo: RM de Belém, RM de Fortaleza, RM do Recife, RM de Salvador, RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro, RM de São Paulo, RM de Curitiba e RM de Porto Alegre. A apresentação dos dados selecionados neste capítulo, especialmente nas Seções 2.1. e 2.2., é feita em virtude de dois objetivos principais: (i) obter um panorama da estrutura setorial e ocupacional dos empregados em metrópoles brasileiras e (ii) apresentar o desempenho de alguns indicadores que compõem o índice síntese desenvolvido, relacionados ao conceito de trabalho decente.

Nas Seções 2.3. e 2.4. foram selecionadas, de maneira à parte no estudo, três regiões metropolitanas do estado de São Paulo: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Campinas (RMC) e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

2.1. A Estrutura Setorial e Ocupacional em Regiões Metropolitanas Brasileiras (2005 e 2014)

Nesta Seção, foram usados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no escopo do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). O PDET objetiva-se em divulgar informações estatísticas sobre a conjuntura do mercado de trabalho, suprimindo assim a uma demanda de pesquisadores, formuladores de políticas públicas e da sociedade de

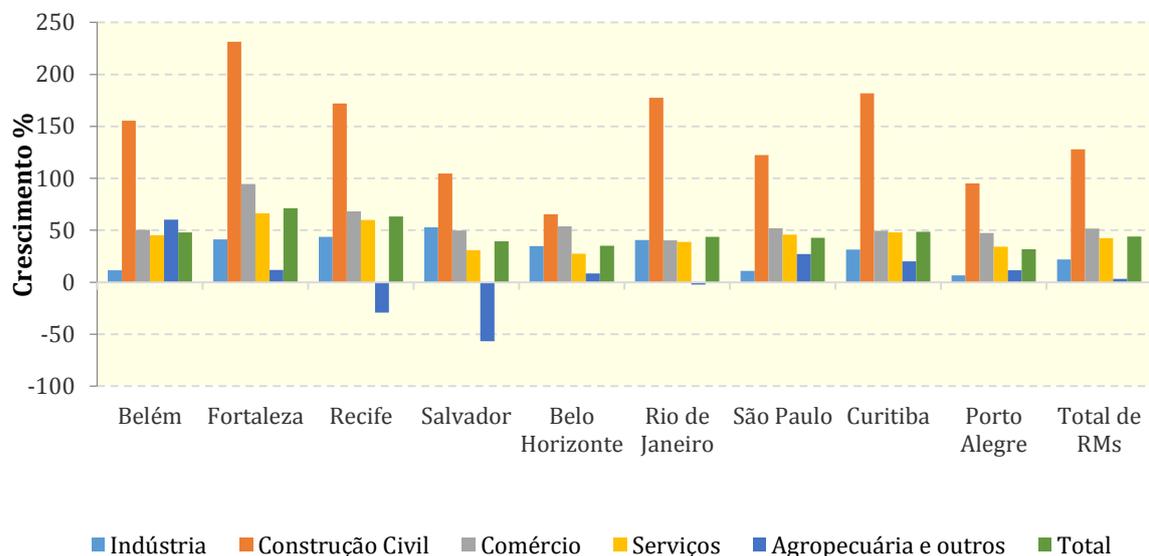
maneira geral. O levantamento foi realizado considerando as nove RM's de diferentes Regiões brasileiras cobertas pela PNAD, permitindo um mapeamento amplo em termos geográficos sobre a estrutura setorial e ocupacional do emprego formal nos anos de 2005 e 2014⁹.

O Gráfico 4 reúne informações sobre o comportamento do número de vínculos ativos nas RM's estudadas em dois anos (2005 e 2014), segundo os cinco Grandes Setores de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são eles: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Nota-se que o crescimento percentual dos vínculos ativos formais foi maior no setor da Construção Civil. No grupo de RM's, a expansão foi de 127,9% neste setor, seguido pelo Comércio (51,7%), Serviços (42,4%), Indústria (22%) e Agropecuária, extração vegetal caça e pesca (3,2%).

Verifica-se que o crescimento do número de vínculos ativos por RM aconteceu da seguinte maneira: RM de Fortaleza (71,4%), RM do Recife (63,2%), RM de Curitiba (48,6%), RM de Belém (48%), RM do Rio de Janeiro (43,8%), RM de São Paulo (42,7%) RM de Salvador (39,5%), RM de Belo Horizonte (35%) e RM de Porto Alegre (31,7%).

⁹ Os anos de 2005 e 2014 foram selecionados por serem anos de divulgação da PNAD. A escolha foi realizada de modo a compatibilizar a análise da estrutura setorial e ocupacional com a periodicidade do índice-síntese de qualidade do emprego desenvolvido neste trabalho, circunscrito aos pilares do TD e ao grupo de regiões metropolitanas estudadas.

Gráfico 4. Crescimento (%) dos Empregados em Regiões Metropolitanas Brasileiras (2005 e 2014) por Grande Setor Econômico de Registro Formal do Empregado.

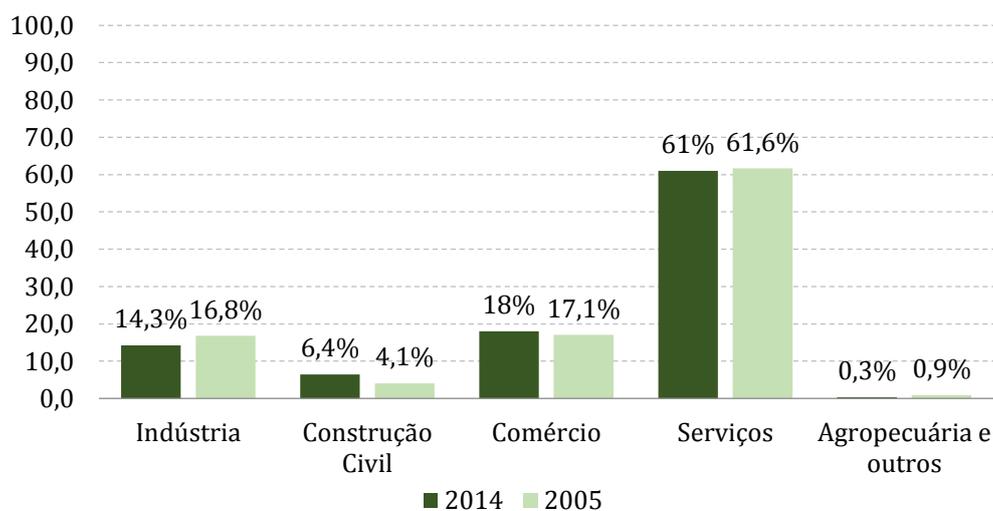


Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

Nos dois anos levantados, percebe-se que no setor de Serviços (61,6% em 2005 e 61% em 2014) se concentrou a maior parcela dos vínculos ativos de emprego no grupo de RM's brasileiras estudadas – ver Gráfico 5.

Gráfico 5. Distribuição (%) dos Empregados no grupo de RM's Brasileiras por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2005 e 2014.



Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos vínculos formais de acordo com o Grande Setor de registro do empregado nas nove metrópoles de tratamento da PNAD nos anos de 2005 e 2014¹⁰. A primeira observação é que nas RM's da Região Sudeste o número de vínculos formais é superior às demais em todos os setores de atividade econômica nos dois anos. A respeito das RM's da Região Nordeste, com exceção da RM de Salvador, nota-se aumento na proporção de vínculos estabelecidos localmente com relação ao total das metrópoles selecionadas. Na Construção Civil, por exemplo, a proporção de vínculos firmados na RM de Fortaleza (6,2% ante 4,3%) e na RM do Recife (7,5% ante 6,3%) é superior à participação das RM's de Curitiba (5,6% ante 4,5%) e Porto Alegre (5,5% ante 6,5%).

Tabela 8. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2005 e 2014.

Região Metro	Indústria		Construção Civil		Comércio	
	2014	2005	2014	2005	2014	2005
Belém	1,2	1,3	2,9	2,6	2,8	2,9
Fortaleza	6,5	5,6	6,2	4,3	5,3	4,2
Recife	4,9	4,2	7,5	6,3	5,5	5,0
Salvador	4,0	3,2	8,0	9,0	5,1	5,2
Belo Horizonte	10,0	9,0	13,3	18,3	9,2	9,1
Rio de Janeiro	13,1	11,4	17,5	14,3	18,3	19,8
São Paulo	42,1	46,3	33,4	34,2	40,0	39,9
Curitiba	8,4	7,8	5,6	4,5	6,6	6,7
Porto Alegre	9,8	11,2	5,5	6,5	7,1	7,3
Total de vínculos	2.829.638	2.318.524	1.274.868	559.351	3.572.586	2.353.942
Região Metro	Serviços		Agropecuária		Total	
	2014	2005	2014	2005	2014	2005
Belém	2,8	2,8	8,2	5,3	2,6	2,6
Fortaleza	5,0	4,3	10,8	10,0	5,4	4,5
Recife	6,1	5,4	11,8	17,3	5,9	5,2
Salvador	6,2	6,8	3,7	8,7	5,8	6,0
Belo Horizonte	9,7	10,8	16,7	15,9	9,9	10,6
Rio de Janeiro	18,7	19,2	7,1	7,5	17,7	17,7
São Paulo	38,7	37,8	23,0	18,7	39,0	39,3
Curitiba	6,1	5,9	10,6	9,1	6,5	6,3
Porto Alegre	6,7	7,1	8,1	7,5	7,2	7,8
Total de vínculos	12.114.887	8.504.753	62.168	60.206	19.854.147	13.796.776

Fonte: MTE/RAIS

¹⁰ Para detalhamento da quantidade de vínculos formais por RM segundo Subsetor, ver Anexos 1, 2 e 3.

De maneira a obter a estrutura setorial do emprego em RM's brasileiras nos anos de 2005 e 2014, foram utilizados dados da RAIS separados segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹¹ para os empregados nas nove metrópoles em exposição.

Os dados foram separados nas Tabelas 9 e 10¹² e agrupados por Região brasileira disponível e de tratamento da PNAD¹³: RM de Belém (Região Norte); RM de Fortaleza, RM do Recife e RM de Salvador (Região Nordeste); RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro e RM de São Paulo (Região Sudeste), finalmente, RM de Curitiba e RM de Porto Alegre (Região Sul).

Interessante observar o aumento da proporção de vínculos firmados no setor de Construção, com relação ao total da metrópole específica, sobretudo na RM de Belém (8% ante 4,2%) e nas três RM's localizadas no Nordeste (9,1% ante 5%). O crescimento do setor específico aconteceu, sobretudo, em razão das condições favoráveis ao setor, como a ampliação do crédito na economia.

Nas RM's estudadas, é possível notar que se registrou perda de participação da Indústria de Transformação (11,8% ante 14,9%) e da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (16,9% ante 21,6%) na estrutura dos vínculos formais.

¹¹ A CNAE é reconhecida oficialmente pelo Sistema Estatístico Nacional e composta por uma classificação de cinco níveis hierárquicos, são eles: seções, divisões, grupos, classes e subclasses – em vigor desde o ano de 1995. Contudo, no ano de 2007, a CNAE foi revista para atualizá-la às mudanças estruturais e de composição da economia brasileira. Tal atualização procedeu na CNAE 2.0, por este motivo, os dados do ano de 2005 são apresentados como CNAE 95 em razão de sua disponibilidade.

¹² Para a CNAE 'Pesca', 'Indústrias extrativas', 'Serviços domésticos' e 'Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais', a distribuição proporcional de valor zero (0%) resultou pelo arredondamento, não significando ausência total de vínculos nas atividades econômicas supracitadas.

¹³ Os Anexos 4 e 5 apresentam informações sobre a quantidade de vínculos de emprego formal segundo CNAE nas nove RM's da PNAD de maneira isolada.

Tabela 9. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 2005.

CNAE 95 Seção	RM de Belém (Região Norte)	RM de Fortaleza, RM do Recife e RM de Salvador (Região Nordeste)	RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro e RM de São Paulo (Região Sudeste)	RM de Curitiba e RM de Porto Alegre (Região Sul)	Total
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	0,5	0,9	0,3	0,6	0,4
PESCA	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0
INDUSTRIAS EXTRATIVAS	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2
INDUSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	7,8	12,0	14,7	20,3	14,9
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GAS E AGUA	0,5	0,7	0,7	1,1	0,7
CONSTRUÇÃO	4,2	5,0	4,0	3,2	4,1
COMERCIO, REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	19,1	15,6	17,4	16,9	17,1
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	2,4	3,7	3,7	3,4	3,6
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	5,6	5,1	6,4	6,1	6,1
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,8	1,5	2,9	2,2	2,6
ATIVIDADES IMOBILIARIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	10,5	16,2	17,5	12,2	16,3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	36,3	26,4	19,9	21,7	21,6
EDUCAÇÃO	3,0	4,0	3,3	3,0	3,4
SAUDE E SERVIÇOS SOCIAIS	3,8	4,1	4,5	4,6	4,5
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	4,1	4,6	4,6	4,3	4,5
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total de vínculos	352.587	2.167.481	9.325.636	1.951.072	13.796.776

Fonte: MTE/RAIS

Tabela 10. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 2014.

CNAE 2.0 Seção	RM de Belém (Região Norte)	RM de Fortaleza, RM do Recife e RM de Salvador (Região Nordeste)	RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro e RM de São Paulo (Região Sudeste)	RM de Curitiba e RM de Porto Alegre (Região Sul)	Total
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	1,0	0,4	0,2	0,4	0,3
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0,0	0,2	0,3	0,2	0,3
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	5,0	10,7	11,5	16,3	11,8
ELETRICIDADE E GÁS	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9
CONSTRUÇÃO	8,0	9,1	6,6	5,6	6,9
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	19,3	16,6	18,0	17,9	17,8
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	5,1	5,0	6,4	5,7	6,0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	2,9	4,3	4,5	3,9	4,3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1,1	1,7	3,0	2,6	2,6
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,6	1,4	2,8	2,2	2,4
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1,8	2,8	3,3	2,5	3,0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	10,2	14,7	13,9	10,4	13,5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	30,1	19,4	15,4	18,5	16,9
EDUCAÇÃO	4,9	4,7	4,1	4,1	4,2
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	4,5	4,4	5,2	5,2	5,1
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0,8	0,5	0,7	0,6	0,6
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2,5	2,7	2,8	2,2	2,7
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	521.800	3.392.758	13.222.471	2.717.118	19.854.147

Fonte: MTE/RAIS

Pela Tabela 11, com dados da RAIS, tem-se a distribuição proporcional dos empregados estabelecidos nas RM's estudadas, segundo Grande Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O Grupo é composto por nove ocupações, são elas: 1. 'Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público'; 2. 'Profissionais das Ciências e das Artes'; 3. 'Técnicos de Nível Médio'; 4.

‘Trabalhadores de Serviços Administrativos’; 5. ‘Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados’; 6. ‘Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca’; 7. ‘Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais’; 8. ‘Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais’¹⁴ e 9. ‘Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção’.

Na RM de Fortaleza, a proporção de ‘Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público’ com relação ao total de ocupados (1,064 milhão) atingiu a marca de 13,2% no ano de 2014 (em 2005, tal proporção era de 3,5%). Já os ‘Profissionais das Ciências e das Artes’ que representavam 20,5% dos ocupados em 2005 diminuíram para 8,7% com relação ao total.

Interessante destacar que a participação dos ‘Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais’ na ocupação total aumentou em todas as RM’s levantadas na Região Norte/Nordeste: RM de Belém (16,7% ante 14,7%), RM de Fortaleza (21,2% ante 20,6%), RM do Recife (18% ante 14,7%) e RM de Salvador (17,4% ante 15,2%). Enquanto nas do Sul/Sudeste, com exceção da RM de Belo Horizonte (19,2% ante 17,9%) e da RM do Rio de Janeiro (15,2% ante 13,1%), ocorreu o contrário.

¹⁴ Ver (<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf#7>). Apesar de homônimos, ‘Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais’, abarcam ocupações distintas. Este Grande Grupo enumerado como “7” compreende: Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; Trabalhadores da transformação de metais e compósitos; Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; Trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; Trabalhadores de funções transversais.

Ao passo que o Grande Grupo de numeração “8” agrupa: Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias; Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel; Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades).

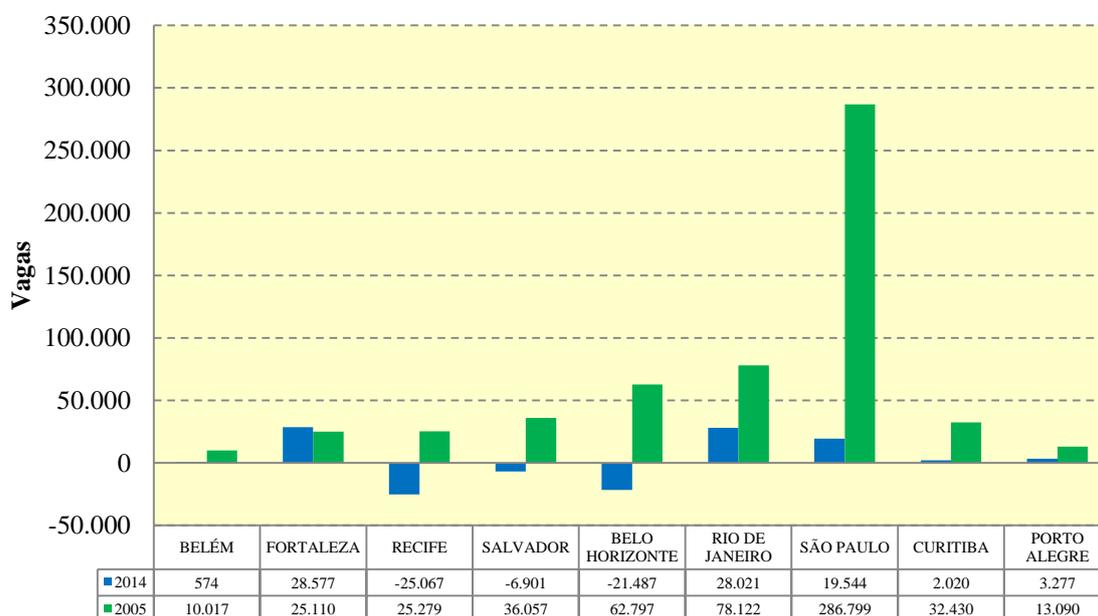
Tabela 11. Distribuição (%) dos Empregados em RM's Brasileiras segundo Grande Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 2005 e 2014.

CBO 2002 Gr Grupo	RM DE BELÉM		RM DE FORTALEZA		RM DO RECIFE		RM DE SALVADOR		RM DE BELO HORIZONTE	
	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005
MEMBROS SUPERIORES DO PODER PUBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZACOES DE INTERESSE PUBLICO	5,0	4,2	13,2	3,5	4,8	4,8	3,5	3,8	5,4	4,5
PROFISSIONAIS DAS CIENCIAS E DAS ARTES	14,9	13,5	8,7	20,5	13,4	13,6	10,3	10,2	13,8	15,7
TECNICOS DE NIVEL MEDIO	10,1	12,3	8,2	7,9	8,9	10,1	15,6	19,2	11,6	10,2
TRABALHADORES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	21,3	23,4	20,3	17,7	21,1	21,2	22,2	18,5	19,9	22,5
TRABALHADORES DOS SERVICOS, VENDEDORES DO COMERCIO EM LOJAS E MERCADOS	27,5	25,5	23,8	23,0	27,6	26,2	25,8	24,3	24,3	22,3
TRABALHADORES AGROPECUARIOS, FLORESTAIS E DA PESCA	0,8	1,1	0,6	1,1	1,3	2,6	0,3	0,4	0,6	0,7
TRABALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS INDUSTRIAIS	16,7	14,7	21,2	20,6	18,0	14,7	17,4	15,2	19,2	17,9
TRABALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS INDUSTRIAIS	1,6	2,0	2,4	2,3	2,5	2,7	2,2	2,3	2,5	2,6
TRABALHADORES EM SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO	2,1	3,3	1,5	3,4	2,3	4,1	2,6	6,3	2,7	3,5
Total de vínculos	501.944	335.588	1.064.397	620.674	1.145.122	697.256	1.116.611	793.780	1.914.673	1.412.766
CBO 2002 Gr Grupo	RM DO RIO DE JANEIRO		RM DE SÃO PAULO		RM DE CURITIBA		RM DE PORTO ALEGRE		Total	
	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005
MEMBROS SUPERIORES DO PODER PUBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZACOES DE INTERESSE PUBLICO	6,0	4,6	5,0	4,2	4,0	3,7	4,1	3,3	5,4	4,2
PROFISSIONAIS DAS CIENCIAS E DAS ARTES	13,3	10,7	10,9	9,8	15,8	14,7	13,9	14,3	12,3	12,0
TECNICOS DE NIVEL MEDIO	12,2	10,5	15,8	16,2	12,2	10,4	12,4	11,9	13,3	13,2
TRABALHADORES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	21,1	27,9	22,0	21,9	19,6	19,9	20,3	18,7	21,2	22,2
TRABALHADORES DOS SERVICOS, VENDEDORES DO COMERCIO EM LOJAS E MERCADOS	28,1	27,4	24,8	23,3	23,3	22,5	23,8	21,6	25,4	24,0
TRABALHADORES AGROPECUARIOS, FLORESTAIS E DA PESCA	0,2	0,3	0,3	0,4	0,7	0,8	0,5	0,6	0,4	0,6
TRABALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS INDUSTRIAIS	15,2	13,1	16,8	18,0	19,4	20,2	20,0	22,8	17,5	17,3
TRABALHADORES DA PRODUCAO DE BENS E SERVICOS INDUSTRIAIS	1,8	2,2	2,5	3,2	3,0	3,4	3,0	3,8	2,4	2,9
TRABALHADORES EM SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO	1,9	3,4	1,9	3,1	2,0	4,3	2,0	3,1	2,0	3,5
Total de vínculos	3.405.781	2.369.109	7.652.785	5.337.865	1.272.097	853.462	1.376.348	1.053.665	19.449.758	13.474.165

Fonte: MTE/RAIS

Com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram obtidas informações sobre a criação líquida de postos de trabalho em regiões metropolitanas¹⁵ nos anos de 2005 e 2014. Observa-se diminuição no número de empregos criados na comparação entre os dois anos em todas as RM's, com exceção da RM de Fortaleza, onde foram abertos 28,5 mil novos postos (ante 25,1 mil). Na RM do Recife (25 mil), RM de Salvador (6,9 mil) e RM de Belo Horizonte (21,4 mil) o total de desligados do emprego superou o de admitidos, o que significa fechamento de vagas – ver Gráfico 6.

Gráfico 6. Saldo de Empregos em RM's brasileiras (2005 e 2014).



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

Esta Seção teve como objetivo mostrar alguns dados sobre a estrutura setorial e ocupacional dos empregados em regiões metropolitanas. Foram levantados dados de diferentes regiões brasileiras para os anos de 2005 e 2014. Os dados da RAIS/MTE utilizados referem-se ao trabalho formal e são computados a partir dos registros em carteira assinada e de informações fornecidas pelos empregadores. De maneira resumida, podem ser apontadas algumas considerações a respeito da composição setorial e ocupacional do emprego nas diferentes RM's: (i) no setor de

¹⁵ Para dados sobre a criação líquida de empregos por setor econômico de registro do empregado, ver Anexo 6.

Construção Civil houve o maior crescimento percentual de vínculos ativos, sobretudo nas RM's de Belém, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba; (ii) o setor econômico de registro formal de maior proporção de empregados com relação ao total de trabalhadores foi o de Serviços (por volta de 61%); (iii) Em 2014 (66,6%) e 2005 (67,6%) a maior proporção dos vínculos ativos de emprego foi verificada nas RM's da Região Sudeste; (iv) nota-se perda de participação da Indústria de Transformação (11,8% ante 14,9%) e da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (16,9% ante 21,6%) na estrutura dos vínculos formais e aumento de empregados nas atividades econômicas de Construção (6,9% ante 4,1%), Educação (4,2% ante 3,4%) e Saúde e Serviços Sociais (5,1% ante 4,5%); (v) a distribuição ocupacional em RM's brasileiras é composta, sobretudo, por 'Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados'; 'Trabalhadores de Serviços Administrativos'; 'Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais'; 'Técnicos de Nível Médio' e 'Profissionais das Ciências e das Artes' e (vi) houve diminuição de novas vagas no ano de 2014 (28,5 mil) em comparação ao de 2005 (569,7 mil vagas) no total das nove RM's.

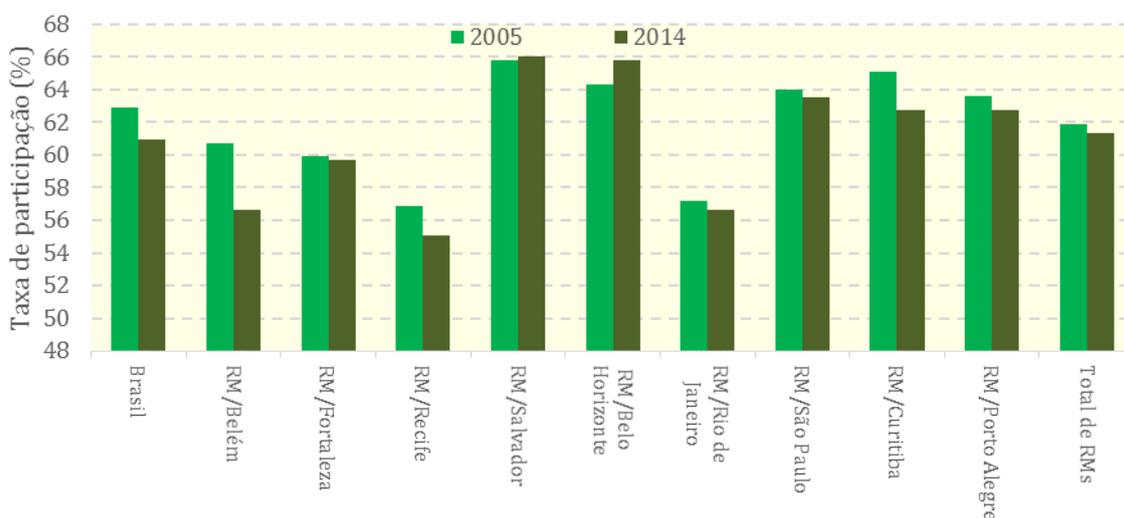
2.2. Indicadores de Trabalho Decente em Regiões Metropolitanas Brasileiras: anos de 2005 e 2014

Para Anker *et al.* (2002) existe, obviamente, simetria entre a elaboração de uma agenda de TD com um conjunto de indicadores. Convencionalmente sujeita aos aspectos favoráveis ao trabalho produtivo e de qualidade, tal agenda implica no desenvolvimento de metas referentes aos direitos e princípios fundamentais no emprego, proteção social e diálogo, por exemplo. Dessa forma, há evidências de que um conjunto de indicadores de TD consiste numa clara necessidade. Mesmo diante do esforço de identificá-los, desenvolvê-los e/ou medi-los, pela amplitude inerente ao conceito de TD, não se exime eventuais lacunas de cobertura total dos quatro eixos. Mas definitivamente, não obstante às dificuldades de realizar comparações internacionais a partir dos índices sínteses, a apresentação de indicadores e o desenvolvimento de índices permitem descortinar a possibilidade de medir o TD como uma espécie de termômetro para a qualidade do trabalho de maneira geral.

Ramos & Britto (2002) apontam um panorama geral sobre o mercado de trabalho em RM's na década de 1990 e nos anos de 2001 e 2002, tendo como base as metrópoles da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. Sobre a Taxa de Participação¹⁶, destaca-se que houve uma queda durante a década de 90, em 1997 se situava ao redor de 58%, em 1998, 59%. Durante o ano de 2001 se situou em torno de 56,5%.

Conforme o Gráfico 7, a respeito das nove RM's de tratamento da PNAD e foco deste estudo, podem ser destacados os seguintes aspectos sobre o comportamento da taxa de participação a partir da observação dos anos de 2005 e 2014: a) somente nas RM's de Salvador (66% em 2014 contra 65,8% em 2005) e Belo Horizonte (65,8% em 2014 contra 64,3% em 2005) a taxa de participação aumentou, sendo superior às demais metrópoles; b) a diminuição da taxa de participação é explicada pelo maior crescimento da população em idade de trabalhar em detrimento dos economicamente ativos e c) no ano de 2014 a taxa de participação calculada no grupo de nove RM's estudadas foi de 61,3% (contra 61,8% em 2005). Ou seja, superior à verificada para o Brasil, que foi de 60,9% (contra 62,8% em 2005).

Gráfico 7. Taxa de Participação em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.



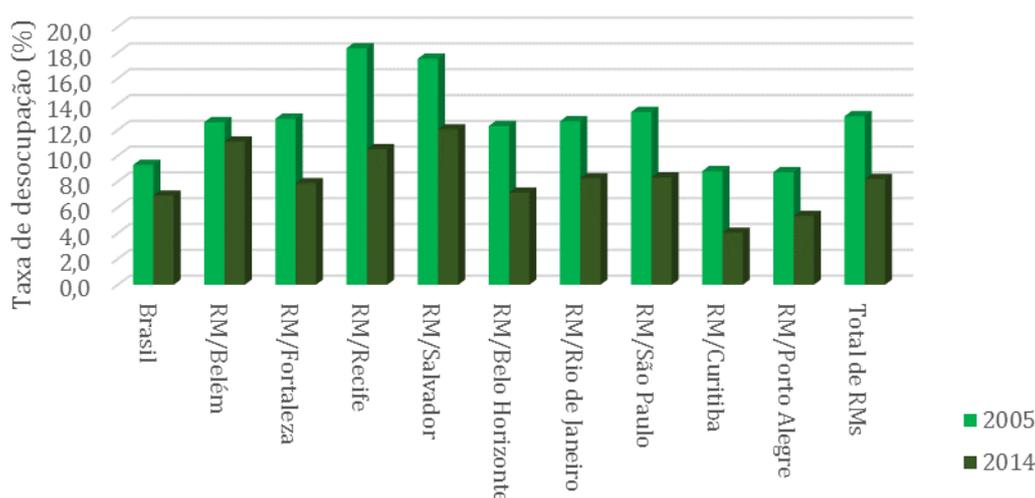
Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

¹⁶ População Economicamente Ativa (PEA) de 10 anos ou mais de idade/População em Idade Ativa (PIA) da mesma faixa etária x 100.

No Gráfico 8 encontram-se dados acerca da taxa de desocupação¹⁷ em RM's em dois anos específicos. Percebe-se diminuição no número de pessoas desocupadas em todas as metrópoles e no país de maneira geral. No ano de 2005, na RM do Recife (18,3%) a proporção de desocupados com relação à PEA era superior a todas RM's analisadas. Entretanto, os dados de 2014 revelaram queda de 7,8 p.p. na taxa de desocupação observada na RM do Recife, configurando a RM de Salvador (12,1% ante 17,5%) como a metrópole com a maior proporção de desocupados. Finalmente, nas metrópoles do Sul a desocupação calculada é menor quando comparada ao restante de regiões, a exemplo da RM de Curitiba (4% em 2014 contra 8,8% em 2005) e da RM de Porto Alegre (5,3% em 2014 contra 8,7% em 2005).

Gráfico 8. Taxa de Desocupação em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

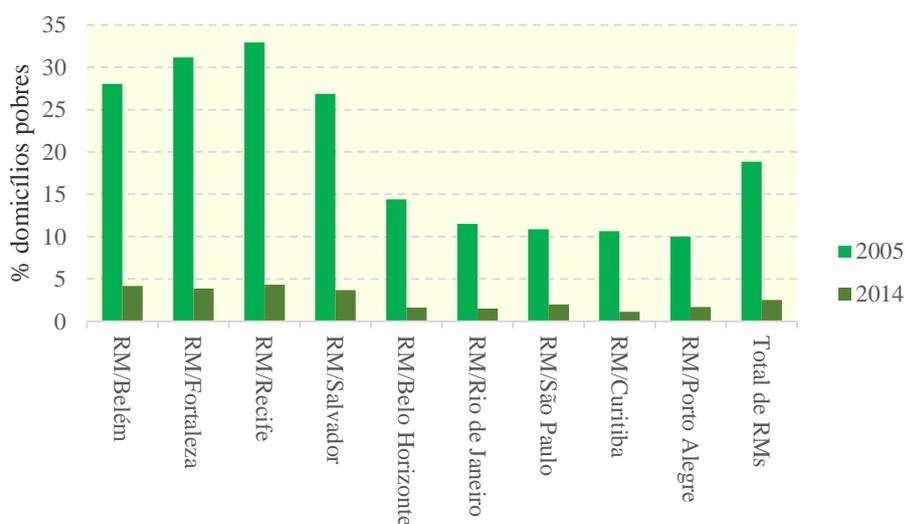
O mercado de trabalho ativo apresenta efeitos nos níveis de emprego e remuneração, sendo o fio condutor da redução das desigualdades e da pobreza. A consistência e crescimento do rendimento dos trabalhadores dependem do aumento contínuo da produtividade do trabalho, observada pela razão entre a expansão do PIB e o aumento da ocupação. Níveis sustentados de investimentos induzem a maior produtividade via aumento de capital por trabalhador. Obviamente, oportunidades de

¹⁷ Pessoas de 10 anos ou mais de idade, desocupadas, que procuraram trabalho na semana de referência/PEA da mesma faixa etária x 100.

maiores ganhos no emprego contribuem para a redução da pobreza, o que reitera o mercado de trabalho como um instrumento de redução de desigualdades. Mas quando a situação laboral se mostra precária, tem-se um vetor de iniquidades (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Foram selecionados nos microdados da PNAD os domicílios com rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140 mensais, considerados pobres¹⁸ em metrópoles. No ano de 2005, a partir dos domicílios com esta faixa de rendimento *per capita*, percebe-se que a pobreza era maior nas RM's da Região Nordeste em comparação às da Região Sul/Sudeste. Os dados de 2014 mostram importante melhora neste componente de TD, dada à diminuição na proporção de domicílios considerados pobres. Enfim, certamente houve efeitos benéficos a todos os componentes do grupo familiar – ver Gráfico 9.

Gráfico 9. Proporção de Domicílios Considerados Pobres em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

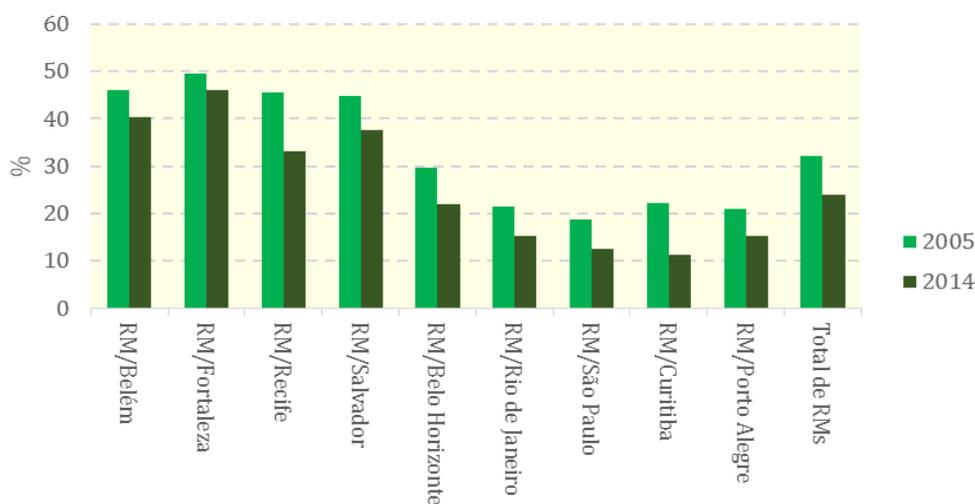
Segundo Bruschini, Ricoldi & Mercado (2008) na distribuição dos ocupados segundo sexo e faixa etária para o ano de 2005, o nível de ganhos de rendimentos dos brasileiros é apontado como historicamente baixo. No Nordeste, 50,2% dos ocupados

¹⁸ Esta escolha ocorreu a partir do critério do PNUD para o indicador de suporte da dimensão renda do IDH. Considera-se três linhas de pobreza a partir do rendimento domiciliar *per capita* (R\$ 70, R\$ 140 e R\$ 225) – ver http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_renda/.

homens e 48,8% das ocupadas recebiam até 1 salário mínimo. Ainda neste estrato de rendimento, no Sudeste a proporção observada foi de 17,9% para os homens ocupados e 31,5% para as mulheres.

No Gráfico 10 encontram-se informações, a partir dos microdados da PNAD, sobre a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em RM's foco deste estudo, com rendimento mensal de todos os trabalhos de até 1 salário mínimo vigente nos anos 2005 (até R\$ 300) e 2014 (até R\$ 724), respectivamente.

Gráfico 10. Proporção de Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade em RM's, com Rendimento Mensal de Todos os Trabalhos no Estrato de Até 1 Salário Mínimo Vigente: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

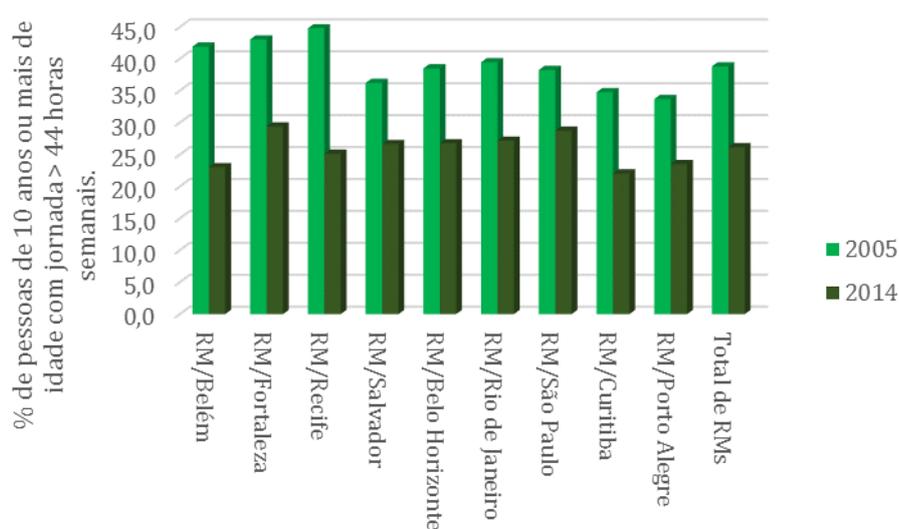
Um componente de qualidade de emprego é a jornada de trabalho, que quando excedida, torna-se um indicador de *déficit* de TD. No Brasil, pode ser considerada excessiva qualquer jornada acima do limite legal de 44 horas semanais, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. No país, no ano de 2006, a proporção de ocupados com jornada superior a 44 horas semanais foi de 34,7%. A proporção foi maior para os homens (42,4%) do que para as mulheres (24,5%). Não obstante, as mulheres dedicam um número de horas semanais não computados nos afazeres domésticos (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Nesse contexto, um sistema de inspeção das normas do trabalho devidamente funcional é essencial para o cumprimento da legislação com proteção aos trabalhadores. A eficácia do emprego é potencializada por meio da inspeção, o que

fomenta a dimensão da inclusão social por intermédio do trabalho e contribui diretamente para a promoção do TD. A inspeção do trabalho é um esforço da OIT para garantia dos direitos laborais, sobretudo com a Convenção n.º 81 sobre Trabalho e Inspeção, de 1947, e a Convenção n.º 129 sobre Inspeção na Agricultura, de 1969. Em 2008, com a Declaração sobre a Justiça Social Para uma Globalização Justa, a fiscalização tornou-se questão de governança. No Brasil, a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANDT), de 2006, e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, de 2010, incorporaram o reconhecimento da inspeção como um dos pilares da promoção do TD e de boas relações de trabalho de maneira geral. Desde então, são feitas ações coordenadas pelo MTE e pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), para garantia do cumprimento às normas laborais exigidas (ILO, 2010).

No Gráfico 11 encontram-se dados computados a partir dos microdados das PNADs de 2005 e 2014, sobre a proporção de trabalhadores com a jornada de trabalho acima do limite legal estabelecido pela legislação em RM's brasileiras. O primeiro comentário a ser feito é que se nota diminuição na proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes de RM's, com jornada de trabalho acima de 44 horas por semana. No geral, no Nordeste e Norte, a redução foi mais intensa, como nas RM's de Fortaleza (19,7 p.p.) e de Belém (18,9 p.p.), respectivamente.

Gráfico 11. Proporção de Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade em RM's, com Jornada de Trabalho (todos os trabalhos) Acima de 44 Horas Semanais: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

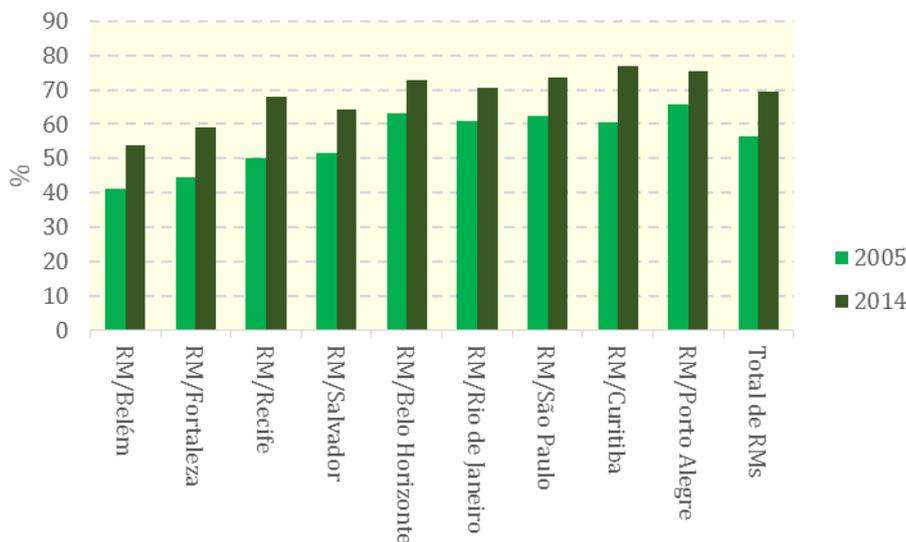
A proteção social é um elemento importante para o trabalhador, geralmente não presente naqueles do setor informal da economia, onde existe alta rotatividade de mão de obra. No Brasil, até 1965, a demissão sem justa causa acontecia mediante pagamento pelo empregador de um mês de salário para cada ano de trabalho na empresa. Com dez anos de trabalho na mesma empresa, era proibida a demissão sem justa causa. Em 1966, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), todo este sistema foi alterado, visto que a empresa passa a ter a obrigação de abrir uma conta bancária para o trabalhador e realizar depósitos de 8% do valor do salário (atualmente, a Caixa Econômica Federal, organização bancária governamental, é responsável pelo “*fund*”). Quando despedido sem justa causa, além da notificação pelo empregador, denominada “aviso prévio”, o trabalhador pode receber compensação pecuniária de 10% do fundo. Desde 1986, há direito a mais uma compensação pecuniária enquanto desempregado (seguro desemprego), desde que cumpra alguns critérios, como certo tempo de serviço e não acúmulo de benefícios, por exemplo. O benefício principal do sistema previdenciário brasileiro é proporcional ao salário do trabalhador. Como a pensão é proporcional ao salário dos últimos 36 meses, são pequenos os estímulos para relatar os salários com precisão. É possível afirmar que a lei onera os mais pobres, com baixa renda do trabalho. Finalmente, o sistema de proteção social ideal é aquele que maximize o número de trabalhadores cobertos, sem causar *déficits* fiscais (NERI, 2002).

Para Krein (2007) a proteção social é vista como um direito do trabalhador e a lógica da flexibilização e seus efeitos na forma de organização do Estado e dos sindicatos se estendem à regulação social do trabalho, de modo a inibir certa ampliação de cobertura aos trabalhadores. Nesse contexto, o mercado de trabalho brasileiro é apontado como heterogêneo, cujos traços marcantes são o excedente estrutural de oferta de força de trabalho e a baixa proteção social.

No Gráfico 12, foi selecionada, nos microdados das PNAD, a proporção de trabalhadores (pessoas de 10 anos ou mais de idade) em nove RM’s nos anos de 2005 e 2014, cuja condição era de contribuinte para instituto de previdência em qualquer trabalho exercido na semana de referência. Nota-se aumento na proporção de pessoas com acesso a previdência social, ou seja, cobertas em caso de perdas sazonais de renda, a exemplo de demissões ou em casos de aposentadoria. No ano de 2014, observa-se que

na RM de Curitiba (77%) a proporção de contribuintes foi maior dentre as metrópoles estudadas, enquanto a menor proporção aconteceu na RM de Belém (53,9%).

Gráfico 12. Proporção de Trabalhadores (pessoas de 10 anos ou mais de idade) em RM's na Condição de Contribuinte Para Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho da Semana de Referência.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

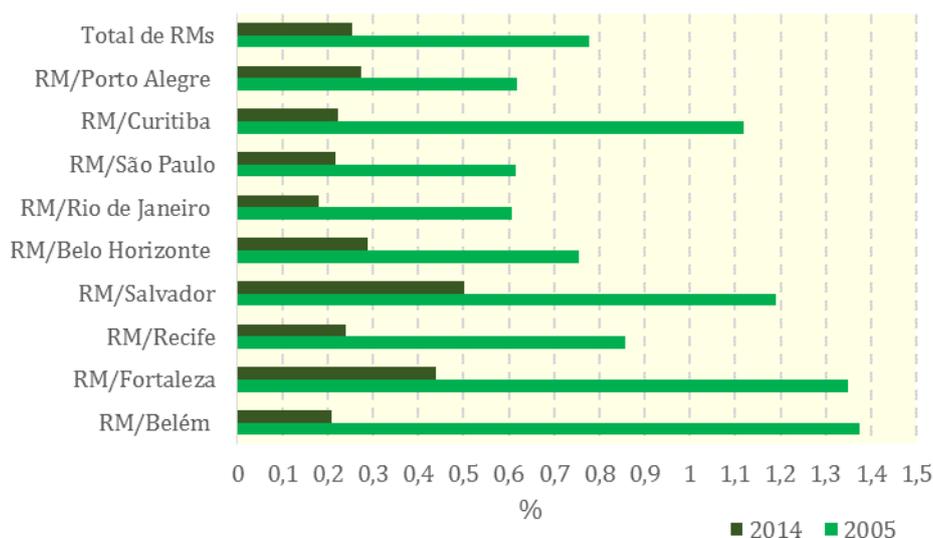
É sabido que a regulamentação trabalhista proíbe o trabalho de menores de 16 anos, entretanto, há descumprimento da lei e o trabalho infantil é, infelizmente, uma realidade no Brasil. Nas últimas décadas houve avanços importantes na eliminação do uso de mão de obra de crianças, sobretudo no estrato de 10 a 14 anos de idade, como mostram os dados da PNAD. Em 1992¹⁹, dentre os ocupados, 2,922 milhões (4,7%) eram desta faixa etária, em 2005, a quantidade caiu para 1,146 milhão (1,4%). Os melhores resultados atestam a importância de ações públicas de fiscalização trabalhista, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Programa Bolsa Família, por exemplo. Contudo, ainda há crianças trabalhando no país, o que revela a necessidade de

¹⁹ Este ano consiste num marco em relação a eliminação do trabalho infantil. O Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT foi criado em meados da década de 90 e o Brasil foi um dos primeiros países a implantá-lo. O foco principal deste Programa Federal (no Brasil, denominado PETI) é erradicar o trabalho infantil de crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo permanência na escola e em atividades socioeducativas de maneira geral. Atualmente, o PETI é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo é a integração entre PETI e Bolsa Família (PBF). Ferro e Kassouf (2005) afirmam que o PBF é eficiente na redução do número de horas semanais de trabalho das crianças, no entanto, inconclusivo com relação a sua erradicação. Já Cacciamali, Tatei e Batista (2010) mostram que o PBF é eficiente na elevação da frequência escolar, porém têm efeitos perversos ao aumentar a probabilidade do trabalho infantil.

maior eficácia dos programas para erradicação plena. O trabalho infantil é mais comum em regiões não metropolitanas, sobretudo no meio rural (mais de 50% do total). No que tange às grandes regiões geográficas, é mais presente no Nordeste, pois mais da metade das crianças em atividades de trabalho residem nesta região (RAMOS, 2007).

Observa-se, pelo Gráfico 13, redução expressiva na proporção de crianças de 10 a 14 anos ocupadas com relação ao total de ocupados em RM's. Em 2005, nas RM's de Belém – 1,4% (12 mil crianças) e de Fortaleza – 1,4% (20 mil crianças) – percebeu-se a maior proporção de crianças ocupadas. Nota-se que na RM de Curitiba, tal proporção foi de 1,1%. Em 2014, as RM's que o indicador de trabalho infantil mostrou maior queda, respectivamente: RM de Belém (-1,2 p.p.), RM de Fortaleza (-0,9 p.p.), RM de Curitiba (-0,9 p.p.) e RM de Salvador (-0,7 p.p.).

Gráfico 13. Proporção de Crianças (10 a 14 anos) em RM's Ocupadas na Semana de Referência com Relação ao Total de Ocupados: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

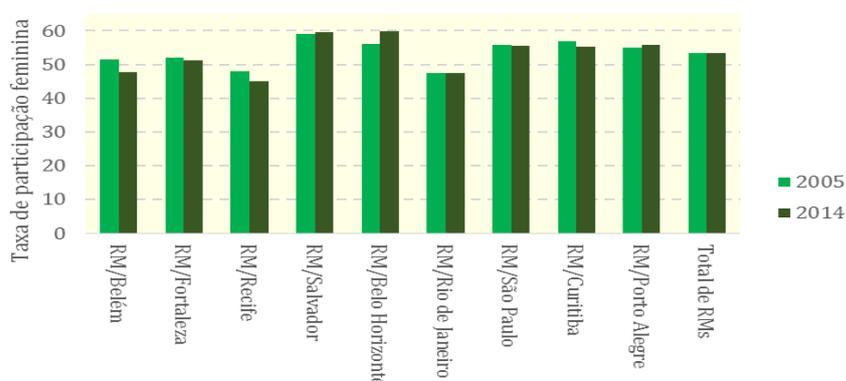
Elaboração própria.

Bruschini, Ricoldi & Mercado (2008) comentam a dualidade do trabalho feminino com as principais características de inserção das mulheres, que acontece em maior magnitude desde a década de 1970. Por um lado, as trabalhadoras mais qualificadas em termos de escolaridade têm acesso a oportunidades melhores de carreira, enquanto as menos instruídas se concentram em empregos precários. Entre 1995-2005 houve aumento na PEA feminina, na taxa de atividade e na participação

percentual no conjunto de trabalhadores. Em 1995, a taxa de atividade feminina foi de 48% no Nordeste e 45,9% no Sudeste. Já em 2005, chegou a 51,1% no Nordeste (contra 73,3% da taxa de atividade masculina) e 52,7% no Sudeste (contra 72,3% da taxa de atividade masculina). Entre as mulheres mais escolarizadas (15 anos ou mais de estudo), a taxa de atividade no Brasil foi de 83%. Quanto às ocupações precárias, o emprego doméstico remunerado absorveu 17% da força de trabalho feminina no país em 2005, 15% no Nordeste e 19% no Sudeste. Finalmente, sobre os avanços do trabalho feminino, podem ser elencados os seguintes aspectos: queda da taxa de fecundidade em 2005 (1,9 filho por mulher no Sudeste e 2,3 filhos por mulher no Nordeste); crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres em 2005, ou seja, 30,6% do total dos domicílios particulares e as maiores oportunidades de ingresso ao ensino superior.

O gráfico 14 expõe a taxa de participação feminina em RM's de estudo nos anos de 2005 e 2014. Nota-se pelos dados obtidos na PNAD que o crescimento da PEA feminina de 12,1% (total de 14,8 milhões de mulheres) foi ligeiramente superior ao crescimento da PEA geral, de 11% (total de 32 milhões de pessoas). Observa-se um pequeno recuo na taxa de participação feminina, com exceção das RM's de Belo Horizonte (de 56% para 59,7%), Porto Alegre (de 54,9% para 55,8%), Salvador (de 59% para 59,5%) e Rio de Janeiro (de 47,4% para 47,5%). A RM do Recife mostrou-se com a menor taxa de participação feminina em comparação às demais (48% em 2005 e 45% em 2014).

Gráfico 14. Taxa de Participação Feminina em RM's Brasileiras: 2005 e 2014.



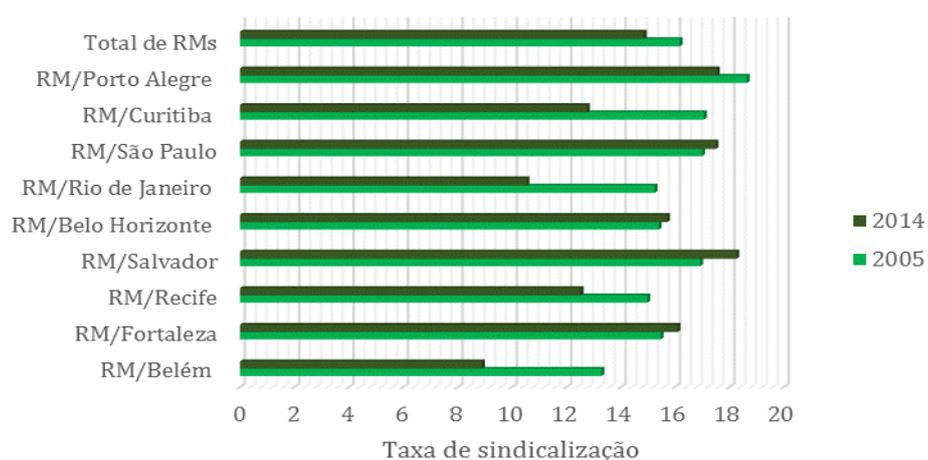
Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

Pode-se salientar que no contexto desfavorável ao mercado de trabalho da década de 1990, com desemprego em alta, aumento da informalidade e precarização, houve o declínio da taxa de sindicalização²⁰. Em 1992, foi de 18%, seguindo trajetória de queda até atingir 16,7% em 1998. Todos os setores organizados da economia foram afetados, mas, sobretudo a indústria, foco da abertura. A partir de 2004, com o novo ritmo de melhora do mercado laboral, onde houve diminuição na informalidade, a proporção de sindicalizados foi de 19,6% em 2006. Na distinção do padrão de emprego por grupo de trabalhadores, notam-se alterações neste indicador. Por exemplo, a taxa de sindicalização dos homens é superior à das mulheres, enquanto a verificada para os empregados brancos, maior do que a dos negros (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Sobre a taxa de sindicalização em RM's, constata-se que, nos anos de 2005 e 2014, existiu queda no percentual de sindicalizados nas RM's de Belém (de 13,3% para 8,9%), do Recife (de 15% para 12,5%), do Rio de Janeiro (de 15,3% para 10,5%), Curitiba (de 17,1% para 12,8%) e Porto Alegre (de 18,6% para 17,5%). De maneira geral, no grupo de nove metrópoles, a taxa de sindicalização diminuiu em 1,3 p.p., chegando a 14,9%. Nos casos da RM de Fortaleza (de 15,5% para 16,1%), RM de Salvador (de 16,9% para 18,3%), RM de Belo Horizonte (de 15,4% para 15,7%) e RM de São Paulo (de 17% para 17,5%), aumentou-se a participação dos sindicalizados no total de ocupados – ver Gráfico 15.

Gráfico 15. Taxa de Sindicalização em RM's (2005 e 2014).



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Elaboração própria.

²⁰ Porcentagem de associados aos sindicatos com relação ao total de ocupados.

Pela Tabela 12 percebe-se que houve aumento na proporção dos empregados com carteira assinada no total das RM's, refletindo o avanço da formalização do trabalho. Em 2005, 25,3% dos empregados eram celetistas, enquanto que, em 2014, a proporção subiu para 42,2%. O total de trabalhadores por conta própria e empregadores recuou 6,8 p.p. entre os anos estudados. Por fim, a despeito do serviço doméstico, a proporção de ocupados nesta atividade foi de 9,3% com relação ao total de ocupações (ante 10,5% em 2005).

Tabela 12. Pessoas de 10 anos ou mais de idade em RM's (mil pessoas), ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal: 2005 e 2014.

	2005	%	2014	%
Empregado	1.982	57,1	1.685	66,3
Empregado - com carteira de trabalho assinada	880	25,3	1.073	42,2
Empregado - militar e funcionário público estatutário	82	2,4	62	2,4
Empregado – outro	1.018	29,3	549	21,6
Empregado - sem declaração	0	0,0	0	0,0
Trabalhador doméstico	365	10,5	237	9,3
Conta própria e empregador	1.023	29,4	574	22,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	35	1,0	16	0,6
Não remunerado	67	1,9	26	1,0
Total	3.474	100	2.540	100

Fonte: IBGE/PNAD

Na década de 90 é apontado um déficit elevado de TD no Brasil pela observação dos indicadores. Contudo, houve melhora nos anos da década de 2000, pois os postos de trabalho melhoraram em quantidade e qualidade. Devido a inerente característica integrada e multidisciplinar, uma análise da evolução do TD requer disponibilidade e apresentação de dados estatísticos para cada um dos seus quatro pilares: empregos, direitos e princípios fundamentais no trabalho, proteção social e diálogo social. Há o reconhecimento de que a apresentação dos indicadores que permitem acompanhar a evolução do TD é mais comum no campo do emprego do que nos eixos de direitos e princípios fundamentais do trabalho, da proteção social e diálogo social (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Nesta seção, foram usados os microdados das PNAD's de 2005 e 2014, em nove RM's de cobertura, de modo a obter nove indicadores de TD apontados como profícuos pela literatura especializada. Em resumo, as principais conclusões observadas

sobre o comportamento dos indicadores que compõem o índice-síntese de TD desenvolvido são:

I. No campo das oportunidades de emprego: a taxa de participação diminuiu em sete das nove RM's. Mesmo assim, em 2014, a taxa observada no conjunto de metrópoles (61,3%) foi levemente superior à do país, que caiu 1,9 p.p. e atingiu a marca de 60,9%. Apesar do indicador de desocupação, houve diminuição no número de pessoas desocupadas em todas as metrópoles. Ainda que a taxa de desocupação seja menor no Sul, na RM do Recife a queda foi de 7,8 p.p.

II. No campo do emprego remunerado: em 2005, a proporção de domicílios considerados pobres era maior nas metrópoles do Nordeste (superior a 25%) em comparação às do Sul/Sudeste (não superior a 15%). Em 2014, este indicador mostra substancial melhora, pois, em todas as RM's, não chegaram a 5% os domicílios considerados pobres. A mesma evolução foi verificada na diminuição da proporção de pessoas com rendimento mensal de todos os trabalhos no estrato de até um salário mínimo vigente.

III. No campo das condições de trabalho: o indicador escolhido foi a proporção de pessoas com jornada de trabalho acima do permitido por lei (44 horas por semana). Observa-se também melhora deste indicador, pois em todas as metrópoles houve redução na quantidade de trabalhadores com jornada superior à permitida, sobretudo nas RM's do Norte e Nordeste.

IV. No campo da proteção contingencial: a proporção de trabalhadores com contribuição à previdência elevou-se em todas as metrópoles, muito embora ocorra diferenças entre grandes regiões na cobertura contra perdas sazonais de renda. Por exemplo, na RM de Curitiba, 77% dos indivíduos são contribuintes, enquanto que, na RM de Belém, apenas 53,9%.

V. No campo do trabalho forçado e infantil: houve arrefecimento no que tange a proporção de crianças entre 10 e 14 anos na estrutura total de ocupação. A redução foi maior na RM de Belém (-1,2 p.p.), RM de Fortaleza (-0,9 p.p.), RM de Curitiba (-0,9 p.p.) e RM de Salvador (-0,7 p.p.). No grupo de nove metrópoles, a quantidade de crianças trabalhando foi reduzida em 61,5%, totalizando ainda 75 mil crianças.

VI. No campo da discriminação no trabalho: optou-se por escolher a taxa de participação feminina, que acompanhou a trajetória de queda (com exceção de quatro RM's) da taxa de participação geral. Entretanto, a PEA feminina cresceu 12,1%, enquanto a expansão da PEA geral foi de 11%.

VII. No campo sindical: em suma, a taxa de sindicalização diminuiu nas duas RM's do Sul. O comportamento de aumento ou diminuição do indicador foi distinto entre as metrópoles de acordo com as grandes regiões. Em 2014, na RM de Salvador (18,3%) houve maior percentual de sindicalizados dentre os ocupados.

2.3. A Estrutura Setorial e Ocupacional nas Metrôpoles Paulistas (2000 e 2010)

Primeiramente, o teor desta e da próxima seção pode ser caracterizado como de maneira à parte neste estudo. Ou seja, com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), repetiu-se, especificamente: 1. A tarefa de obter a distribuição dos empregados, mas para os municípios que compõem as três regiões metropolitanas de São Paulo nos anos de 2000 e 2010²¹ e 2. De analisar os indicadores de trabalho digno. Porém, no sentido do ordenamento lógico do estudo sobre as nove metrópoles, o conteúdo torna-se secundário e complementar ao deostar do recorde temporal e geográfico do estudo.

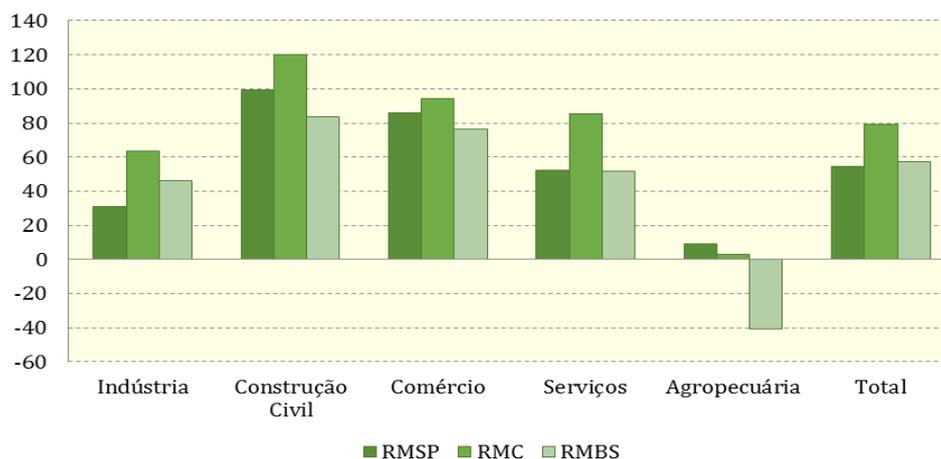
A seleção na plataforma RAIS foi feita de modo inicial levando-se em conta o grande setor econômico de registro do emprego na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Gr Setor): Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

A primeira observação é que, conforme o Gráfico 16, no setor da Construção Civil houve maior crescimento percentual no número de contratos de trabalho nas três regiões metropolitanas nos anos de 2000 e 2010. Na RMC (119,9%) aconteceu o maior acréscimo proporcional de vínculos ativos neste setor – seguidos pela RMSP (99,1%) e RMBS (83,8%) – e também nos demais, com exceção na

²¹ A escolha dos anos de 2000 e 2010 foi feita em razão da disponibilidade e compatibilidade de dados para os municípios metropolitanos.

Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, onde o ritmo de expansão vínculos no decênio foi maior na RMSP (9%).

Gráfico 16. Crescimento (%) dos Empregados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (2000 e 2010) por Grande Setor Econômico de Registro de Empregado.



Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

A Tabela 13 mostra a distribuição setorial dos registros formais nos 39 municípios de compõem a RMSP. De maneira agregada, no ano de 2000, os Serviços já concentravam a maior parcela de empregados locais (2,7 milhões), seguido pela Indústria (981,7 mil), Comércio (700 mil), Construção Civil (191,8 mil) e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (12,6 mil). No ano de 2010, verificou-se que, em número de vínculos ativos, os trabalhadores do Comércio (1,3 milhão) superaram os da Indústria (1,2 milhão).

Tabela 13. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010.

Municípios	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ARUJÁ	0,4	0,7	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1	0,1	0,9	1,9	0,2	0,3
BARUERI	2,7	2,9	2,5	2,3	2,1	3	3,2	3,7	0,2	0,2	2,9	3,4
BIRITIBA-MIRIM	0	0	0	0	0	0,1	0	0	9,4	10,1	0	0,1
CAIEIRAS	0,5	0,6	0,1	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,5	0,2	0,3
CAJAMAR	0,7	1	0,4	0,2	0,2	0,4	1,1	0,5	0,2	0,8	0,9	0,6
CARAPICUIBA	0,4	0,5	0,2	0,7	0,5	0,7	0,4	0,5	0	0	0,4	0,6
COTIA	1	1,8	1,1	1,4	1	1,4	0,6	0,7	3,4	3	0,8	1,1
DIADEMA	4,6	4,8	0,6	1	1,3	1,4	0,6	0,7	4,3	0	1,6	1,6
EMBU	0,8	0,8	0,5	0,3	0,4	0,6	1,5	0,6	0,5	0,6	1,2	0,6
EMBU-GUAÇU	0,2	0,2	0,1	0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,3	0,8	0,1	0,1
FERRAZ DE VASCONCELOS	0,7	0,7	0,1	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1	0	0,1	0,2	0,3
FRANCISCO MORATO	0	0	0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0	0	0,1	0,1
FRANCO DA ROCHA	0,2	0,4	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0,2
GUARAREMA	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0	0,1	3,5	3,1	0,1	0,1
GUARULHOS	8,6	9,5	2	2,6	4,1	4,9	3	3,1	0,9	0,8	4,3	4,6
ITAPECERICA DA SERRA	0,4	0,3	0,1	0,2	0,4	0,5	0,2	0,3	0,6	1,6	0,3	0,3
ITAPEVI	0,4	0,6	0,5	0,4	0,3	0,5	0,3	0,3	0,1	0,3	0,3	0,4
ITAQUAQUECETUBA	1,3	1,5	0,1	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,6	0,8	0,5	0,6
JANDIRA	0,5	0,5	0,3	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0	0	0,2	0,2
JUQUITIBA	0	0	0,2	0	0,1	0,1	0,2	0	0,2	0,5	0,2	0,1
MAIRIPORA	0,2	0,3	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,5	0,2	0,2
MAUÁ	1,5	2,3	0,3	1,6	0,8	1	0,4	0,5	12,1	0,3	0,7	1
MOGI DAS CRUZES	1,3	1,5	1,8	2	1,3	1,4	0,7	1	18,5	19,6	1	1,3
OSASCO	2,5	2,5	1,1	1,5	3,1	3,2	1,8	2,1	0,2	0,1	2,1	2,3
PIRAPORA DO BOM JESUS	0,1	0,1	0	0	0	0,1	0	0	0,1	0	0	0
POÁ	0,5	0,6	1,5	0,8	0,4	0,3	1	0,5	0,1	1,1	0,8	0,5
RIBEIRÃO PIRES	0,6	0,7	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
RIO GRANDE DA SERRA	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0
SALESÓPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	0	3,5	4,2	0	0
SANTA ISABEL	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	2,7	2,6	0,1	0,1
SANTANA DE PARNAÍBA	0,7	1	0,5	0,8	0,3	0,7	0,7	0,9	0,1	0,6	0,6	0,9
SANTO ANDRÉ	2,8	2,9	1,5	2,1	3,5	3	2,2	2,6	4,6	0,3	2,5	2,7
SÃO BERNARDO DO CAMPO	9	7,9	3,1	2,7	3,1	3,2	2,6	3,1	0,4	0,8	4,1	3,9
SÃO CAETANO DO SUL	1,5	2	1,3	2,7	1,5	1,3	2,3	1,5	0,1	0,1	2	1,6
SÃO LOURENÇO DA SERRA	0	0,1	0	0,1	0,1	0	0,2	0,2	0,4	0,7	0,1	0,1
SÃO PAULO	52,4	47,8	77,4	71,3	71,5	67	74,5	74,4	25,5	37,8	69,4	68
SUZANO	1,6	1,4	0,5	0,5	0,7	0,9	0,3	0,4	5,6	4,6	0,6	0,7
TABOÃO DA SERRA	1,1	1,3	0,9	1,7	0,5	1	0,5	0,5	0	0,1	0,6	0,8
VARGEM GRANDE PAULISTA	0,2	0,3	0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	1,3	0,2	0,2
Total de vínculos ativos	981.731	1.287.676	191.878	382.094	700.072	1.301.987	2.744.178	4.180.826	12.680	13.824	4.630.539	7.166.407

Fonte: MTE/RAIS

No caso da RMC, no setor Industrial, em 2010, existiam 283 mil trabalhadores (ante 173,1 mil em 2000), ficando atrás apenas dos Serviços (410,1 mil ante 221,3 mil). A respeito da Construção Civil, no ano de 2000, 62,2% dos registros em carteira foram firmados no município de Campinas/SP. No ano de 2010, a proporção caiu para 44,6%, exatamente em detrimento do crescimento do setor em outros municípios membros da RMC, que passaram a absorver mais mão de obra na Construção Civil, como, por exemplo, Paulínia (11,2% ante 5%), Indaiatuba (9,9% ante 3,2%), Americana (7,7% ante 5,9%), Itatiba (6,9% ante 4,3%), Sumaré (6,4% ante 2,7%) e Monte Mor (1,9% ante 0,2%) – ver Tabela 14.

Tabela 13. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010.

Municípios	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
AMERICANA	14,1	11,7	5,9	7,7	8,8	8,7	7,9	7,1	1,1	0,7	9,9	8,7
ARTUR NOGUEIRA	1,1	1,2	0,2	0,4	0,9	1,2	0,6	0,7	4,6	6,8	0,9	1
CAMPINAS	28,9	23,3	62,2	44,6	52,8	49,2	58	51	17,7	15,5	46,6	41,5
COSMÓPOLIS	1,4	1,1	1,8	0,8	1,1	1,1	1	1,1	6	0,5	1,3	1,1
ENGENHEIRO COELHO	0,3	0,4	0	0	0,2	0,2	0,2	0,3	1,2	3,4	0,3	0,4
HOLAMBRA	0,1	0,3	0,1	0,3	0,7	0,6	0,7	0,4	25,5	27,8	1	0,7
HORTOLÂNDIA	3,9	5,6	3,1	2,7	2,9	2,9	1,6	4,6	0,9	0,3	2,6	4,4
INDAIATUBA	7,5	8,9	3,2	9,9	5	6,6	4,3	4,9	5,5	4,1	5,5	6,7
ITATIBA	4,7	5,4	4,3	6,9	4,2	2,8	3,9	2,9	6,1	5,1	4,3	3,8
JAGUARIÚNA	4	3,6	2	1,1	1,4	1,4	1,9	3,8	4,9	3,7	2,6	3,1
MORUNGABA	0,8	1,1	0,8	0,1	0,9	0,2	9	2,5	1,8	2,3	4,3	1,5
MONTE MOR	1,2	1,6	0,2	1,9	0,7	0,7	0,8	0,8	4,8	4,4	1	1,1
NOVA ODESSA	4,3	4,1	0,8	0,7	1,1	1,4	0,9	0,8	1,1	1,2	2,1	1,9
PAULÍNIA	3,9	4	5	11,2	3,9	3,7	4,3	4,3	2,6	2,6	4,1	4,4
PEDREIRA	3,6	2,6	0,2	0,1	1,2	1,4	0,6	0,7	1,4	0,9	1,7	1,4
SANTA BÁRBARA D' OESTE	6,1	7,4	4,9	1,3	4,4	4,5	2,9	3,1	2	2,1	4,3	4,6
SANTO ANTÔNIO DE POSSE	0,3	0,5	0,3	0,3	1	0,8	1,4	0,6	6,8	10,3	1	0,7
SUMARÉ	5,4	6,4	2,7	6,4	4,6	6	3,1	3,6	3,6	4,3	4,1	5,1
VALINHOS	5,5	5,6	2,2	2,7	2,8	3,9	3,8	4,3	3,1	2,9	4,1	4,5
VINHEDO	3,8	5,2	0,9	0,9	2,3	2,7	2,2	2,5	1,1	1,2	2,7	3,2
Total de vínculos ativos	173.130	283.077	19.244	42.325	95.090	185.023	221.369	410.115	11.397	11.769	520.230	932.309

Fonte: MTE/RAIS

Pelos dados levantados para as três RM's do estado de São Paulo, nota-se, conforme esperado, preponderância da concentração de empregados no principal município da metrópole. Na RMSP, durante a década de 2000, a proporção de vínculos no município de São Paulo/SP com relação ao total pouco se alterou: de 69,4% no ano de 2000 para 68% no ano de 2010. No caso da RMC, a proporção de contratos estabelecidos em Campinas/SP atingiu a marca 41,5% no ano de 2010, o que significou um recuo de 5,1 p.p. com relação ao ano de 2000.

Conforme a Tabela 15, na RMBS, a tendência de concentração de vínculos de trabalho no município central da metrópole foi mantida (em Santos, verificou-se 45,1% com relação ao total de 374,4 mil registros no ano de 2010), todavia, há uma especificidade relacionada à Indústria e a Construção Civil, respectivamente. No primeiro setor, no município de Cubatão/SP congregou-se 48,4% (ante 49,8% no ano de 2000) do total de empregados, ao passo que no segundo setor, a proporção de registros estabelecidos neste município foi de 38,8% (ante 41,1% no ano de 2000). Finalmente, em Santos/SP abarcou-se parcela relativa dos trabalhadores do Comércio (39,5% ante 46,8%) e dos Serviços (51,8% ante 56%).

Tabela 14. Distribuição (%) dos Empregados nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) por Grande Setor Econômico de Registro Formal: 2000 e 2010.

Municípios	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
BERTIOGA	0,5	0,6	0,2	2,2	2,3	3,5	2,1	3,1	0,3	3	1,8	2,9
CUBATÃO	49,8	48,4	41,1	38,8	4,1	4,3	6	6,5	2	8,4	11,5	11,6
GUARUJÁ	6,5	5,5	11	9,8	12,3	14,3	13,1	13,3	24,1	23,4	12,3	12,7
ITANHAEM	2,6	1,5	1	1,9	4,1	4,2	2,3	3,2	7,5	20,5	2,6	3,2
MONGAGUÁ	1,3	0,8	1,1	0,8	1,6	1,8	0,9	1,2	5,2	1,3	1,1	1,3
PERUÍBE	0,9	0,6	1,4	1,9	3	3,7	1,5	1,7	5	5,8	1,8	2,1
PRAIA GRANDE	3,7	4,7	14,1	11,7	12,6	14,3	7,4	9,4	0,2	0,5	8,4	10,2
SANTOS	28	27,8	23,3	22,1	46,8	39,5	56	51,8	55,5	35,7	49,9	45,1
SÃO VICENTE	6,8	10,1	6,8	10,9	13,3	14,3	10,7	9,8	0,2	1,4	10,6	10,9
Total de vínculos ativos	20.736	30.261	13.834	25.430	46.595	82.106	155.131	235.599	1.715	1.018	238.011	374.414

Fonte: MTE/RAIS

Foi possível, por meio da RAIS, obter a distribuição setorial dos empregados nas três regiões metropolitanas de São Paulo nos anos de 2000 (Tabela 16) e 2010 (Tabela 17), segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas

(CNAE)²². Nesse sentido, apesar da expansão no número de vínculos ativos nas metrópoles paulistas, a distribuição setorial pouco se alterou entre 2000 e 2010.

Pode-se ressaltar a perda de participação da indústria de transformação, pois no ano de 2010, compreendeu 16,5% dos trabalhadores empregados, em 2000, tal proporção era de 20,4%. O mesmo ocorreu para a administração pública, defesa e seguridade social, onde a proporção com relação ao total de vínculos de trabalho no ano de 2010 foi de 13,9%, ante 18,7% no ano de 2000.

Tabela 15. Distribuição (%) Setorial dos Empregados nas três Regiões Metropolitanas de São Paulo no ano de 2000, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

CNAE 95 Seção	RMSP	RMBS	RMC	Total
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	0,3	0,2	2,2	0,5
PESCA	0,0	0,5	0,0	0,0
INDUSTRIAS EXTRATIVAS	0,1	0,2	0,1	0,1
INDUSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	19,8	7,4	31,7	20,4
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GAS E AGUA	0,5	0,6	0,8	0,6
CONSTRUÇÃO	4,1	5,8	3,7	4,2
COMERCIO, REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	15,1	19,6	18,3	15,6
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	3,2	4,8	3,5	3,3
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	6,5	10,1	5,7	6,6
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	3,6	2,0	2,0	3,4
ATIVIDADES IMOBILIARIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	16,3	17,7	10,9	15,9
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	20,1	12,2	8,9	18,7
EDUCAÇÃO	3,1	3,9	4,8	3,3
SAUDE E SERVIÇOS SOCIAIS	3,5	5,2	3,9	3,6
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	3,7	9,8	3,6	3,9
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0	0,0	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	4.630.539	238.011	520.230	5.388.780

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

²²Para o ano de 2000 utilizou-se a CNAE 95 Seção, enquanto para o ano de 2010, em razão da mudança de nomenclatura utilizada pelo MTE, tem-se a CNAE 2.0 Seção.

Tabela 16. Distribuição (%) Setorial dos Empregados nas três Regiões Metropolitanas de São Paulo no ano de 2010, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

CNAE 2.0 Seção	RMSP	RMBS	RMC	Total
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0,2	0,2	1,2	0,3
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0,1	0,6	0,1	0,1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	15,7	5,9	27,5	16,5
ELETRICIDADE E GÁS	0,2	0,1	0,5	0,2
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0,6	0,9	1,1	0,7
CONSTRUÇÃO	5,6	7,0	4,7	5,6
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	18,0	21,8	19,9	18,3
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	5,9	11,7	6,4	6,2
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	3,8	5,3	4,2	3,9
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3,3	1,2	2,9	3,1
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	3,4	1,7	1,5	3,1
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0,4	0,6	0,2	0,4
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	3,1	1,9	2,3	3,0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	14,3	12,0	9,0	13,6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	14,8	12,5	7,4	13,9
EDUCAÇÃO	2,9	3,7	4,4	3,1
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	4,4	5,0	3,8	4,4
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0,5	0,9	0,6	0,5
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2,9	7,1	2,1	3,0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0	0,0	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	7.166.407	374.414	932.309	8.473.130

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

Com vistas de mapear as ocupações nas RM's em exposição, foram selecionadas, segundo Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), vinte ocupações dos empregados estabelecidos na RMSP, RMC e RMBS. Primeiramente, percebe-se grande heterogeneidade de ocupações, pois as vinte selecionadas a partir do critério de maior concentração corresponderam a 53,7% com relação à totalidade de trabalhadores em 2000 e 50,1% em 2010.

No ano de 2000, conforme a Tabela 17 têm-se as principais ocupações dos empregados nas três regiões metropolitanas: Auxiliares de escritório e trabalhadores

assemelhados (311,7 mil), Trabalhadores de serviços de conservação, manutenção, limpeza de edifícios, empresas comerciais, industriais (278,2 mil), Vendedores de comércio atacadista, varejista e trabalhadores assemelhados (211,5 mil), Professores de ensino de 1º grau (209,9 mil), Condutores de automóveis, ônibus, caminhões e veículos similares (173,9 mil), Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras (170,1 mil) Trabalhadores braçais não-classificados sob outras epígrafes (169,2 mil), Professores de ensino de 2º grau (161,7 mil), Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes (139,8 mil), Guardas de segurança e trabalhadores assemelhados (112,7 mil), Trabalhadores de serviços de administração de edifícios (111,7 mil), Pessoal de enfermagem, parteiras, laboratórios e trabalhadores assemelhados, exceto enfermeiros (104,4 mil), Auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados (100,9 mil), Agentes administrativos, assistentes administrativos e trabalhadores assemelhados (96 mil), Garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (91,9 mil), Trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem (90,1 mil), Trabalhadores que não podem ser classificados segundo a ocupação (83,4 mil), Cozinheiros e trabalhadores assemelhados (82,4 mil), Recepcionistas (73,7 mil) e Trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos não-classificados sob outras epígrafes (72 mil).

Tabela 17. Distribuição dos Empregados nas RM's paulistas, por Família de Ocupações (2000).

CBO 94 Grupo Base	Quant. Trabalhadores	%
Auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados	311.798	5,9
Trabalhadores de serviços de conservação, manutenção, limpeza de edifícios, empresas comerciais, industriais	278.294	5,3
Vendedores de comércio atacadista, varejista e trabalhadores assemelhados	211.556	4,0
Professores de ensino de 1º grau	209.914	4,0
Condutores de automóveis, ônibus, caminhões e veículos similares	173.980	3,3
Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras	170.164	3,2
Trabalhadores braçais não-classificados sob outras epígrafes	169.231	3,2
Professores de ensino de 2º grau	161.728	3,1
Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes	139.854	2,6
Guardas de segurança e trabalhadores assemelhados	112.714	2,1
Trabalhadores de serviços de administração de edifícios	111.796	2,1
Pessoal de enfermagem, parteiras laboratórios e trabalhadores assemelhados (exceto enfermeiros)	104.469	2,0
Auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados	100.966	1,9
Agentes administrativos, assistentes administrativos e trabalhadores assemelhados	96.088	1,8
Garçons, barmen e trabalhadores assemelhados	91.981	1,7
Trabalhadores de serviços de abastecimento e armazenagem	90.124	1,7
Trabalhadores que não podem ser classificados segundo a ocupação	83.466	1,6
Cozinheiros e trabalhadores assemelhados	82.495	1,6
Recepcionistas	73.766	1,4
Trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos não-classificados sob outras epígrafes	72.048	1,4

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

Pela Tabela 18, vê-se que a concentração em determinadas ocupações foi mantida a partir da observação dos anos de 2000 e 2010. Houve crescimento de novos vínculos, especialmente relacionadas ao setor do comércio de mercadorias e dos serviços de maneira ampla. Cabe notar que a ocupação ‘operadores de *telemarketing*’ obteve crescimento expressivo no período²³, ocupando 168,6 mil trabalhadores nas três RM’s paulistas no ano de 2010.

Tabela 18. Distribuição dos Empregados nas RM's paulistas, por Família de Ocupações (2010).

CBO 2002 Família	Quant. Trabalhadores	%
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	851.580	10,2
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	524.405	6,3
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	309.521	3,7
Professores de nível médio no ensino fundamental	263.079	3,1
Porteiros, guardas e vigias	188.373	2,3
Alimentadores de linhas de produção	187.797	2,2
Vigilantes e guardas de segurança	183.790	2,2
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	178.637	2,1
Operadores de telemarketing	168.699	2,0
Técnicos e auxiliares de enfermagem	155.943	1,9
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	145.359	1,7
Ajudantes de obras civis	140.922	1,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	138.536	1,7
Recepcionistas	118.341	1,4
Almoxarifes e armazenistas	115.250	1,4
Cozinheiros	114.712	1,4
Motoristas de veículos de cargas em geral	107.121	1,3
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	105.491	1,3
Técnicos de vendas especializadas	98.072	1,2
Analistas de sistemas computacionais	94.366	1,1

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração própria.

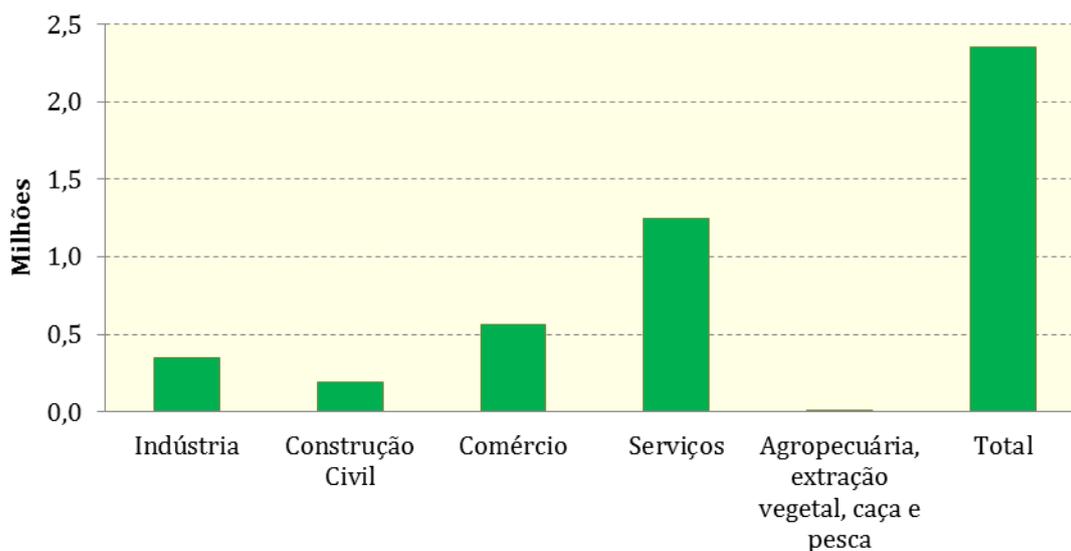
Braga (2014) aponta que 96% das empresas de *call center* surgiram após 1990 e 76% a partir de 1998, ano de privatização do sistema Telebrás. Segundo dados do MTE, o crescimento do número de ocupados no setor entre 2003 e 2009 no Brasil foi de 182,3% e a oferta de trabalhadores é composta, sobretudo, por jovens, mulheres e negros, em busca de inserção no mercado laboral com baixa qualificação profissional. O

²³ No ano de 2000, considerando a CBO 94 por Grupo Base, os ‘Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados’ somaram 48.615 empregados nas RM’s de São Paulo. Na ocasião, não havia nenhuma ocupação registrada com a nomenclatura ‘*telemarketing*’. Em 2002, o MTE enxugou as ocupações com a mudança para a CBO 2002, cujo foco mudou para Família de Ocupações, para melhor se adequar as mudanças no mundo do trabalho.

setor mostra-se bastante concentrado no Brasil, pois as duas maiores empresas empregam, aproximadamente, segundo o autor, 47% do total de trabalhadores. Enfim, consiste numa ocupação com baixos salários (por volta 1,5 salário mínimo), atrelada a metas e atividades rotineiras que desgastam o empregado, um sistema de *infoproletariados*.

O Gráfico 17 apresenta os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo MTE, no que tange a criação líquida de postos de trabalho no conjunto das três RM's paulistas nos anos de 2002 a 2010²⁴. Nota-se que, foram abertas, 2,3 milhões de novas vagas, distribuídas da seguinte maneira: Serviços (1,2 milhão de vagas), Comércio (565,3 mil vagas), Indústria (343,9 mil vagas), Construção Civil (191,1 mil vagas) e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (1,3 mil). Obviamente, conforme esperado, do total de novos postos de trabalho, 85,2% foram gerados na RMSP.

Gráfico 17. Saldo de Empregos (em milhões) nas três RM's do estado de São Paulo: 2002-2010.



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração própria.

À guisa de sintetizar a distribuição setorial e ocupacional dos empregados nas três RM's paulistas entre 2000 e 2010, pode-se dizer que: a) na RMC o crescimento

²⁴ A criação líquida de postos de trabalho é dada pela subtração entre o total de admissões e o total de desligamentos. Sobre as novas vagas abertas, o CAGED dispõe de dados apenas a partir de 2002, por esse motivo, não foi possível manter os dados para o decênio 2000-2010.

percentual no número de vínculos ativos de emprego formal foi superior às demais regiões metropolitanas estudadas (RMSP e RMBS), com exceção dos contratos firmados na Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Ademais, no geral, a expansão percentual de registros na RMBS (57,3%) foi ligeiramente superior à observada na RMSP (54,7%), muito embora esta última metrópole, pelo tamanho, tenha liderado o emprego formal em termos de quantidade de vínculos ativos nos anos de 2000 (4,6 milhões) e 2010 (7,1 milhões); b) no período de 2000-2010, não obstante ao fato de que 56,9% dos vínculos ativos nas RM's competem ao setor de Serviços, o maior crescimento percentual de vínculos foi verificado na Construção Civil; c) nota-se, por exemplo, perda de participação da Indústria de transformação (16,5% ante 20,4%) e da Administração pública, defesa e seguridade social (13,9% ante 18,7) na distribuição setorial dos vínculos formais ativos, ao passo que aumentaram os vínculos na Construção (5,6% ante 4,2%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (18,3% ante 15,6%) e Saúde humana e serviços sociais (4,4% ante 3,3%) e d) as principais ocupações nas regiões metropolitanas pouco se alteraram, com predomínio de ocupações relacionadas ao amplo leque dos serviços e comércio, geralmente de pouca qualificação profissional.

2.4. Indicadores de trabalho decente nas regiões metropolitanas de São Paulo em 2000 e 2010²⁵

A partir de estudos como, por exemplo, Ghai (2002), CEPAL, PNUD, OIT (2008) e do Parecer do Diretor-Geral da OIT de 1999²⁶, onde se formalizou oficialmente o conceito de trabalho decente, foram selecionados alguns indicadores para apresentação e observação do comportamento nos anos de 2000 e 2010 nas três regiões metropolitanas de São Paulo.

Inicialmente, o Gráfico 18 expõe a taxa de participação²⁷ nos anos de 2000 e 2010 e apenas na RMBS (69,3% em 2000 e 70,5% em 2010) a taxa de participação foi inferior a observada no estado de São Paulo (70,3% em 2000 e 72,8% em 2010). Em

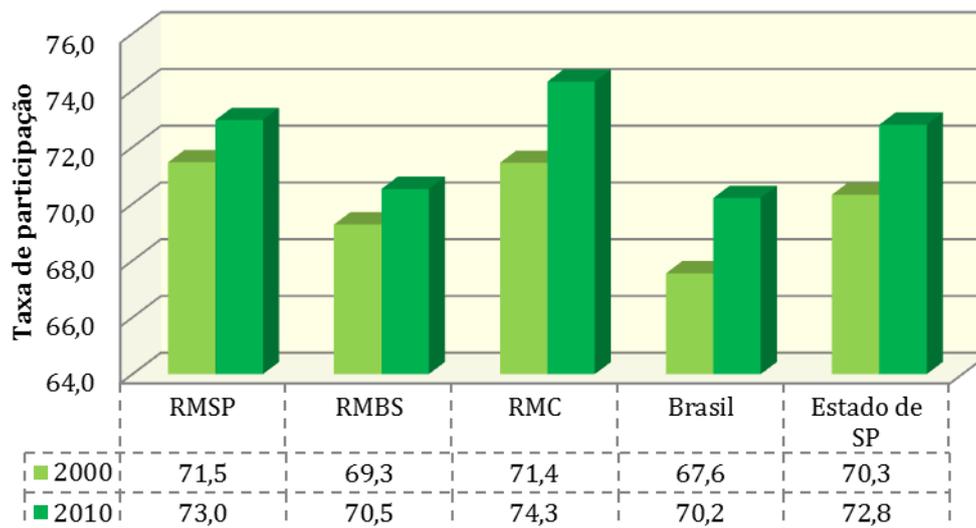
²⁵ Novamente, reitera-se o caráter secundário e complementar desta seção.

²⁶ Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>

²⁷ População Economicamente Ativa (PEA) de 16 a 64 anos/População em Idade Ativa (PIA) da mesma faixa etária x 100.

2000, havia proximidade entre a taxa existente na RMC (71,4%) e na RMSP (71,5%), contudo, no ano de 2010, a taxa de participação aumentou mais na RMC, chegando a 74,3% contra 73% na RMSP.

Gráfico 18. Taxa de Participação nas RM's paulistas e no Estado de São Paulo: 2000 e 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010

Resultados da pesquisa.

Com dados censitários de 2000 e 2010, observa-se a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal na RMSP, RMBS e RMC. Pode-se dizer pela Tabela 19 que houve melhora em todos os indicadores relacionados ao trabalho. Na RMSP, a proporção dos empregados com carteira de trabalho assinada atingiu a marca de 59,9% em 2010, no ano de 2000, a proporção era de 50,8%. A proporção de trabalhadores por conta própria diminuiu de 19,5% para 18,1%, totalizando 1,7 milhão de pessoas. Contudo, os ocupados não remunerados em ajuda a membro do domicílio aumentaram de 40,6 mil pessoas em 2000 para 103,5 mil em 2010.

Na RMBS, a proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada recuou de 23% para 17,5%, ao passo que a proporção das pessoas na situação de ocupados não remunerados em ajuda a membro do domicílio caiu de 1,1% para 1%.

A respeito da RMC, verificou-se a maior formalização dos empregados com relação ao total: 64,6%. Os empregados sem carteira de trabalho assinada reuniam 190,6 mil pessoas no ano de 2000, número que se reduziu para 171,5 mil em 2010. Enfim, as

proporções de conta própria (17% ante 18,3%) e de empregadores (2,5% ante 3,6%) recuaram no decênio.

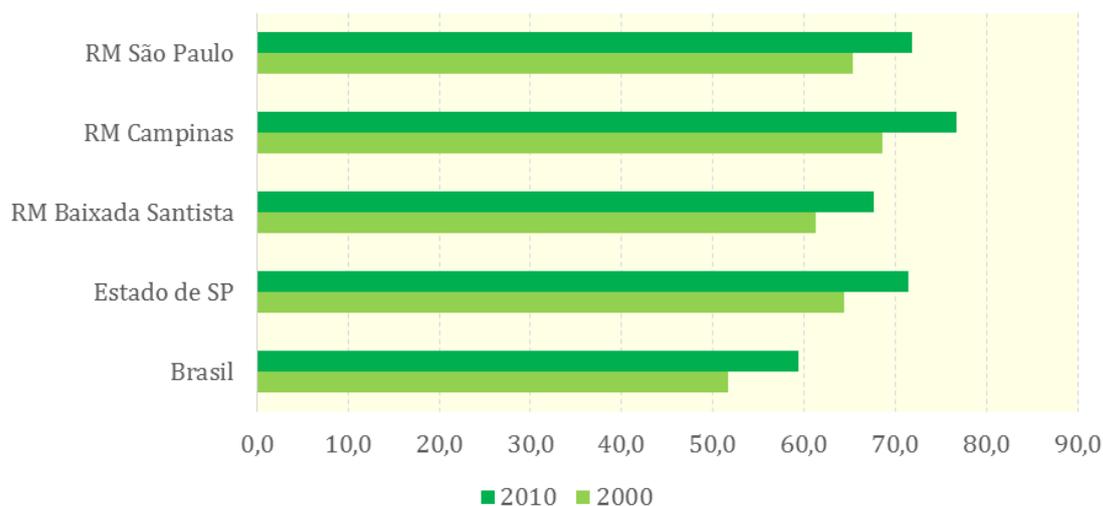
Tabela 19. Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência nas regiões metropolitanas de São Paulo, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (2000 e 2010).

RMSP	2000	%	2010	%
Empregado - com carteira de trabalho assinada	3.662.634	50,8	5.680.370	59,9
Empregado - militar e funcionário público estatutário	317.306	4,4	301.699	3,2
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	1.533.394	21,3	1.465.964	15,5
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	40.696	0,6	103.521	1,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5.913	0,1	11.250	0,1
Empregador	242.840	3,4	202.996	2,1
Conta própria	1.401.231	19,5	1.713.602	18,1
Total	7.204.014	100,0	9.479.401	100,0
RMBS	2000	%	2010	%
Empregado - com carteira de trabalho assinada	259.581	46,0	399.280	53,5
Empregado - militar e funcionário público estatutário	27.236	4,8	38.423	5,1
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	130.048	23,0	130.342	17,5
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	5.968	1,1	7.415	1,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	537	0,1	1.148	0,2
Empregador	20.896	3,7	17.913	2,4
Conta própria	120.125	21,3	151.591	20,3
Total	564.390	100,0	746.112	100,0
RMC	2000	%	2010	%
Empregado - com carteira de trabalho assinada	543.668	54,8	917.628	64,6
Empregado - militar e funcionário público estatutário	31.871	3,2	39.381	2,8
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	190.628	19,2	171.551	12,1
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	7.529	0,8	12.870	0,9
Trabalhador na produção para o próprio consumo	989	0,1	3.381	0,2
Empregador	35.888	3,6	35.118	2,5
Conta própria	182.064	18,3	241.443	17,0
Total	992.636	100,0	1.421.372	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010

Resultados da pesquisa.

No Gráfico 19 é apresentado o grau de formalização, que consiste na razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nesta mesma faixa etária. Reitera-se a maior formalidade do emprego na RMC (76,7%) em comparação às demais regiões metropolitanas paulistas.

Gráfico 19. Grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais): 2000 e 2010.

Fonte: Atlas Brasil

Elaboração própria.

Para Krein (2007) o progresso da regulação pública do trabalho, a partir do Estado, se encontra no alargamento dos direitos sociais e do sistema de proteção social. Pode-se dizer que a Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais, com o desenho de um sistema de seguridade social universal, capitaneado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo sistema de previdência social (em três regimes: geral, público e complementar, que garantiu um salário mínimo aos pensionistas e aposentados, inclusive os trabalhadores rurais), pela assistência social (que beneficiou os excluídos do mercado de trabalho e, obviamente, da previdência) e pela regulamentação do seguro desemprego.

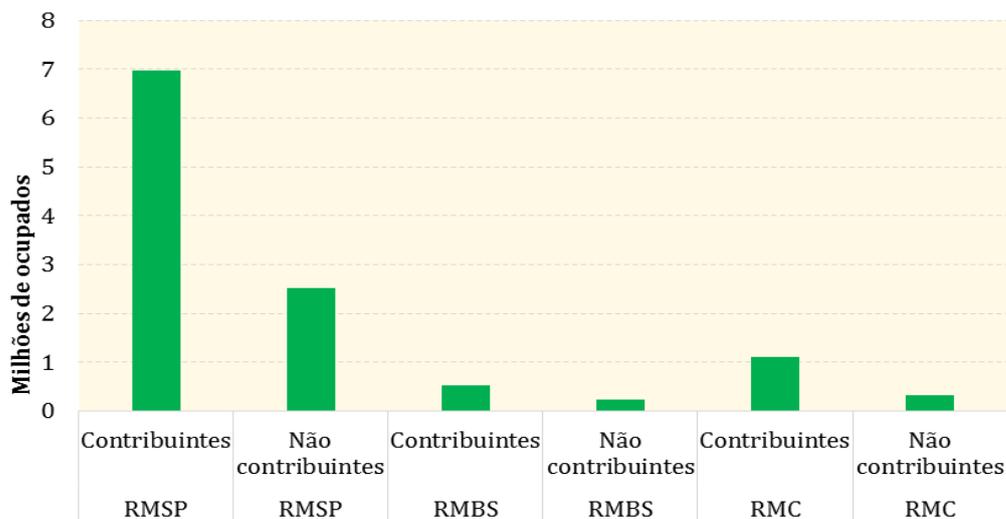
Draibe (1993) parte do pressuposto de que a estrutura de mercado é eficiente na produção e de bens, porém falha na distribuição da riqueza na sociedade. Nesse contexto, o fio condutor para minimizar os riscos sociais seria o *welfare state*, a partir da regulação da reprodução social por meio de modificações no Estado e na forma estrutural de distribuição da riqueza. Este processo foi observado, sobretudo no período de 1930-45. A definição de *welfare state* é dinâmica e se estrutura a partir de três pilares: (a) garantia de um valor mínimo de renda, (b) proteção contra riscos sociais e (c) garantia de um patamar mínimo de bens e serviços.

A autora lista três padrões de *welfare state*, são eles: (1) conservador, (2) liberal e (3) social-democrata, cujas principais características serão explicadas, de maneira resumida, a seguir. Os principais elementos constitutivos do padrão conservador consistem na provisão social a partir da família e da comunidade local e na hipótese de que a inserção ao mercado de trabalho possibilita alcançar um padrão de vida, ou seja, o mérito é o principal critério de justiça social. No padrão liberal o mercado é eficiente, inclusive, para o fornecimento de estruturas sociais pautadas, por exemplo, na saúde e educação. A ação do Estado é residual, apenas na garantia da educação básica e a tributação progressiva para financiar o *welfare state* prejudica a liberdade individual. Por fim, pode-se dizer que a principal marca do padrão social-democrata é a estruturação do Estado como fundamental para promover e garantir justiça e proteção social.

Para Baltar e Krein (2013) a proteção social no Brasil se estende apenas a segmentos da sociedade, dado o excedente estrutural de força de trabalho, o número elevado de trabalhadores sem registro formal em carteira, o contingente de autônomos desprovidos de previdência social e a parcela da população ativa ocupada sem remuneração em pequenos negócios familiares.

O Gráfico 20 detalha a situação dos ocupados com 10 anos ou mais de idade nas regiões metropolitanas de São Paulo no ano de 2010, por condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho. A proporção de contribuintes na RMSP (73,5%), RMBS (69,8%) e RMC (77,8%) foi superior à verificada no Brasil (60,5%). Contudo, apenas na RMBS, proporcionalmente, a cobertura de contribuintes com a previdência foi inferior à do estado de São Paulo (72,8%).

Gráfico 20. Pessoas de 10 anos ou mais de idade (em milhões de ocupados na semana de referência) na condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho nas RM's de São Paulo: 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010

Elaboração própria.

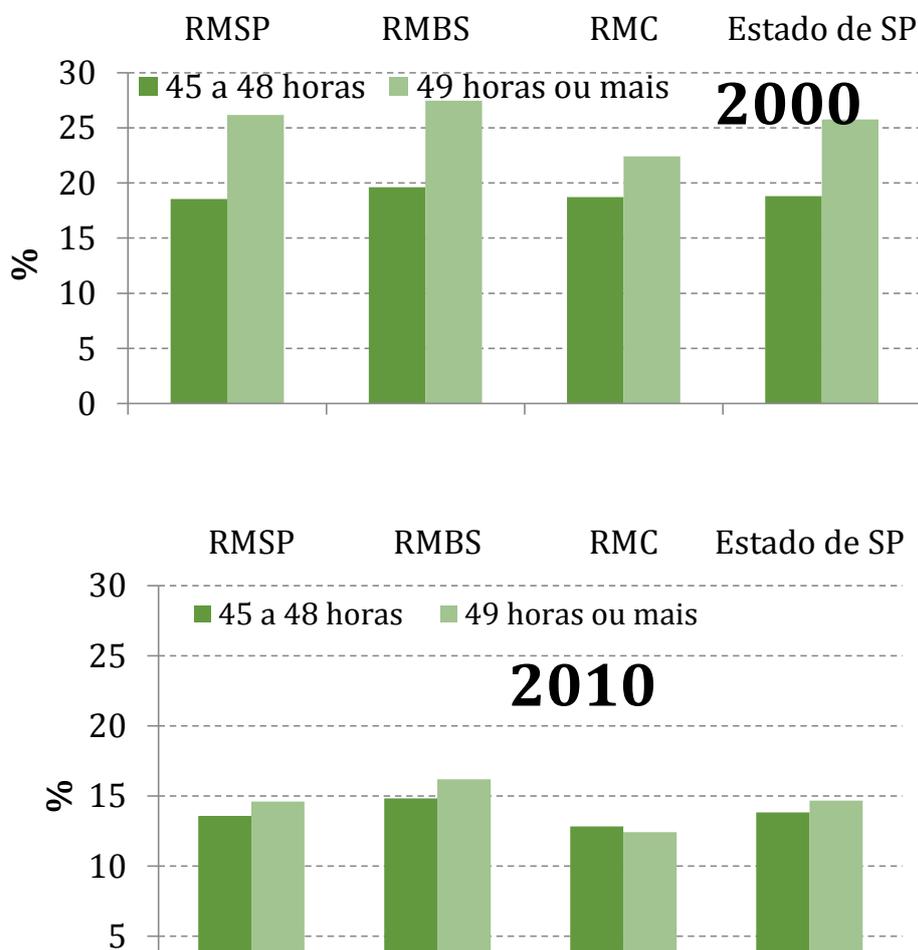
Krein (2007) ressalta alguns aspectos relacionados a jornada de trabalho no Brasil, que, pela Constituição de 1934, limitava-se a 48 horas semanais. O limite foi reduzido para 44 horas semanais com a Constituição de 1988 (excepcionalmente a jornada pode estender-se em 10 horas diárias). De maneira especial, no âmbito legislativo do trabalho no país, além da alteração na duração da jornada, destacam-se os seguintes aspectos, por exemplo: intervalo de 11 horas separando as jornadas; descanso semanal com remuneração; intervalo no interior da jornada e regulamentação ampla que varia com os segmentos econômicos. À guisa de exemplo, a jornada dos bancários com limite diário de 6 horas para empregados em geral e 8 horas para gerentes ou cargos de confiança. É possível dizer que a legislação de regulação da jornada, mesmo anterior a década de 90, já estabelecia mecanismos de flexibilização do tempo de trabalho. Apesar de a lei assegurar em que condições a forma de utilização da jornada deve ser feita por parte das empresas, há liberdade na determinação do tempo de trabalho (horas-extras, redução do salário via negociação coletiva, sistemas de turnos e férias coletivas). Nos anos 1990, ampliou-se a flexibilização, especialmente impulsionada por: a) compensação de horas (banco de horas); (b) a regulamentação do contrato parcial; (c) legalidade dos trabalhos aos domingos no comércio varejista; (d) contratos temporários e parciais e (e) terceirização. Uma característica da industrialização brasileira foi a

possibilidade de os empregadores ajustarem o volume de trabalho à demanda, mesmo com o descumprimento à legislação vigente, prática muito comum, segundo o autor.

O Gráfico 21 reúne a proporção de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas nas RM's paulistas nos dois anos cujos dados foram levantados, por horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, pautando-se no excedente de 44 horas semanais (limite legal). Foram separados dois estratos de horas trabalhadas, de 45 a 48 horas e 49 horas ou mais, de modo que se pode afirmar que houve melhora neste indicador de trabalho decente, pois, em todas as metrópoles paulistas, a ultrapassagem do limite tradicional de 44 horas trabalhadas por semana diminuiu nos dez anos.

Na RMBS (31%), registrou-se a maior proporção de ocupados que excederam a jornada semanal de 44 horas no ano de 2010. Em 2000, tal proporção foi de 47%. Os ocupados na RMC, cuja proporção foi de 25,2% em 2010, se encontraram em melhor situação de respeito à legislação, o que ocorre desde o ano de 2000.

Gráfico 21. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência nas RM's paulistas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal: 2000 e 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010

Elaboração própria.

Segundo Kassouf (2007), pelos dados da PNAD de 2005, existiam no Brasil aproximadamente três milhões de crianças e jovens de 3 a 15 anos trabalhando, o que significa 7,8% com relação ao total da faixa etária. Contudo, houve avanços no contexto da eliminação do trabalho infantil, pois, em 1992, cinco milhões e meio de crianças trabalhavam no país (14,6% da população com idade entre 5 e 15 anos). Sabe-se que com exceção do emprego doméstico, a proporção de meninos trabalhando é maior com relação às meninas. Ademais, no meio rural, o trabalho infantil é mais comum do que em áreas urbanas. A autora lista as principais causas do trabalho infantil como, por exemplo, a pobreza, cuja consequência é um processo de reprodução da força de trabalho, pois a baixa escolaridade das crianças consiste numa importante barreira a

inserção profissional e, conseqüentemente, a superação dos entraves sociais. Outra consequência do trabalho de crianças são os efeitos danosos na saúde durante a fase adulta, reflexos do desgaste das ocupações precárias.

A Tabela 20 reúne dados censitários sobre a situação das crianças e jovens com idade entre 10 e 17 anos, ocupadas na RMSP, RMBS e RMC nos anos de 2000 e 2010, bem como a participação no total de ocupados nesta faixa etária no estado de São Paulo. Os dados foram separados em três estratos de idade: entre 10 a 14 anos, 15 anos e 16 e 17 anos. Vale lembrar que, conforme o Art. 403 da CLT: “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

Verifica-se que, nos estratos entre 10 a 14 anos, a quantidade de ocupados aumentou em todas as RM's no decênio, de 33,6 mil para 54,6 mil na RMSP, de 2,9 mil para 3,6 mil na RMBS e de 5,8 mil para 6,8 mil na RMC.

Os ocupados com 15 anos diminuiram na RMSP (34,4 mil para 31,5 mil), na RMBS (2,8 mil para 2,6 mil) e RMC (6,4 mil para 5,6 mil). Finalmente, o contingente de jovens ocupados com idade entre 16 e 17 anos também foi abrandado em todas as regiões.

Tabela 20. Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência nas três RM's paulistas: 2000 e 2010.

RM	Faixa etária	2000	% (no estado de SP)	2010	% (no estado de SP)
RMSP	10 a 14 anos	33.656	34,4	54.682	47,3
	15 anos	34.391	36,0	31.595	40,0
	16 e 17 anos	171.824	40,6	150.475	41,9
RMBS	10 a 14 anos	2.991	3,1	3.624	3,1
	15 anos	2.889	3,0	2.635	3,3
	16 e 17 anos	14.311	3,4	12.273	3,4
RMC	10 a 14 anos	5.865	6,0	6.840	5,9
	15 anos	6.433	6,7	5.646	7,1
	16 e 17 anos	29.924	7,1	27.892	7,8

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010

Elaboração própria.

A partir dos dados levantados pode-se, de maneira resumida, apresentar algumas conclusões parciais sobre os indicadores de trabalho decente levantados nas RM's de São Paulo: a) a taxa de participação da força de trabalho é próxima entre as RM's, no entanto, existe diferencial de superioridade observado para RMC e RMSP em

2000 e 2010, quando comparado à RMBS, que apresentou uma taxa de participação inferior a verificada no estado de São Paulo nos dois anos; b) os ocupados na RMC apresentaram maior grau de formalidade do trabalho, pois 64,5% foram empregados com carteira assinada no ano de 2010. Quando se refere aos ocupados com 18 anos ou mais, o grau de formalidade sobe para 76,7%; c) a proporção de ocupados na situação de contribuintes com a previdência oficial também foi superior na RMC (77,6% em 2010). Ademais, todas as metrópoles de São Paulo apresentaram proporção de contribuintes superior ao Brasil, contudo, apenas na RMBS a proporção foi menor em comparação ao estado de São Paulo (69,8% contra 72,8%); d) no ano 2000, quase metade dos ocupados excediam habitualmente 44 horas semanais de trabalho nas três metrópoles. Em 2010, a proporção caiu praticamente pela metade, mas na RMBS, 31% dos ocupados ainda estavam nesta situação e e) a quantidade de ocupados entre 10 e 14 anos de idade aumentou de 2000 para 2010, ao passo que diminuíram os jovens ocupados com idade entre 15 e 17 anos.

3. CÁLCULO DO ÍNDICE-SÍNTESE DE TRABALHO DECENTE EM REGIÕES METROPOLITANAS

De modo resumido, uma vez já apresentado o referencial teórico e conceitual no decorrer deste estudo, este capítulo versa, de maneira sucinta, acerca do índice-síntese de TD, circunscrito aos pilares do conceito da OIT e ao grupo de nove RM's estudadas. De maneira criteriosa, a partir da literatura especializada, a Seção 3.1 mostrará as variáveis utilizadas na composição do índice elaborado, encaixando-as nos eixos e dimensões do TD. A Seção 3.2 abordará especialmente como ocorreu o procedimento de cálculo, ou seja, será feita apresentação dos aspectos metodológicos deste índice. Enfim, a Seção 3.3 congregará os resultados obtidos no estudo.

3.1 Índice-síntese de Trabalho Decente: Eixos, Dimensões e Variáveis Utilizadas

Para obter um panorama da situação do TD em RM's, primeiramente, foram definidos dois anos (2005 e 2014) em razão da periodicidade da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De modo a obter um conjunto de indicadores que permitisse expressar comparativamente a qualidade do trabalho entre as metrópoles brasileiras, pode-se afirmar que o critério de escolha e o direcionamento das variáveis aconteceram levando-se em conta, primordialmente, a observação da seguinte literatura: ILO (1999), Ghai (2002), Anker *et al.* (2002), Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) e CEPAL; PNUD e OIT (2008).

É sabido que o conceito de TD é composto por quatro eixos: 1. Emprego, 2. Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, 3. Segurança Social e 4. Diálogo Social. De maneira esquemática, a base conceitual, sobretudo de Ghai (2002) e Anker *et al.* (2002), permite subdividir os pilares em dimensões, do seguinte modo:

1. Emprego: 1.1. Oportunidade de emprego, 1.2. Emprego remunerado e 1.3. Condições de trabalho;
2. Direitos e Princípios fundamentais no trabalho: 2.1. Trabalho forçado/Trabalho infantil e 2.2. Discriminação no trabalho;
3. Segurança Social: 3.1. Proteção contingencial;
4. Diálogo Social: 4.1. Liberdade de associação.

Ao longo deste estudo, para cada dimensão, foram definidos, a partir da literatura supracitada, indicadores para composição do índice-síntese de TD que permitisse comparar a qualidade do trabalho entre as regiões metropolitanas (ver Figura 4). Foram utilizados os microdados da PNAD/IBGE dos anos de 2005 e 2014 com apoio do *software* estatístico StataSE 12 para extração das variáveis. Novamente, têm-se as variáveis utilizadas a partir das diferentes dimensões:

1.1. Taxa de participação (é um indicador global do nível de atividade no mercado de trabalho, perfeitamente incluído no contexto econômico e social) e Taxa de desocupação;

1.2. Proporção de domicílios considerados pobres e Proporção de trabalhadores com rendimento de até 1 salário mínimo;

1.3. Trabalhadores com horas trabalhadas acima do limite legal (indicador útil para vários aspectos do trabalho decente, pois horas excessivas no trabalho são prejudiciais à saúde física e mental. Ao interferirem no equilíbrio entre emprego e vida familiar, além de muitas vezes ser indicativo de remunerações inadequadas);

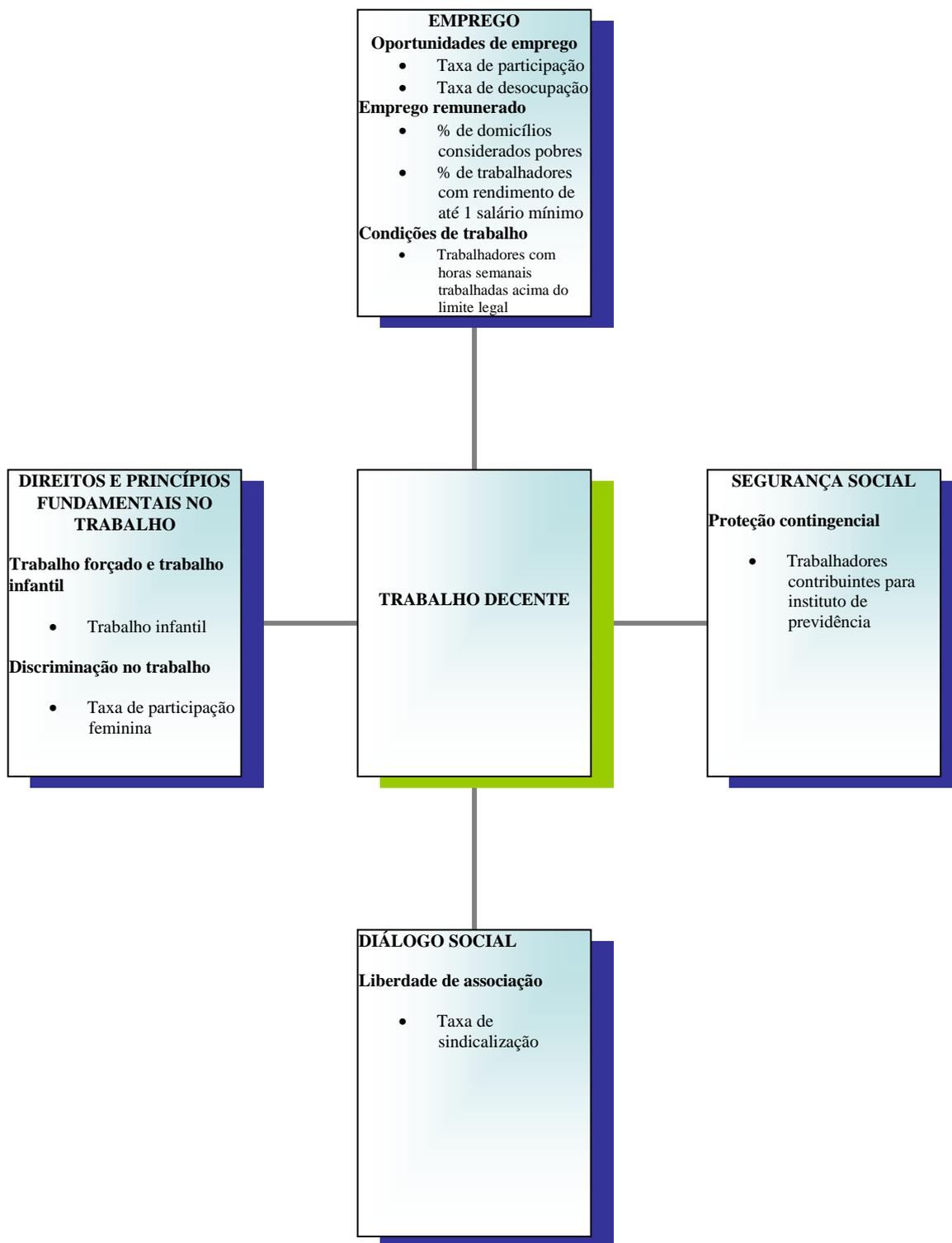
2.1. Trabalho infantil (ao contrário do trabalho digno, aceitável para a sociedade, o uso de mão de obra infantil é prejudicial às crianças por diferentes meios);

2.2. Taxa de participação feminina;

3.1. Trabalhadores contribuintes para instituto de previdência (a previdência social é característica definidora do TD no fornecimento de proteção básica contra risco ao trabalhador e sua família);

4.1. Taxa de sindicalização (medida de reação dos trabalhadores aos acontecimentos do mundo do trabalho).

Figura 4. Composição do Índice-síntese de Trabalho Decente.



Elaboração própria a partir de ILO (1999), Ghai (2002), Anker *et al.* (2002), Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) e PNUD; CEPAL, OIT (2008).

O Quadro 3 exibe uma exposição detalhada sobre a composição do índice-síntese de TD comparativo entre RM's. São expostos os quatro eixos, as diversas dimensões, as variáveis escolhidas contendo a descrição, fonte e os anos estudados.

Quadro 3. Dimensões e Indicadores do Índice-síntese de TD em RM's.

Eixo	Dimensão	Variável	Descrição	Fonte de dados	Ano observado
EMPREGO	Oportunidades de emprego	Taxa de participação	População Economicamente Ativa (PEA) de 10 anos ou mais de idade/População em Idade Ativa (PIA) da mesma faixa etária x 100.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
		Taxa de desocupação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, desocupadas, que procuraram trabalho na semana de referência/PEA da mesma faixa etária x 100.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
	Emprego remunerado	% de domicílios considerados pobres	Proporção de domicílios com rendimento domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140 mensais.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
		% de trabalhadores com rendimento de até 1 salário mínimo	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento mensal de todos os trabalhos de até 1 salário mínimo vigente nos anos 2005 (até R\$ 300) e 2014 (até R\$ 724).	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
	Condições de trabalho	Trabalhadores com horas semanais trabalhadas acima do limite legal	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade com jornada de trabalho (todos os trabalhos) acima de 44 horas semanais: 2005 e 2014.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
	DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO	Trabalho forçado e trabalho infantil	Trabalho infantil	Proporção de crianças (10 a 14 anos) ocupadas na semana de referência com relação ao total de ocupados.	Microdados da PNAD/IBGE
Discriminação no trabalho		Taxa de participação feminina	População Economicamente Ativa (PEA) feminina de 10 anos ou mais de idade/População em Idade Ativa (PIA) da mesma faixa etária e sexo x 100.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
SEGURANÇA SOCIAL	Proteção contingencial	Trabalhadores contribuintes para instituto de previdência	Proporção de trabalhadores (pessoas de 10 anos ou mais de idade) na condição de contribuinte para Instituto de Previdência em qualquer trabalho da semana de referência.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014
DIÁLOGO SOCIAL	Liberdade de associação	Taxa de sindicalização	Porcentagem de associados aos sindicatos com relação ao total de ocupados.	Microdados da PNAD/IBGE	2005 e 2014

Elaboração própria a partir de ILO (1999), Ghai (2002), Anker *et al.* (2002), Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) e PNUD; CEPAL, OIT (2008).

Enfim, conforme Bonnet, Figueiredo & Standing (2003), um índice é uma ferramenta valiosa composta por um conjunto de indicadores. O de mais representatividade e conhecimento público é o de desenvolvimento humano, elaborado pelo PNUD. Qualquer índice de boa qualidade deve ser transparente e baseado num

modelo teórico. As variáveis, fórmulas e os resultados devem transmitir clareza perante o público, ao contrário de complexidade embasada em resultados preconcebidos. Dado que não existem regras perfeitas estabelecidas para construção de índices, assegura-se com convicção de que a metodologia deve ser transparente e reprodutível.

3.2. A Metodologia

A elaboração de um índice-síntese comparativo sobre a situação do TD entre as regiões metropolitanas iniciou-se com a estruturação do problema de pesquisa. Ou seja, em quais condições os trabalhadores se encontram nas atividades econômicas que desempenham e como ter um indicativo dos aspectos que envolvem o emprego digno entre as RM's? A partir da hipótese de que o volume de postos de trabalho gerados numa economia não diz muito a respeito das características enfrentadas pelos trabalhadores, o conceito de TD da OIT mostra-se como uma boa medida de qualidade do trabalho. Ao envolver, respectivamente, eixos e dimensões capazes de incluir componentes do emprego digno. O ponto de partida deste estudo consiste na existência de um objetivo geral, que é verificar a qualidade do trabalho entre as regiões metropolitanas. A Figura 5 ilustra a forma como o estudo foi pensado e estruturado.

Figura 5. Estrutura Geral do Estudo.



Elaboração própria.

Todo índice está sujeito a críticas. Dessa maneira, deve-se deixar claro o que se deseja medir e, conforme já discutido, garantir que o índice seja razoavelmente transparente e de fácil reprodução (BONNET; FIGUEIREDO; STANDING, 2003).

Anker *et al.* (2002) sinalizam a possibilidade de desenvolvimento de um índice de TD análogo ao IDH do PNUD com a vantagem de ampliar a visão das questões trabalhistas para além da discussão emprego-desemprego. Porém, há reconhecidos problemas técnicos com índices compostos, que incluem a arbitrariedade do peso dado aos indicadores, a falta de dados nacionais e o desafio de manter simplicidade e transparência. Alguns princípios-chaves são enunciados: 1. O arranjo “decente” do conceito denota preocupação específica com os mais vulneráveis, 2. O TD preocupa-se com a situação de enfrentamento real das pessoas e 3. A abrangência do TD implica em uma gama de indicadores para suprir o conceito. Finalmente, descortinados os princípios básicos para a elaboração de um índice, têm-se os quatro critérios que determinam a direção de sua conveniência no cenário no qual se insere: (i) relevância conceitual, (ii) facilidade de interpretação e comunicação, (iii) disponibilidade de dados e (iv) razoável possibilidade de comparação internacional.

Para Ghai (2002) os indicadores são usados para verificar em que medida um objetivo ou resultado foi alcançado. Podem também avaliar o desempenho e progresso de objetivos estabelecidos. Com medidas diretas ou indiretas, os indicadores são plausíveis para estudos a respeito do conceito de TD. Já um índice propriamente dito abarca um conjunto de indicadores que levantam a questão do peso a ser dado para cada variável. Enfim, o autor é mais realista sobre a realização de comparações internacionais por meio dos índices, classificando-as como difíceis, pois qualquer índice é uma medida aproximada de desempenho.

A partir de estudos como Anker *et al.* (2002), Ghai (2002), Bescond, Châtaignier & Mehran (2003) e Bonnet, Figueiredo & Standing (2003) pode-se observar que a metodologia do IDH do PNUD, ao medir a qualidade do desenvolvimento humano, mostra-se profícua para a elaboração de um índice-síntese de TD, que é uma medida de qualidade do trabalho.

Sobre a metodologia de cálculo do índice-síntese desenvolvido neste estudo para comparar a situação do TD entre regiões metropolitanas, a inspiração se encontra em Saboia (2000) e Saboia e Kubrusly (2014). Para transformar os indicadores de TD

em índices que variem entre zero e um, cujo valor mais próximo de um (zero) signifique situação mais adequada (desadequada), utilizou-se metodologia semelhante à do IDH. Antes, porém, houve pequena alteração metodológica, em razão da direção das variáveis, cujo aumento pode significar melhora ou piora, dependendo do indicador. Ou seja, para indicadores (E_i) cujo crescimento traduz-se em melhora (Taxa de participação, Trabalhadores contribuintes para instituto de previdência, Taxa de participação feminina e Taxa de sindicalização), o índice (I_i) é dado por:

$$I_i = (E_i - E_{i \min}) / (E_{i \max} - E_{i \min}) \quad (1)$$

Onde E_i representa o valor do indicador na RM em questão²⁸, $E_{i \max}$ o maior valor e $E_{i \min}$ o menor valor no grupo de nove RM's.

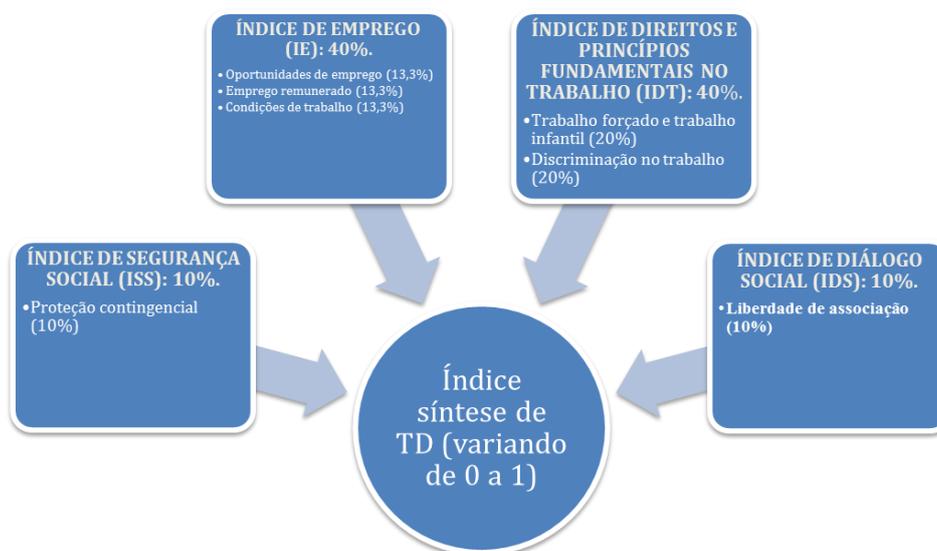
Para os indicadores (E_j) cujo crescimento demonstra piora (Taxa de desocupação, % de domicílios considerados pobres, % de trabalhadores com até 1 salário mínimo, Trabalhadores com horas trabalhadas acima do limite legal e Trabalho infantil), o índice (I_j) é calculado como segue:

$$I_j = (E_j - E_{j \max}) / (E_{j \min} - E_{j \max}) \quad (2)$$

A partir das nove variáveis integrantes das dimensões do TD, cuja obtenção aconteceu pelos microdados da PNAD/IBGE, foram calculados índices-síntese em nove RM's para os anos de 2005 e 2014, conforme (1) e (2). Enfim, considera-se a média aritmética ponderada pelos valores expressos na Figura 5, que mostra o peso dado para cada um dos quatro eixos de TD, com suas respectivas dimensões (com variáveis distribuídas com peso igualitário), o índice-síntese final. A distribuição dos pesos ocorreu a partir da observação da literatura, que dá mais enfoque a questão do emprego e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, talvez pela maior disponibilidade de dados. Logo, optou-se por peso maior a tais eixos em detrimento dos pilares de segurança social e diálogo social.

²⁸ Por entender que não existe um "IDH global", foi prudente e justificável (pelo objetivo de comparação da situação do TD entre as regiões metropolitanas), calcular o índice-síntese para cada RM, desprezando uma medida de qualidade "global".

Figura 6. Composição do Índice-síntese de TD.



Elaboração própria.

3.3. Resultados

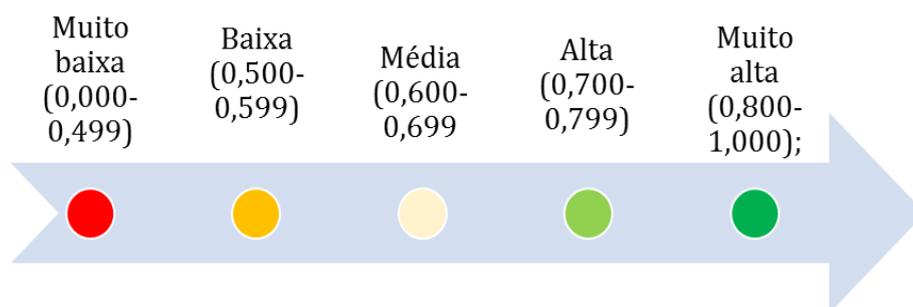
Nesta Seção serão apresentados os resultados do índice-síntese de TD desenvolvido e calculado no estudo numa perspectiva comparativa da situação da qualidade do trabalho entre as diferentes regiões metropolitanas. O índice pautou-se em nove RM's de diferentes regiões do país, cujas estatísticas foram divulgadas nos microdados da PNAD/IBGE. Os anos escolhidos foram 2005 e 2014, importantes do ponto de vista favorável do mercado de trabalho nacional. Todos os indicadores tradicionais traduziram cenário positivo, como a criação líquida de empregos, redução da informalidade e crescimento dos salários, por exemplo²⁹.

A apresentação dos resultados acontecerá em duas partes com o seguinte conteúdo: (i) o índice-síntese calculado para as RM's, levando-se em conta os anos de 2005 e 2014, segundo cada eixo de TD. Optou-se pelo agrupamento dos eixos segurança social e diálogo social. Ou seja, têm-se, então, três índices-síntese, alusivos aos três respectivos eixos (Emprego, Direitos e Princípios fundamentais no trabalho e Segurança social + Diálogo social) e (ii) finalmente, o índice-síntese de TD final, ponderado e dado pela união dos pilares que compõem o conceito.

²⁹ Ver Seções 1.3 e 1.6, respectivamente, que versam especificamente sobre o mercado de trabalho brasileiro no período recente.

Primeiramente, deixa-se claro que o índice-síntese deste trabalho é útil, sobretudo, para ilustrar o cenário de maneira comparativa da situação do TD entre as nove regiões metropolitanas. A Figura 6 mostra o critério adotado para faixas de qualidade comparativa do TD³⁰, a saber: muito alta (0,800-1,000); alta (0,700-0,799); média (0,600-0,699); baixa (0,500-0,599) e muito baixa (0,000-0,499).

Figura 7. Faixas de Qualidade do TD.



Elaboração própria.

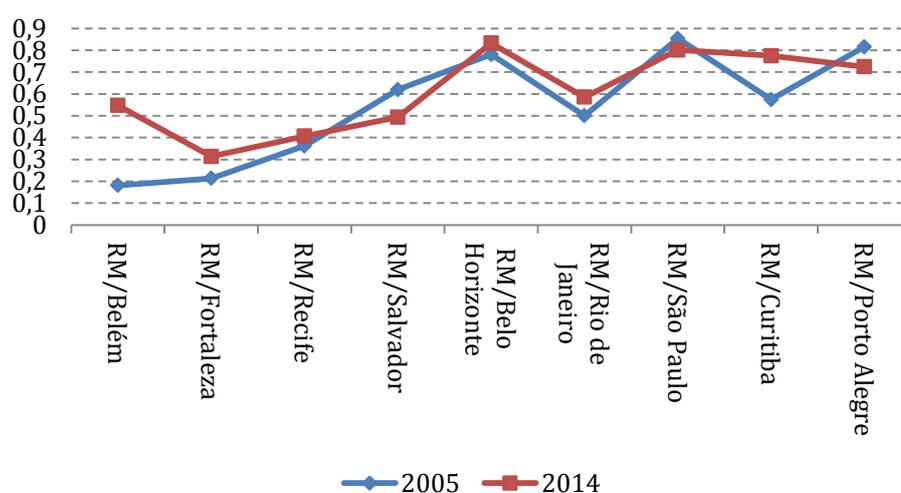
O Gráfico 22 expõe os resultados para o eixo de Emprego, calculado de maneira inicial e composto pelas seguintes dimensões com suas respectivas variáveis: Oportunidades de emprego (taxa de participação e taxa de desocupação), Emprego remunerado (% de domicílios considerados pobres e % de trabalhadores com rendimento de até 1 SM) e Condições de trabalho (trabalhadores com horas trabalhadas acima do limite legal).

Desta forma, embora a qualidade em termos de TD seja muito baixa no quesito emprego nas metrópoles estudadas do NE, chama-se a atenção para dois resultados: (i) na RM de Salvador, em 2005, o índice era de 0,455, ou seja, quase podendo ser classificado como baixo. Já em 2014, a mais alta taxa de desocupação (18,3%) registrada no grupo (ver Gráfico 8) contribuiu para o índice atingir a marca de 0,365, portanto, considerado muito baixo. Curiosamente, a variável taxa de participação

³⁰ Para esta tarefa, utilizou-se a mesma interpretação do índice de qualidade do desenvolvimento humano, o IDH do PNUD, que, conforme já discutido, consiste num índice-síntese difundido com reconhecimento e credibilidade, fazendo-o referência para o público geral ou acadêmico.

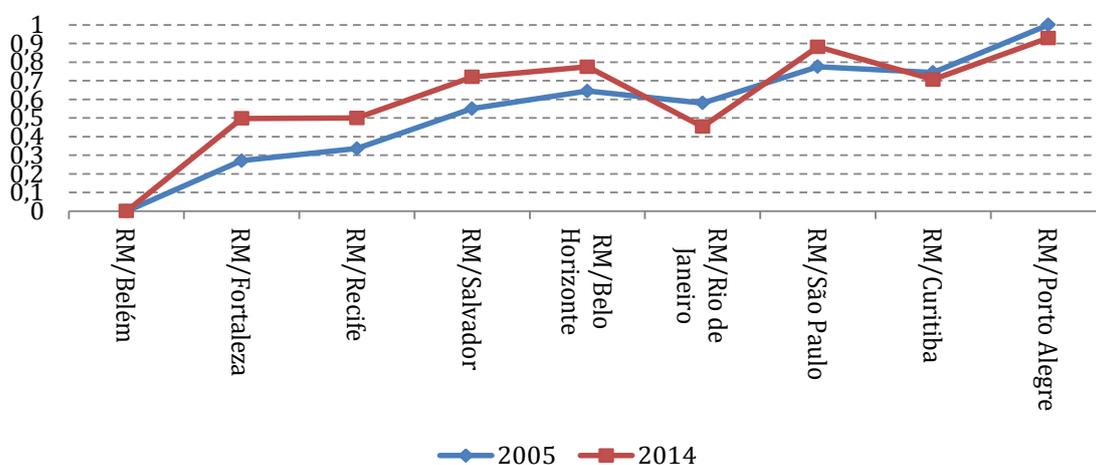
No Gráfico 23 se encontram os resultados do índice-síntese deste eixo. Pode-se evidenciar que: (i) em 2005, o índice calculado para a RM de Salvador (0,619) foi considerado médio em termos de qualidade dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, pelos “scores” obtidos pela maior taxa de participação feminina entre as regiões metropolitanas (ver Gráfico 14). Entretanto, na RM de Salvador verificou-se o maior contingente de crianças trabalhando, notado pela proporção de crianças ocupadas com relação ao total de ocupados em 2005 (1,2%) e 2014 (0,5%). Tal circunstância, somada ao fato de que a maior participação feminina em 2014 passou a ser observada na RM de Belo Horizonte, fez o índice-síntese dos direitos e princípios no trabalho ser considerado muito baixo em 2014 (0,494), como em todas RM’s do NE; (ii) no caso da RM de Belém houve um avanço impressionante no enfrentamento do uso de mão de obra infantil (ver Gráfico 13) entre os dois anos estudados, de modo a ocasionar um aumento da qualidade dos direitos e princípios laborais medido pelo índice-síntese de 0,181 para 0,547; (iii) na RM de Belo Horizonte notou-se deslocamento de um índice alto (0,780) em 2005 para muito alto (0,833) em 2014, alcançando os patamares da RM de São Paulo (0,854 em 2005 e 0,801 em 2014); (iv) na RM de Curitiba, cujo índice calculado era baixo (0,574) em 2005, passou para alto (0,775) em 2014, também em razão da melhora no trabalho infantil e (v) na RM de Porto Alegre (de 0,816 para 0,724) observou-se um resultado do índice de muito alto para alto.

Gráfico 23. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas Para o Eixo de Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho: 2005 e 2014.



O Gráfico 24 mostra o resultado do eixo Segurança social + Diálogo social, composto pelas dimensões Proteção contingencial (trabalhadores contribuintes para instituto de previdência) e Liberdade de associação (taxa de sindicalização). Apesar deste pilar de TD, têm-se os principais comentários dos resultados: (i) como na RM de Belém verificaram-se a menor proporção de contribuintes previdenciários e a mais baixa sindicalização, o índice-síntese calculado resultou em valor igual a zero (muito baixo) nos dois anos. No caso da RM de Porto Alegre, os indicadores mais favoráveis ao TD no grupo de nove regiões metropolitanas ocasionou num índice de valor máximo ou igual a um (muito alto) em 2005, permanecendo assim (0,929) em 2014; (ii) novamente nas RM's do NE, em 2005, aponta-se um cenário de qualidade muito baixa (RM de Fortaleza e RM do Recife) e baixa (RM de Salvador) também em termos de segurança social e diálogo social, medida pelo índice com auxílio dos indicadores. Em 2014, houve melhora, sobretudo em relação à RM de Salvador, que passou de um índice considerado baixo (0,550) para alto (0,720). Seguindo a tendência de melhoria, cita-se a RM de Belo Horizonte (de 0,644 para 0,774) e a RM de São Paulo (de 0,776 para 0,882), em razão do ligeiro aumento na sindicalização e na cobertura previdenciária aos trabalhadores e (iii) na RM do Rio de Janeiro e na RM de Curitiba, onde o índice medido piorou, a taxa de sindicalização diminuiu em 4,7 p.p e 4,1 p.p., respectivamente. Contudo, os efeitos incidiram mais sobre o índice da RM fluminense, que passou de baixo para muito baixo entre os anos estudados.

Gráfico 24. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas Para o Eixo de Segurança Social + Diálogo Social: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

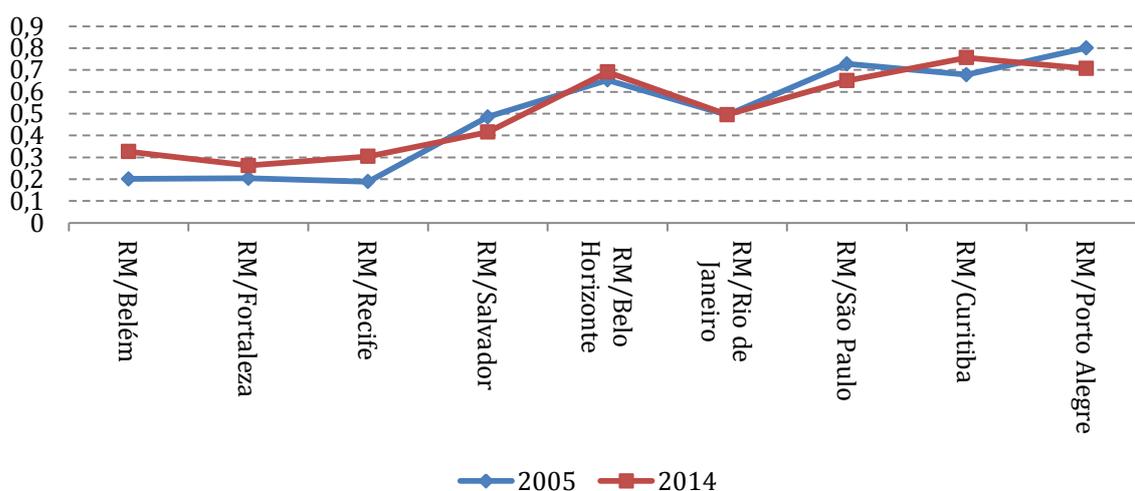
Resultados da pesquisa.

O Gráfico 25 apresenta os resultados do índice-síntese final de TD. Recorda-se que sua composição é dada pela média ponderada dos índices calculados a partir dos seguintes eixos conceituais: índice de emprego (40%), índice de direitos e princípios fundamentais no trabalho (40%) e índice de segurança social + diálogo social (20%). Percebe-se um acentuado *déficit* de TD nas metrópoles do Norte/Nordeste em comparação às demais.

Nota-se que nas RM's de Salvador (de 0,485 para 0,415), de São Paulo (de 0,728 para 0,651) e de Porto Alegre (de 0,801 para 0,707) o índice-síntese final indicou perda de qualidade pelos componentes do TD de 2005 para 2014. Este movimento em termos qualitativos alterou o padrão do emprego digno na RM de São Paulo (de alto para médio), na RM de Porto Alegre (de muito alto para alto) e, positivamente, na RM de Curitiba (de médio para alto).

Ainda qualitativamente, pode-se comparar a situação do TD entre as regiões metropolitanas brasileiras por meio do índice-síntese construído e calculado com os microdados da PNAD/IBGE do seguinte modo em 2014: muito baixo (RM de Belém, RM de Fortaleza, RM do Recife, RM de Salvador e RM do Rio de Janeiro), médio (RM de Belo Horizonte e RM de São Paulo) e alto (RM de Curitiba e RM de Porto Alegre).

Gráfico 25. Índice-síntese de TD em Regiões Metropolitanas: 2005 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD 2005 e 2014 (microdados)

Resultados da pesquisa.

Finalmente, os indicadores selecionados a partir da literatura, reconhecidamente, não são perfeitos e capazes de satisfazer por completo as demandas das regiões no fomento ao TD. Por outro lado, o conjunto de indicadores que possibilitaram a construção de um índice-síntese são relevantes, universais e aplicáveis no contexto do emprego digno. Enfim, foi possível obter um índice-síntese que abarcasse todos os pilares do conceito da OIT com transparência e clareza, de modo a traçar um cenário da situação do trabalho decente entre as principais regiões metropolitanas brasileiras, com procedimentos metodológicos esclarecidos e reprodutíveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação foi, por meio de um índice-síntese de trabalho decente, verificar a qualidade do trabalho entre as regiões metropolitanas brasileiras. Foram utilizados os microdados da PNAD/IBGE dos anos de 2005 e 2014 para obter indicadores do conceito da OIT, segundo os respectivos eixos e dimensões. Em seguida, com método semelhante ao IDH do PNUD, fez-se uso dos indicadores para a composição de índices em três eixos do trabalho decente, com seus respectivos pesos no índice final: Emprego (40%), Direitos e Princípios fundamentais no trabalho (40%) e Segurança social + Diálogo social (20%). Resumidamente, o índice-síntese final foi composto pelos pilares do conceito, dados os respectivos pesos colocados.

Antes, contudo, no capítulo 1 foram mostradas as “etapas” de surgimento, estruturação e consolidação do mercado de trabalho no Brasil. O critério foi separar as especificidades de acordo com os momentos principais que as caracterizam, de modo a descortinar as debilidades existentes. Como, por exemplo, o desemprego, a informalidade, os baixos salários, dentre outros elementos arraigados na estrutura do mercado laboral no país. O primeiro capítulo versa, ainda, sobre o mercado laboral em anos recentes, destacando a bonança com geração de empregos formais e melhora em todos os indicadores. Ademais, este capítulo contempla breve apresentação do conceito de trabalho decente, ressaltando seus pilares, dimensões e indicadores apontados pela literatura como profícuos para a tarefa de construir um índice.

A primeira observação é como consequência direta das especificidades que o mercado de trabalho brasileiro carrega, engendraram-se debilidades estruturais em diferentes momentos históricos. Os traços de vulnerabilidade ocupacional, como nos serviços de baixa produtividade e remuneração, bem como os elementos de precarização do trabalho, permanecem em diversas instâncias.

O capítulo 2 mostrou, primeiramente, em nove regiões metropolitanas estudadas, a estrutura setorial e ocupacional do emprego formal nos anos de 2005 e 2014. Ou seja, leia-se, pelo registro em carteira, a “nata” em termos de empregos. A segunda observação é que pelo momento de direção da economia brasileira, onde se fomentou condições propícias para tal, se verificou ser no setor de construção civil o maior crescimento de vínculos ativos. Mesmo com os serviços congregando por volta de 61%

do total de empregados. Na totalidade dos setores, em 2005, foram abertas 569,7 mil vagas no grupo de metrópoles estudadas, enquanto que, em 2014, a criação líquida de empregos foi de 28,5 mil postos. Pôde-se observar heterogeneidade nas ocupações, que são atreladas ao serviço/comércio.

No campo do trabalho decente, também houve a apresentação do comportamento de nove indicadores que compõem o índice-síntese no segundo capítulo. A terceira observação é sobre a melhora em boa parte deles, como a diminuição na proporção de domicílios considerados pobres, a redução na proporção de trabalhadores com jornada acima do limite legal, o aumento na proporção de trabalhadores com cobertura previdenciária e o arrefecimento na proporção de trabalho infantil na estrutura ocupacional, por exemplo.

Os resultados do índice-síntese, apresentados no capítulo 3, corroboraram a multidisciplinariedade do conceito de trabalho decente. Ademais, entende-se pela hipótese principal, que simplesmente a criação líquida de empregos não se traduz necessariamente em qualidade para o trabalhador. O emprego digno envolve uma gama de aspectos como oportunidades, direitos e princípios fundamentais no trabalho, cobertura previdenciária e diálogo social, de modo a explorar a dimensão inclusiva e de ascensão social por meio do trabalho.

A primeira conclusão é que exatamente pela multidisciplinariedade do trabalho decente, qualquer índice (leia-se medida de qualidade), seja em termos metodológicos ou geográficos, torna-se limitado pela amplitude do conceito. Existe reconhecimento de que o padrão de qualidade do trabalho medido pelo índice-síntese ao longo do tempo pode ser por ele expresso. Contudo, eventuais movimentos (de melhora ou piora) foram capitaneados, obviamente, por um ou mais indicadores que compõem o índice. O fechamento ou escolha de um grupo de variáveis é inerente à construção de um índice sintético, não podendo abarcar todos os elementos do tema.

O índice-síntese é útil para comparar a situação do trabalho decente entre nove regiões metropolitanas, sem abster-se de colocar a questão do *déficit* apontado pela literatura – ver, por exemplo, Proni e Rocha (2010); Proni (2011) e Abramo (2015). Nesta conjuntura, mesmo em metrópoles em melhor estado apontado pelos resultados do índice-síntese no que tange ao emprego digno (como no Sul/Sudeste), a segunda conclusão é que deve haver enfrentamento constante das questões que incidem no

campo laboral. Por exemplo, em tese, o trabalho infantil não deveria existir, mas existe. Como os resultados são restritamente comparativos entre o grupo de metrópoles estudado, importante é concatenar políticas públicas abrangentes em todos os eixos de trabalho decente, que permitam superar tal *déficit* e diminuir os estigmas nos trabalhadores, sobretudo os mais vulneráveis.

A terceira conclusão é que a elevação da qualidade do trabalho é um processo que se dá a partir da capacidade de atores políticos, trabalhadores e empregadores com a finalidade de melhorar o ambiente do mercado de trabalho. Ou seja, por meio da articulação entre os pares que nele atuam.

No campo das possibilidades de análises de interpretação dos resultados do índice, qualquer ensaio com afirmações precipitadas sobre, por exemplo, possível melhora ou piora no ambiente institucional do mercado laboral em determinadas metrópoles, estaria fadada a esvaziar o sentido amplo do conceito de trabalho decente. Ou seja, simplificando, afastam-se conclusões precipitadas sobre quaisquer sejam as medidas quantitativas e/ou qualitativas em questão. Contudo, o exercício de diagnosticar a qual estágio se encontra o trabalho decente entre as regiões metropolitanas parece mais claro dado à existência de um índice-síntese comparativo e composto por indicadores interessantes. Logo, capazes de servir como norteador da questão do emprego digno. À guisa de conclusão, o desenvolvimento econômico, principalmente em direção a boa qualidade do emprego gerado, leva tempo para acontecer e depende da estrutura setorial e ocupacional da economia. Mas é, sobretudo, fruto de um esforço político com objetivos claros para um projeto definido de nação. Ou seja, fora do espectro somente da observância propriamente dita das variáveis tradicionais do mercado de trabalho. O olhar deve direcionar-se para além da conjuntura econômica, sobretudo num país com debilidades estruturais e fraqueza institucional.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social. Organização Internacional do Trabalho - Genebra: OIT, 2015.

AMADEO, E. *et. al.* **A natureza do funcionamento do mercado de trabalho desde 1980**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 353). Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0353.pdf Acesso em: 20 de jul. 2016.

ANKER, R. *et. al.* Measuring Decent Work with Statistical Indicators. Working Paper No. 2. Policy Integration Department Statistical Development and Analysis Group International Labour Office. Geneva, 2002.

BACCARO, L.; M. SIMONI. The Irish Social Partnership and the “Celtic Tiger” Phenomenon, Discussion Paper DP/154/2004, Geneva: International Institute for Labour Studies.

BALTAR, P. E. A. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2036). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf Acesso em: 08 de ago. de 2016.

_____. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: R. M. CARNEIRO; M. MATIJASCIC (Org). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*, Brasília, 2011, p. 149-165.

_____; DEDECCA, C. S. Notas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil durante a Industrialização Restringida. *Cadernos do Cesit*, no 12, Unicamp, 1992.

_____. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, p. 75-111, jun. 1996.

_____. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: M. W. PRONI; W. HENRIQUE (Org). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*, São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 107-152.

_____; KREIN, J. E. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, Maio/Ago. 2013.

_____; DEDECCA, C. S. “O mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90”. In: Workshop Internacional: O setor informal revisitado:

novas evidências e perspectivas de políticas públicas, IPEA, Brasília, 9-10 de julho de 1997.

BARBOSA, A. F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. 2003. 374 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

BESCOND, D.; CHÂTAIGNIER, A.; MEHRAN, F. Seven indicators to measure decent work: An international comparison. *Internacional Labour Review*, Vol 142, n. 2., 2003.

BONELLI, R.; FONTES, J. O desafio brasileiro no longo prazo. In: BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. *Ensaio IBRE de economia brasileira – 1*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2013.

BONNET, F.; FIGUEIREDO, J. B.; STANDING, G. A family of decent work indexes. *Internacional Labour Review*, Vol 142, n. 2., 2003.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, maio de 2014: p. 25-52.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Agenda nacional do trabalho decente. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD50168314818/pub_Agenda_Nacional_Trabalho.pdf Acesso em: 14 de jul. 2016.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Orgs). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 15-33.

CACCIAMALI, M. C. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. *Série Estudos e Pesquisas*, Salvador, v. 86, 2010. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/1379-sep_86_trabalho_em_questao_estudos_e_pesquisas_2010.pdf#page=44 Acesso em agosto de 2016.

_____. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, A. C. *Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: Ed.34, 1999, p. 207:232.

_____.;TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, v.14, n.2, p.269-301, 2010.

CAMARGO, J. M. Evolução recente do mercado de trabalho e perspectivas. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Orgs). *Panorama do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 25-33.

CASALE, G.; PURSEY, S. Towards a Decent Work Strategy for Poverty Reduction in Tanzania. Working Paper n. 8, InFocus Programme on Strengthening Social Dialogue. International Labour Office. Geneva, 2002.

CEPAL; PNUD; OIT. Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/emprego/PagIniciais.pdf> Acesso em 14 jul. 2016.

CORSEUIL, C. H.; MOURA, R. L.; RAMOS, L. Expansão do emprego formal e tamanho das empresas: 1995-2011. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Orgs). *Panorama do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 149-168.

DEDECCA, C. S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: M. W. PRONI; W. HENRIQUE (Org). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*, São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 71-106.

_____. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

DRAIBE, S. O *Welfare state* no Brasil: características e perspectivas. *Núcleo de Estudos de Políticas Públicas*, n. 8, Unicamp, 1993.

FARIA, V. E. *Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. Novos estudos CEBRAP, no. 29, março de 1991, p. 98-119.

FERRO, A. R. KASSOUF, A. L. Avaliação do impacto dos programas bolsa-escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília. V.35, n. 3, dezembro 2005.

FGV. Flexibilização da legislação trabalhista. In: Princípios de direito do trabalho. Série Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-152.

FIGUEIREDO, N. M. S.; BRANCHI, B. A.; SAKAMOTO, C. S. Evolução da qualidade do emprego rural no Brasil e Regiões entre 2004 e 2009 sob uma perspectiva de gênero. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 23, n. 2(42), p. 223-245, jul./dez. 2012.

FILHO, F. H. B. Mercado de trabalho no Brasil: presente, passado e futuro. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Orgs). *Panorama do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 35-54.

FILHO, L. A. S.; SOUZA, E. P. Índice de qualidade do emprego formal no cultivo de café: comparativo entre as mesorregiões mineira. *Revista da ABET*, Curitiba, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 248 p.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 126 p.

FRANCO, M. S.C. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. 253 p.

GHAI, D. Decent work: concepts, models and indicators. Technical Report 139, International Labour Office, Geneva, 2002.

GUIMARÃES, J. R. S. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. Brasília: OIT, 2012. 416p.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 49, n.2, abr./jun. 1995.

ILO. Decent work: Report of the Director-General (Geneva, 1999). Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm> Acesso em: 13 de jul. 2016.

_____. The good practices of labour inspection in Brazil: labour inspection in Brazil: for the promotion of decent work. International Labour Office; ILO Office in Brazil. - Brasília: 2010.

IPEA. Análise do mercado de trabalho. Mercado de Trabalho: conjuntura de análise, Brasília, n. 59, p. 9-23, out. 2015.

IPEA. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. *Comunicados IPEA*, n. 160. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf Acesso em: novembro de 2016.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, Belo Horizonte. 17 (2), p. 323-350 mai./ago. 2007.

KREIN, J. D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.

MARTINE, G. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: Instituto SPN, 1992.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 13-40, 1997.

MELLO, J. M. C. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 183 p.

MORAIS, L. P. As políticas públicas de economia solidária (ESOL): avanços e limites para inserção sociolaboral dos grupos-problema. 2013. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.

MORETTO, H. J.; PRONI, M. W. O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente. *Economia e Desenvolvimento*, Recife (PE), v. 10, n. 2, 2011.

NASCIMENTO, A. M.; FERRARI, I.; FILHO, I. G. M. S. *História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2011. 264 p.

NERI, M. C. Decent Work and the Informal Sector in Brazil. *Ensaio Econômico*. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, nº 461, 2002.

OIT. Trabajo decente en las Américas: una agenda hemisférica, 2006-2015. XVI Reunión Regional Americana. Brasília, mayo de 2006.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? *Parcerias Estratégicas*, v. 11, n. 22, junho de 2006.

_____. Perspectivas nas relações de trabalho no Brasil no começo do século XXI. In: M. C. CACCIAMALI; R. RIBEIRO; J. MACAMBIRA (Org). *Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho*, Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011, p. 127-144.

PRONI, M. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011. (Texto para discussão, n. 188). Disponível: www.eco.unicamp.br/docprod/download.php?id=1818&tp=a
Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. W.; ROCHA, T.; T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. Revista da ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, p. 11-31, jan./jun. 2010.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1255.pdf
Acesso em: 08 ago. 2016.

_____; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Brasília:

Ipea, 2004. (Texto para Discussão, n. 1011). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2164/1/TD_1011.pdf
Acesso em: 31 out. 2016.

RESENDE, A. L. Nova realidade, velhas questões. In: _____ *Os limites do possível: a economia além da conjuntura*. Portfolio-Penguin, 2013, p. 197-214.

STANDING, Guy. *The decent work enterprise: worker security and dynamic efficiency*. Genebra: ILO, 2003.

SABOIA, J. L. M. Transformação no mercado de trabalho no Brasil durante a crise:1980-1983. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 6, n. 3, jul./set. 1986.

_____. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 4(1): 123-146, jan./jun. 2000.

_____. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005. *Economica*, v. 9, n. 2, dez. 2007.

_____; KUBRUSLY, L. S. **Indicadores para o Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil**. Rio de Janeiro: IE UFRJ, 2014. (Texto para Discussão 021). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2014/TD_IE_021_2014_SABOIA.pdf Acesso em: 30 de nov. de 2016.

SAYAD, J. A crise de 2007-8. In: _____ *Dinheiro, Dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos*. Portfolio-Penguin, 2015, p. 274-280.

SEHNBRUCH, K. (2004) *From the Quantity to the Quality of Employment: An Application of the Capability Approach to the Chilean Labor Market*. Working papers series, Number 9, Centre for Latin American Studies, University of California, Berkeley.

TAFNER, P. *Brasil, o estado de uma nação. Mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Brasília: Ipea, 2006. 1997.

VOSKO, L. “Decent Work” – The Shifting Role of the ILO and the Struggle for Global Social Justice’, *Global Social Policy* 2(1): 19–46, 2002.

5. ANEXOS

ANEXO A. DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS (QUANTIDADE DE VÍNCULOS FORMAIS) EM RM'S BRASILEIRAS POR SUBSETOR DE REGISTRO FORMAL: 2005 e 2014.

IBGE Subsetor	Belém			Fortaleza			Recife		
	2014	2005	Total	2014	2005	Total	2014	2005	Total
Extrativa Mineral	216	130	346	1.622	954	2.576	943	788	1.731
Prod. Mineral não Metálico	2.305	1.091	3.396	7.120	3.138	10.258	6.988	4.662	11.650
Indústria Metalúrgica	869	807	1.676	14.381	6.646	21.027	9.969	6.508	16.477
Indústria Mecânica	744	168	912	5.447	2.637	8.084	5.498	2.004	7.502
Elétrico e Comunicações	320	374	694	2.264	2.036	4.300	2.891	3.573	6.464
Material de Transporte	1.432	365	1.797	2.733	2.086	4.819	8.871	1.542	10.413
Madeira e Mobiliário	4.995	9.889	14.884	4.592	3.114	7.706	3.762	2.531	6.293
Papel e Gráfica	2.557	1.835	4.392	7.327	5.049	12.376	8.672	6.201	14.873
Borracha, Fumo, Couros	1.002	1.155	2.157	3.595	2.418	6.013	2.716	1.673	4.389
Indústria Química	2.537	1.560	4.097	10.286	7.932	18.218	16.771	10.999	27.770
Indústria Têxtil	1.174	1.439	2.613	62.795	49.011	111.806	9.210	7.211	16.421
Indústria Calçados	42	1	43	15.488	13.089	28.577	513	325	838
Alimentos e Bebidas	10.922	9.878	20.800	39.115	26.311	65.426	48.205	35.987	84.192
Serviço Utilidade Pública	5.419	2.245	7.664	6.377	5.136	11.513	14.433	12.931	27.364
Construção Civil	37.516	14.691	52.207	79.221	23.902	103.123	95.750	35.206	130.956
Comércio Varejista	82.992	56.526	139.518	156.793	81.837	238.630	152.840	95.915	248.755
Comércio Atacadista	18.390	10.869	29.259	34.152	16.372	50.524	43.292	20.671	63.963
Instituição Financeira	8.147	6.315	14.462	15.952	10.265	26.217	14.045	10.893	24.938
Adm Técnica Profissional	53.060	30.825	83.885	176.940	66.270	243.210	203.985	95.766	299.751
Transporte e Comunicações	28.956	19.788	48.744	48.694	28.082	76.776	68.400	36.949	105.349
Alojamento e Comunicação	51.365	28.479	79.844	91.162	71.275	162.437	110.574	71.640	182.214
Médicos Odontológicos e Veterinários	22.469	12.415	34.884	30.800	19.188	49.988	57.112	28.453	85.565
Ensino	25.461	10.685	36.146	49.389	25.915	75.304	54.699	24.578	79.277
Administração Pública	153.828	127.887	281.715	193.185	143.353	336.538	226.180	191.675	417.855
Agricultura	5.082	3.170	8.252	6.716	6.010	12.726	7.365	10.411	17.776
Total	521.800	352.587	874.387	1.066.146	622.026	1.688.172	1.173.684	719.092	1.892.776

Fonte: RAIS.

ANEXO B. DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS (QUANTIDADE DE VÍNCULOS FORMAIS) EM RM'S BRASILEIRAS POR SUBSETOR DE REGISTRO FORMAL: 2005 e 2014.

IBGE Subsetor	Salvador			Belo Horizonte			Rio de Janeiro		
	2014	2005	Total	2014	2005	Total	2014	2005	Total
Extrativa Mineral	3.898	993	4.891	16.745	7.651	24.396	15.533	3.906	19.439
Prod. Mineral não Metálico	6.126	3.230	9.356	15.905	12.013	27.918	11.386	11.182	22.568
Indústria Metalúrgica	8.512	3.901	12.413	37.366	35.242	72.608	23.996	18.187	42.183
Indústria Mecânica	4.758	3.420	8.178	23.899	11.818	35.717	17.382	12.125	29.507
Elétrico e Comunicações	1.823	1.259	3.082	11.303	7.431	18.734	5.482	4.492	9.974
Material de Transporte	9.221	6.633	15.854	45.313	22.142	67.455	32.378	16.041	48.419
Madeira e Mobiliário	3.914	2.130	6.044	9.169	6.933	16.102	7.096	5.055	12.151
Papel e Gráfica	5.255	3.271	8.526	10.657	9.170	19.827	24.354	24.485	48.839
Borracha, Fumo, Couros	4.491	1.905	6.396	9.001	7.738	16.739	14.809	14.370	29.179
Indústria Química	20.976	17.312	38.288	22.795	18.914	41.709	63.971	46.372	110.343
Indústria Têxtil	6.915	6.344	13.259	11.967	15.554	27.521	33.820	30.992	64.812
Indústria Calçados	196	345	541	1.202	1.905	3.107	779	638	1.417
Alimentos e Bebidas	20.677	12.762	33.439	41.105	28.374	69.479	72.760	41.775	114.535
Serviço Utilidade Pública	15.075	9.591	24.666	26.650	24.917	51.567	48.266	35.017	83.283
Construção Civil	102.454	50.071	152.525	169.314	102.378	271.692	222.558	80.152	302.710
Comércio Varejista	151.268	102.707	253.975	258.165	174.453	432.618	538.057	391.846	929.903
Comércio Atacadista	32.515	19.925	52.440	70.442	39.224	109.666	115.271	73.317	188.588
Instituição Financeira	14.960	11.779	26.739	31.023	24.169	55.192	73.196	67.607	140.803
Adm Técnica Profissional	216.327	129.531	345.858	294.449	182.059	476.508	557.154	372.308	929.462
Transporte e Comunicações	78.259	45.020	123.279	123.318	83.078	206.396	277.286	179.353	456.639
Alojamento e Comunicação	104.651	81.253	185.904	182.550	157.093	339.643	422.735	303.178	725.913
Médicos Odontológicos e Veterinários	53.258	35.138	88.396	76.639	56.674	133.313	161.805	109.028	270.833
Ensino	52.788	35.806	88.594	66.482	36.988	103.470	190.839	117.966	308.805
Administração Pública	232.339	236.773	469.112	398.944	380.045	778.989	577.448	479.507	1.056.955
Agricultura	2.272	5.264	7.536	10.404	9.598	20.002	4.409	4.515	8.924
Total	1.152.928	826.363	1.979.291	1.964.807	1.455.561	3.420.368	3.512.770	2.443.414	5.956.184

Fonte: RAIS.

**ANEXO C. DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS (QUANTIDADE DE VÍNCULOS FORMAIS) EM RM'S BRASILEIRAS POR
SUBSETOR DE REGISTRO FORMAL: 2005 e 2014.**

IBGE Subsetor	São Paulo			Curitiba			Porto Alegre		
	2014	2005	Total	2014	2005	Total	2014	2005	Total
Extrativa Mineral	6.835	4.972	11.807	2.779	1.771	4.550	1.659	1.215	2.874
Prod. Mineral não Metálico	33.002	26.769	59.771	13.442	10.502	23.944	5.640	5.345	10.985
Indústria Metalúrgica	133.268	133.615	266.883	21.976	15.434	37.410	27.389	24.909	52.298
Indústria Mecânica	105.098	87.315	192.413	30.113	16.089	46.202	29.993	21.601	51.594
Elétrico e Comunicações	58.150	57.145	115.295	10.192	8.476	18.668	11.422	8.516	19.938
Material de Transporte	123.153	118.539	241.692	29.919	25.422	55.341	17.561	12.640	30.201
Madeira e Mobiliário	27.963	25.288	53.251	13.752	14.294	28.046	12.245	8.251	20.496
Papel e Gráfica	99.889	90.046	189.935	15.347	13.347	28.694	14.824	15.956	30.780
Borracha, Fumo, Couros	68.708	62.680	131.388	9.254	6.357	15.611	22.266	20.774	43.040
Indústria Química	207.563	183.647	391.210	26.411	19.196	45.607	26.606	28.191	54.797
Indústria Têxtil	130.753	124.888	255.641	7.857	5.077	12.934	12.556	9.927	22.483
Indústria Calçados	2.037	4.211	6.248	170	176	346	50.705	65.172	115.877
Alimentos e Bebidas	133.768	107.128	240.896	34.495	27.489	61.984	30.251	26.130	56.381
Serviço Utilidade Pública	60.987	46.876	107.863	21.101	16.572	37.673	14.495	11.612	26.107
Construção Civil	426.127	191.485	617.612	71.437	25.357	96.794	70.491	36.109	106.600
Comércio Varejista	1.097.476	725.953	1.823.429	195.913	135.156	331.069	209.454	143.763	353.217
Comércio Atacadista	330.191	213.733	543.924	39.907	22.613	62.520	45.468	29.062	74.530
Instituição Financeira	247.301	182.466	429.767	28.631	20.631	49.262	28.479	22.349	50.828
Adm Técnica Profissional	1.396.060	838.211	2.234.271	176.365	98.972	275.337	177.506	106.059	283.565
Transporte e Comunicações	554.207	335.837	890.044	86.158	59.357	145.515	86.784	60.599	147.383
Alojamento e Comunicação	782.839	503.774	1.286.613	110.910	84.904	195.814	129.295	94.628	223.923
Médicos Odontólogos e Veterinários	380.064	206.628	586.692	49.126	28.491	77.617	76.572	50.704	127.276
Ensino	267.978	156.010	423.988	52.835	25.472	78.307	55.673	33.146	88.819
Administração Pública	1.057.164	988.185	2.045.349	240.480	184.712	425.192	259.607	238.569	498.176
Agricultura	14.313	11.260	25.573	6.565	5.460	12.025	5.042	4.518	9.560
Total	7.744.894	5.426.661	13.171.555	1.295.135	871.327	2.166.462	1.421.983	1.079.745	2.501.728

Fonte: RAIS.

ANEXO D. DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS (QUANTIDADE DE VÍNCULOS ATIVOS) EM RM'S BRASILEIRAS POR CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE): 2005.

CNAE 95 Seção	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	1.764	5.022	9.580	5.120	9.584
PESCA	1.472	995	833	158	226
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	130	954	788	993	7.651
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	27.470	121.254	80.034	59.027	173.396
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GAS E AGUA	1.653	2.294	6.792	6.092	21.046
CONSTRUÇÃO	14.691	23.902	35.206	50.071	102.378
COMERCIO, REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	67.395	98.209	116.586	122.632	213.677
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	8.454	21.504	28.415	29.393	41.879
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	19.788	28.082	36.949	45.020	83.078
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	6.315	10.265	10.893	11.779	24.169
ATIVIDADES IMOBILIARIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	37.006	86.870	112.673	150.965	231.258
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	127.907	143.420	191.722	236.974	384.103
EDUCAÇÃO	10.685	25.915	24.578	35.806	36.988
SAUDE E SERVIÇOS SOCIAIS	13.457	21.188	30.212	37.467	63.818
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	14.344	32.026	33.698	34.670	61.985
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	46	95	103	121	309
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	10	31	30	75	16
Total	352.587	622.026	719.092	826.363	1.455.561
CNAE 95 Seção	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	Total
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	3.562	11.667	6.703	5.300	58.302
PESCA	986	85	11	21	4.787
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	3.906	4.972	1.771	1.215	22.380
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	212.770	982.627	155.211	241.652	2.053.441
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GAS E ÁGUA	15.793	25.921	12.957	8.895	101.443
CONSTRUÇÃO	80.152	191.485	25.357	36.109	559.351
COMERCIO, REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	465.163	939.686	157.769	172.825	2.353.942
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	117.853	185.470	33.049	33.160	499.177
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	179.353	335.837	59.357	60.599	848.063
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	67.607	182.466	20.631	22.349	356.474
ATIVIDADES IMOBILIARIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	419.102	977.608	113.278	125.431	2.254.191
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	480.782	988.436	184.843	238.767	2.976.954
EDUCAÇÃO	117.966	156.010	25.472	33.146	466.566
SAUDE E SERVIÇOS SOCIAIS	115.720	242.439	32.501	57.515	614.317
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	162.264	201.146	41.954	42.472	624.559
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	179	507	443	254	2.057
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	256	299	20	35	772
Total	2.443.414	5.426.661	871.327	1.079.745	13.796.776

Fonte: RAIS

ANEXO E. DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS (QUANTIDADE DE VÍNCULOS ATIVOS) EM RM'S BRASILEIRAS POR CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE): 2014.

CNAE 2.0 Seção	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	4.983	6.541	6.917	1.729	9.877
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	216	1.622	943	3.898	16.745
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	25.851	167.037	111.305	83.825	223.165
ELETRICIDADE E GÁS	1.580	1.736	4.244	2.409	8.286
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	3.945	5.442	10.978	13.412	18.997
CONSTRUÇÃO	41.652	91.058	105.180	111.048	181.550
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	100.699	188.910	194.105	181.803	325.953
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	26.712	43.133	60.821	64.924	115.150
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	15.055	42.668	53.069	49.262	72.113
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.733	15.807	18.818	23.426	35.526
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	8.354	16.656	14.695	15.369	32.556
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1.201	3.637	3.372	3.949	6.441
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	9.460	19.563	40.513	36.363	61.729
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	53.091	148.912	169.220	179.600	226.823
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	157.178	194.467	228.742	233.646	400.341
EDUCAÇÃO	25.530	49.704	55.526	53.179	78.018
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	23.330	32.850	59.673	56.857	85.945
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	4.057	5.515	5.217	6.179	12.877
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	13.118	30.755	30.221	31.916	52.462
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	35	125	95	67	242
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	20	8	30	67	11
Total	521.800	1.066.146	1.173.684	1.152.928	1.964.807
CNAE 2.0 Seção	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	Total
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	2.872	10.141	6.571	5.400	55.031
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	15.533	6.835	2.779	1.659	50.230
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	257.390	1.035.945	195.705	246.637	2.346.860
ELETRICIDADE E GÁS	9.754	13.813	8.591	3.410	53.823
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	39.779	51.555	13.735	12.052	169.895
CONSTRUÇÃO	236.663	449.493	76.129	75.281	1.368.054
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	645.340	1.409.692	233.784	252.502	3.532.788
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	243.856	486.585	73.443	80.627	1.195.251
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	203.927	320.936	53.906	52.590	863.526
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	95.669	260.180	33.873	35.414	524.446
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	77.889	258.230	29.562	29.139	482.450
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	12.703	28.215	4.937	5.913	70.368
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	113.160	254.888	33.117	35.851	604.644
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	444.987	1.168.088	144.164	139.427	2.674.312
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	580.657	1.061.222	241.349	261.438	3.359.040
EDUCAÇÃO	193.661	270.594	54.731	56.125	837.068
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	174.558	430.221	54.425	87.041	1.004.900
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	34.201	42.434	7.408	8.299	126.187
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	129.025	183.700	26.783	33.001	530.981
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	343	256	126	107	1.396
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	803	1.871	17	70	2.897
Total	3.512.770	7.744.894	1.295.135	1.421.983	19.854.147

Fonte: RAIS.

ANEXO F. Saldo de Empregos em RMs Brasileiras por Setor Econômico de Registro do Empregado: 2005 e 2014.

Região Metro	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		Total	
	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005	2014	2005
BELÉM	771	387	-1.623	522	-1.904	3.351	2.635	5.421	695	336	574	10.017
FORTALEZA	-982	5.596	5.523	169	7.028	6.779	16.931	12.323	77	243	28.577	25.110
RECIFE	-5.627	3.523	-	1.522	-545	6.549	3.419	15.507	-580	-1.822	-	25.279
SALVADOR	-1.169	4.929	-6.335	6.414	-2.071	5.322	2.551	19.402	123	-10	-6.901	36.057
BELO HORIZONTE	-8.188	12.088	-	9.480	1.249	14.453	-1.734	25.785	-24	991	-	62.797
RIO DE JANEIRO	-2.754	6.109	-877	1.802	3.704	25.783	27.904	44.414	44	14	28.021	78.122
SÃO PAULO	-	41.376	-	14.253	12.047	72.882	78.275	157.621	7	667	19.544	286.799
CURITIBA	-	7.486	-91	1.169	2.080	9.401	11.635	14.159	46	215	2.020	32.430
PORTO ALEGRE	-	-7.647	-2.658	-3.703	3.166	8.964	13.375	15.455	321	21	3.277	13.090
Total	-	73.847	-	31.628	24.754	153.484	154.991	310.087	709	655	28.558	569.701

Fonte: CAGED/MTE